

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARCOS CABRAL BORGES

**(DES)COMPASSOS ENTRE CIRANDAS E MARES DE CONCRETO**

Porto Alegre

2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

MARCOS CABRAL BORGES

**(DES) COMPASSOS ENTRE CIRANDAS E MARES DE CONCRETO**

***(MISMATCH) COMPASSES BETWEEN CIRANDAS AND CONCRETE SEAS***

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Área de Concentração: Serviço Social, Políticas e Processos Sociais

Linha de Pesquisa: Direitos Humanos

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Jane Cruz Prates

Porto Alegre

2023

## Ficha Catalográfica

B732d Borges, Marcos Cabral

(Des)Compassos Entre Cirandas e Mares de Concreto / Marcos Cabral  
Borges. – 2023.

113.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Jane Cruz Prates.

1. Populações em Situação de Rua. 2. Racionalidade Neoliberal. 3.  
Abordagem Social. 4. Porto Alegre. 5. Intersetorialidade. I. Prates,  
Jane Cruz. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

MARCOS CABRAL BORGES

**(DES) COMPASSOS ENTRE CIRANDAS E MARES DE CONCRETO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Jane Cruz Prates – Orientadora

---

Prof. Dr. Rodrigo Nunes – PUCRS

---

Prof. Dr. Tiago Martinelli – UFRGS

À minha família (Caroline, Madalena, Bruno e Cristina), às pessoas que encontrei e perdi durante os percursos na rua (Carmen, Vinicius, Dona Beth, Sampa, Chapolin, Catarina, Luiz Elmar, Marcelo e tantas outras) e às equipas, otimistas incorrigíveis, do Ação Rua/Abordagem Social.

## AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa foi possível devido ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, pois somente com esse suporte e por acreditar na importância desta pesquisa, e de tantas outras, que temas tão inviabilizados ou estigmatizados são publicizados e oferecem caminhos que orientam a construção e atualização das políticas públicas.

Seria impossível vislumbrar agradecimentos que não iniciassem pela minha companheira Caroline e minha filha Madalena, uma vez que, para além de idealizadoras e apoiadoras dessa investida no ambiente acadêmico, acolheram e compreenderam os períodos em que estive apenas de corpo presente. Durante todo este processo nunca deixaram de apoiar e acreditar na minha capacidade de finalizar esta dissertação, mesmo nos momentos que duvidei e precisei de um empurrão para continuar. Muito obrigado, meus amores!

Também preciso registrar que este percurso foi construído com muito suor, empenho e amor do meu pai Bruno e da minha mãe Cristina. Sem seus ensinamentos e suporte afetivo não teria conseguido percorrer metade deste caminho, pois só chegamos até aqui pelo compartilhamento de um sonho. Nunca foi sobre graduação, especialização e mestrado... sempre estamos buscando dia após dia ser os melhores (im)possíveis dentro das nossas limitações. Ainda que a distância interestadual nos separe, o amor compartilhado sempre traz vocês para perto.

Sempre esteve presente a ideia de reservar um “espaço” nos agradecimentos para um registro endereçado a mim. O ônus das escolhas, os desafios, a ansiedade e a cobrança em diversos momentos transitaram pelo meu corpo, mas dentro dos meus privilégios consegui atravessar uma parte significativa dessas demandas. Todavia, atravessar esses desafios não pode relativizar a sua superação, mas a existência de uma grande rede que nos sustenta. Dentro dessa rede, o diário reconhecimento da importância dos Òrìṣàs, Exus e Pombo Giras, e todo Povo da Umbanda (Erês, Caboclos e Pretos Velhos), que me acompanharam e acompanham em cada passo dado. Adúpé a toda Ègbé do Ojìṣé Ifé por todo cuidado e ensinamento em cada encontro, mas especialmente à minha Ìyálórìṣà Bárbara de Ògún e minha madrinha Ìyálórìṣà Lurdes de Oyá que me acolheram e aproximaram dessa grande família. Èpa bàbá! Àṣe!

A partir da inserção no ambiente acadêmico tive a felicidade de encontrar diversas pessoas que, de alguma maneira, participaram dessa trajetória. No GEPsT ocorreram os primeiros encontros, mesmo que virtuais, com as(os) colegas que compartilhavam o grupo

coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães, a quem agradeço por todas as orientações e os ensinamentos sobre o rigor da pesquisa, e a importância de encontrar o meu jeito de escrever. Registro a felicidade de conhecer e dialogar com a Dra. Ana Claudia Storchi Carlos (*in memoriam*) nas reuniões e ações realizadas no grupo, e tantas outras colegas que participaram do grupo.

As mudanças no corpo docente da PUCRS demandaram minha inserção, para minha felicidade, no NEPPS coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dra. Jane Cruz Prates, que assumiu a orientação desta dissertação e foi a principal responsável pela conclusão. Sem o acolhimento, disponibilidade, paciência e afeto da Prof<sup>a</sup> Jane não teria sido possível concluí-la, pois consegui transbordar sensibilidade sem deixar de lado o rigor da pesquisa. Obrigado por acreditar, Jane!

Por fim, mas não menos importantes, estão meus amigos(as/es), familiares e colegas de trabalho do CREAS Sul/CentroSul, AICAS, ACAM e CEDEP, os quais, de muitas formas, construíram esse percurso ao meu lado. Faço questão de registrar nominalmente alguns: Felipe (Guri), Bruno Leão, Clarissa Cunda, Mateus Cunda (quem me apresentou o viver rueiro das PSR), Cadu Mazoni, Mauricio Tomazoni (Cito), Artur Campos, Marcelo Góes (Negão), Marcelo Silva, Fernanda Zancanella, Fernanda Arena (principal responsável pelo meu ingresso no PPGSS), Newton Ortiz, Dona Vera (*in memoriam*), Marina Pombo, Mateus Baldissera, Ana Paula Soares, Cesinha Almeida, Marcelo Philomena, Seu João (Matora), Dona Rosaria, Luiz Henrique, Araton, Lindsay Pires, Rosani Wiebling, Luciane de Mirada, Dona Rose, Juliana Elesbão, Milene Rodrigues, Noemi Alves, Janaina Moreira, Fernando Carpanezzi, Tatiane Grandi, Naia Alencastro, Giba Grandi e Cris Aniola.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente participaram da construção e “conclusão” desta pesquisa, mas, principalmente, pelos nossos encontros virtuais e/ou presenciais. Uma das poucas certezas da vida é a impossibilidade de chegar até aqui sem reconhecer a importância dos nossos encontros. Cada passo dado por mim carregou o peso de um grande número de pessoas. Muito obrigado!

## LAMENTO RUEIRO

Por não ter lar  
Acham que sou do chão  
das barracas  
ou do papelão  
Mas tento viver no Centro  
Menino Deus  
ou onde não sou escorraçado  
Dizem que não tenho amigos  
Sem eles não teria conseguido  
Ficar nessa cidade quando sou retirado

Por não ter lar  
Na certa por isso mesmo  
Não posso ter cama mole  
E nem comer direito  
Eu até falo  
Mas acham que eu não sei de nada  
Quando sou retirado  
Me “convidam” a ficar no meio dessa multidão  
Caminhando a esmo

(Composição própria embasada na letra de GIL e DOMINGOS, 1975)



## RESUMO

Embora o fenômeno das populações em situação de rua não seja algo recente no Brasil, pesquisas e estudos não conseguem acompanhar seu crescimento progressivo ou contemplar outras situações que compõem o cotidiano dessas populações. A ausência de dados atualizados nos âmbitos municipais, estaduais e federal dificulta a compreensão sobre quem são essas pessoas, a sua relação com a rua e o alcance dos equipamentos e serviços direcionados a atendê-las. A capital gaúcha, como os demais centros urbanos, é constituída historicamente pelo fenômeno das populações em situação de rua, fruto da crescente desigualdade que aumenta, como expressão da questão social, cujas manifestações também contemplam as resistências. O estranhamento causado pela sua presença nos espaços públicos faz com que outras expressões de estigma e discriminação sejam a elas direcionadas, o que se acirra em tempos de individualismo exacerbado, culpabilização do outro pelas próprias mazelas, entre outros fatores que reiteram a violência estrutural e conformam a racionalidade neoliberal. Na mesma direção cresce a demanda por encaminhamentos dessas populações para algum dos serviços e equipamentos disponibilizados na rede de atendimento, geralmente insuficientes. Por outro lado, a demanda por “limpeza das cidades”, exigida por aqueles que entendem que os espaços públicos devem ser restritos a alguns privilegiados ou mesmo por governantes que pretendem invisibilizar as mazelas da desigualdade que compõem os cenários da cidade, faz com que ações, tais como as remoções dessas populações dos logradouros públicos sejam realizadas. Isso se agrava pelo fato de os agentes de Estado que as realizam não compõem a rede de atendimento, operam dentro de uma lógica contrária ao trabalho realizado pelas equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social, cuja centralidade se ancora na intersetorialidade. A presente dissertação tentou desvendar essas contradições ao recorrer do simbolismo das cirandas para compreender a relação dessas ações com a racionalidade neoliberal e identificar como ações dessa natureza entravam a construção de estratégias intersetoriais para trabalhar junto dessas populações numa perspectiva da garantia de direitos. Trata-se de um estudo documental e bibliográfico do tipo qualitativo, fundamentado no materialismo dialético e histórico.

**Palavras-chave:** Populações em situação de rua. Racionalidade neoliberal. Abordagem social. Porto Alegre. Intersectorialidade.

## ABSTRACT

Although the phenomenon of homeless populations is not recent in Brazil, research and studies cannot keep up with its progressive growth or contemplate other situations that make up the daily lives of these populations. The lack of up-to-date data at municipal, state and federal levels makes it difficult to understand who these people are, their relationship with the street and the scope of equipment and services aimed at serving them. The capital of Rio Grande do Sul, like other urban centers, is historically constituted by the phenomenon of homeless populations, the result of growing inequality that increases, as an expression of the social issue, whose manifestations also include resistance. The strangeness caused by their presence in public spaces causes other expressions of stigma and discrimination to be directed at them, which is intensified in times of exacerbated individualism, blaming others for their own ills, among other factors that reiterate structural violence and conform neoliberal rationality. In the same direction, the demand for referrals of these populations to some of the services and equipment available in the service network, which are generally insufficient, grows. On the other hand, the demand for “cleaning the cities”, demanded by those who understand that public spaces should be restricted to a privileged few or even by government officials who intend to make invisible the ills of inequality that make up the city’s scenarios, means that actions, such as the removal of these populations from public places. This is aggravated by the fact that the State agents who perform them are not part of the service network, they operate within a logic contrary to the work carried out by the Specialized Service in Social Approach teams, whose centrality is anchored in intersectoriality. The present dissertation tried to unravel these contradictions by resorting to the symbolism of *cirandas* to understand the relationship of these actions with neoliberal rationality and to identify how actions of this nature hinder the construction of intersectoral strategies to work with these populations in a perspective of guaranteeing rights. It is a documentary and bibliographic study of a qualitative type, based on dialectical and historical materialism.

**Keywords:** Homeless. Neoliberal rationality. Social approach. Porto Alegre. Intersectionality.

## LISTA DE SIGLAS

|             |   |
|-------------|---|
| BDTD        | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações                           |
| CAPS        | Centro de Atenção Psicossocial  |
| CAPES       | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                     |
| CEPAL       | Econômica para a América Latina e Caribe  |
| CFESS       | Conselho Federal de Serviço Social  |
| CFP         | Conselho Federal de Psicologia  |
| CRESS       | Conselho Regional de Serviço Social   |
| ECA         | Estatuto da Criança e do Adolescente  |
| FASC        | Fundação de Assistência Social e Cidadania                                      |
| IPEA        | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  |
| IBGE        | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                 |
| NOB-RH/SUAS | Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS                            |
| OSC         | Organizações da Sociedade Civil   |
| PCCS        | Política Nacional de Capacitação, para os Planos de Carreira, Cargos e Salários |
| PMPA        | Prefeitura Municipal de Porto Alegre  |
| PNPSR       | Política Nacional para População em Situação de Rua                             |
| PROEX       | Programa de Excelência Acadêmica  |
| PSR         | Populações em Situação de Rua   |
| PUCRS       | Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul                           |
| SEAS        | Serviço Especializado em Abordagem Social                                       |
| SMS         | Secretaria Municipal de Saúde   |
| SUAS        | Sistema Único de Assistência Social   |
| UFRGS       | Universidade Federal do Rio Grande do Sul                                       |
| UNISINOS    | Universidade do Vale do Rio dos Sinos   |

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1 QUANDO OS PÉS ENCONTRAM OS MARES DE CONCRETO (INTRODUÇÃO).....</b>   | <b>11</b>  |
| <b>2 CAMINHOS LITORÂNEOS... SEUS SONS E MARCAS (ROTAS METODOLÓGICAS) .....</b>                                  | <b>20</b>  |
| 2.1 MÉTODO.....   | 20         |
| 2.2 TIPO DE PESQUISA.....   | 21         |
| 2.3 TIPO DE ANÁLISE.....  | 22         |
| 2.4 ESQUEMA METODOLÓGICO.....   | 24         |
| <b>3 MARES DE CONCRETO.....</b>   | <b>25</b>  |
| 3.1 EM BUSCA DOS RASTROS QUE O MAR NÃO DEIXA.....   | 29         |
| 3.2 HÁ UM MODO DE ENTRAR NO MAR... E UM MODO DE ESQUECER DE NÓS... (IN)DESEJÁVEIS NAVEGANTES.....               | 32         |
| <b>4 APRENDENDO A CANTAR CIRANDA NA BEIRA DO MAR (DE CONCRETO) PORTO-ALEGRENSE.....</b>                         | <b>39</b>  |
| 4.1 MEMÓRIA DA PRAIA FORA DO MAR EXISTE? SERÁ QUE ELA SABE DE SI, DA ÁGUA E MULTIDÃO QUE ARREGA?.....           | 43         |
| 4.2 “GERIR” OS (IN)DESEJÁVEIS NAVEGANTES OU CIRANDA NA BEIRA DOS MARES DE CONCRETO.....                         | 61         |
| 4.3 DOS VENTOS? AS ONDAS.....   | 70         |
| 4.4 EU VIVO PISANDO NAS MESMAS AREIAS... MAS O MAR (E SUAS ONDAS) INSISTEM EM ESCUTAR O BARULHO DOS VENTOS..... | 75         |
| <b>5 É HORA.. É HORA... MINHA CIRANDA... ESTÁ SE DESPEDINDO AGORA (CONSIDERAÇÕES FINAIS).....</b>               | <b>97</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>102</b> |

## 1 QUANDO OS PÉS ENCONTRAM OS MARES DE CONCRETO (INTRODUÇÃO)

Pesquisar o fenômeno das populações em situação de rua no Brasil é um grande desafio em virtude da complexidade desse percurso e escassez de dados atualizados. O número defasado de pessoas em situação de rua e as características desse fenômeno no Brasil atravessam qualquer estudo sobre o tema. Um dado importante sobre essa afirmação é a constatação que o primeiro, e único, Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua ocorreu no segundo mandato do governo Lula, em 2008. Os dados obtidos nesse censo e pesquisa foram publicados em dezembro de 2009, no documento *Rua: Aprendendo a contar* (BRASIL, 2009a). Até o ano de 2020, nenhum outro estudo havia sido realizado em âmbito nacional. A exclusão das populações em situação de rua no Censo Demográfico Brasileiro realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é justificada pela ausência de domicílios dessas pessoas, o que “impossibilita” os recenseadores de realizarem as entrevistas. Não inserir essas pessoas no censo “flerta” com o risco de reprodução da invisibilidade dessa população no âmbito das políticas públicas (NATALINO, 2020).

O vazio estatístico em âmbito nacional gerou a produção de um estudo realizado por Marco Natalino (2020), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Nesse estudo, o pesquisador aplicou um modelo que compilou, analisou e modelou estatisticamente os dados oficiais do Cadastro Único e Censo SUAS. Esses dados foram coletados em mais de “5.500 municípios brasileiros entre setembro de 2012 e março de 2020”. O resultado do estudo foi publicado na nota técnica que descreveu uma estimativa de “220.000 pessoas em situação de rua”. Houve um “[...] aumento de 140% no número de pessoas em situação de rua comparando os dados de setembro de 2012 e março de 2020” (NATALINO, 2020).

Cabe ressaltar que a ausência e/ou defasagem de dados descrita no parágrafo não é uma exclusividade do âmbito federal. Os censos e levantamentos realizados pelos municípios para tentar estimar o número de pessoas em situação de rua está defasado. Na capital gaúcha, a última pesquisa ocorreu através da parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em 2016. A Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC realizou a coordenação do estudo financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Os resultados deram origem ao livro *População de Rua: políticas públicas, práticas e vivências*, constituído pelos dados coletados na pesquisa e textos relacionados ao fenômeno da PSR na perspectiva dos trabalhadores da rede de atendimento,

Movimento Nacional da População em Situação de Rua do RS, Jornalistas do Jornal Boca de Rua e pesquisadores. A pesquisa identificou “[...] 2.115 pessoas em situação de rua, mas apenas 1758” tiveram informações cadastrais censadas (SCHUCH, GEHLEN e SANTOS, 2017). Todavia, é preciso registrar a existência de um mapeamento das populações em situação de rua na Região Metropolitana de Porto Alegre, que foi realizado dentro do Projeto Economia Solidária com População em Situação de Rua, pelo Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP. Esse mapeamento foi realizado durante o período de 2015 e 2016 e deu origem ao relatório lançado em 2017. Nesse documento, foram realizadas e analisadas 611 entrevistas que ocorreram nas cidades de Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo, Gravataí, São Leopoldo e Esteio (CAMP, 2017).

A lacuna de censos e pesquisas sobre o fenômeno das populações em situação de rua, no âmbito federal e municipal, denuncia a necessidade de estudos e/ou estratégias que consigam visibilizar esse fenômeno. O ambiente acadêmico está inserido, historicamente, nessas discussões, com o compromisso de produzir estudos que subsidiarão o delineamento ou atualização de políticas públicas e aproximação aos movimentos sociais e instituições vinculadas ao fenômeno das PSR. É possível encontrar diversos estudos de diferentes áreas de conhecimento sobre perspectivas de compreender o fenômeno dessas populações. A constante busca por uma apropriação mais profunda permite o encadeamento com outros temas que compõem as cenas cotidianas, comumente veiculadas pelos meios de comunicação impressos e digitais, pois retratam episódios emblemáticos para a cidade. Um exemplo desses episódios são as ações de remoções das PSR dos logradouros públicos realizadas pelos agentes de estados que compõem diferentes reportagens e publicações em redes sociais.

A possibilidade de realizar um estudo sobre a relação desses episódios (ações de remoções) sofridos pelas populações em situação de rua é uma tentativa de dar sentido às inquietações acumuladas durante os sete anos atuando no Serviço Especializado em Abordagem Social, executado em Porto Alegre, através de parceria com Organização da Sociedade Civil, nos territórios Centro e Sul/Centro Sul. Durante esse período ocorreram diversas ações em conjunto com trabalhadoras(es) do Serviço Social, os quais, através de suas intervenções e reflexões sobre esse e outros fenômenos que expressam as refrações da questão social ofertaram um olhar crítico e novas perspectivas para compreender e construir o trabalho junto às populações em situação de rua.

A identificação de lacunas e limitações dentro do repertório da própria Psicologia, área da qual o pesquisador é oriundo, convidaram a ingressar no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS – PPGSS/PUCRS, ou seja, instigado pelo desejo inerente de encontrar “respostas” para inúmeros questionamentos advindos dessa experiência profissional interdisciplinar. Nessa direção surgiu a produção de uma pesquisa fundamentada na intersectorialidade e que traz como contraponto a racionalidade neoliberal. A presente dissertação possui como tema de pesquisa as ações de remoção das populações em situação de rua dos logradouros públicos da capital gaúcha e o Serviço Especializado em Abordagem Social. Desse tema irrompeu o seguinte problema de pesquisa: **“Como a racionalidade neoliberal induz as políticas direcionadas à população em situação de rua, (im)possibilitando ou dificultando ações intersectoriais no município de Porto Alegre, em particular na relação entre as ações de remoção com a prática das equipes do Serviço Ação Rua”?**

A tentativa de descrever ou identificar o surgimento do desejo de pesquisar sobre o tema e a construção do problema de pesquisa não permitiu hesitar em relação a quão fundamental foi a manutenção dessa discussão sobre os impactos e atravessamentos do neoliberalismo, ou da razão neoliberal, a partir de um referencial crítico. O risco de abdicar dessa discussão seria a própria limitação de uma pesquisa de mestrado por não aprofundar as modificações que essa “nova” razão realizou no sistema capitalista, em função dos prazos exíguos para sua realização. No entanto, a inevitável inserção e o desenvolvimento da apropriação sobre o tema permitiram descortinar a extensão da lógica do capital no âmbito das relações sociais e esferas da vida. Aliás, o destaque para a superação da concepção engessada do neoliberalismo como um conjunto de políticas econômicas ou uma ideologia por uma percepção sistêmica normatizadora (sistema normativo) foi de fundamental importância (DARDOT; LAVAL, 2016). Contudo, é preciso reconhecer a complexidade da discussão e os desafios encontrados durante o processo de sintetização das informações para proporcionar uma leitura fluída e coesa aos leitores. Posto isto, o uso de analogias com elementos da cultura brasileira foram algumas das estratégias para o desenvolvimento da discussão sobre a “nova” razão.

Dardot e Laval (2016) avançam, ao reconhecer o neoliberalismo como uma racionalidade capaz de estruturar e organizar governantes e governados, através de um conjunto de discursos, práticas e dispositivos capaz de inaugurar outro modo de governar. É pertinente registrar que esses autores foram influenciados pela noção de “governo” dos estudos de Foucault (2004), que considera a via da atividade de conduzir a condutas das pessoas, diferente do

governo no âmbito institucional. A condução (governo) da vida das pessoas não necessariamente deve ser vinculada ou relativizada aos regimes autoritários; pelo contrário, subverte o direito à liberdade dessas pessoas para defender uma liberdade permissiva à governamentalidade<sup>1</sup> (DARDOT; LAVAL, 2016).

O objetivo dessas técnicas foi, e segue sendo, a inserção e reprodução de normas de condutas que almejam diferentes interesses que sofreram e continuarão sofrendo alterações, resultados das batalhas entre os grupos oligárquicos. Os principais objetivos do processo de implementação do neoliberalismo foram a consolidação da “lei natural” da concorrência e o modelo de empresa, inversamente proporcional às conquistas da classe trabalhadora. Todavia, não se trata de um processo padronizado e único se forem levadas em consideração as diferentes experiências e períodos de algumas nações. A implementação do neoliberalismo por meio de guerras ocorreu em alguns países, mas, em outros, o seu desenvolvimento foi silencioso e recebeu “auxílio” de organizações financeiras, blocos de países, propagandas eleitoreiras, (contra)reformas estruturais e outros métodos mais particulares. Entretanto, a semelhança entre os episódios atravessados pela guerra e aqueles sem uma guerra aparente é o enfraquecimento da democracia e instituições responsáveis pela garantia de direitos (CASARA, 2021).

Os sujeitos são destituídos da coletividade dos direitos fundamentais para operar na lógica da competitividade e meritocracia. Ademais, a responsabilização do “sucesso” ou acesso a certo bem-estar está vinculada a indicadores, tradução contábil de suas ações e à monetarização das suas escolhas. Aquelas pessoas que não conseguem operar dentro da respectiva lógica são responsabilizadas a pagar pelo “custo” das suas escolhas (DARDOT; LAVAL, 2016), mas uma parte significativa dessas pessoas sofre com o acréscimo de “tributos” em virtude dos marcadores sociais de diferença e colonialidade. Não foi possível contemplar essa discussão, mas é preciso registrar a importância de estudos que consigam adensar a discussão sobre o neoliberalismo junto à teoria da interseccionalidade e estudos decoloniais no contexto brasileiro.

Embora o Brasil tenha suas particularidades no processo de implementação dessa racionalidade neoliberal, historicamente é constituído por pessoas, grupos populacionais, fenômenos com características semelhantes àqueles “fadados à responsabilidade” de custear a sua “sorte”. E ainda como país de capitalismo periférico e dependente, amarga uma história

---

<sup>1</sup> O conceito de Governamentalidade foi desenvolvido por Foucault em diferentes obras, mas Dardot e Laval (2016) utilizam o termo no sentido mais amplo, que descreve o encontro de técnicas de dominação sobre o outro e técnicas de si.



marcada por longos períodos de colonialismo, escravismo e ditadura, o que acentuou profundamente a desigualdade social e a pobreza em particular. De acordo com a lógica descrita no parágrafo anterior, o fenômeno das populações em situação de rua é um exemplo passível de “responsabilização” pelo “ônus” causado em virtude das escolhas (individuais) e “cálculos” equivocados. Dessa relação advém o objetivo geral de “analisar a relação entre a racionalidade neoliberal e o antagonismo entre as ações de remoção e o Serviço Especializado em Abordagem Social em Porto Alegre, no intuito de contribuir para o aprimoramento das políticas direcionadas a este segmento populacional”.

A “responsabilização” está atrelada, de acordo com Dardot e Laval (2016), à “condenação” das pessoas que compõe esse fenômeno a experimentar o desemprego, a pobreza, a insegurança alimentar, a exclusão e outras violações de direitos por não conseguirem gerir o seu “capital humano”. Todavia, as pessoas que não utilizam a rua como espaço de moradia e/ou sobrevivência, não estão livres de tal desfecho, ou do “medo”, pois operam dentro da mesma lógica individualista que demanda o exercício do próprio cuidado, educação e busca por emprego para evitá-lo (DARDOT; LAVAL, 2016).

O apontamento relacionado ao alcance dessa racionalidade convidou a utilizar analogias para simbolizar a imagem desse processo. No primeiro momento, ensaiar as Ruas como mares de concretos singrados diariamente por diferentes navegantes que são impactados pela sua dinâmica e ondas durante os seus trajetos. Os navegantes estão representados no fenômeno das populações em situação de rua, que são lançadas nesses mares, sofrendo os impactos das ondas oceânicas e suas “forças perturbadoras e restauradoras” que representam a racionalidade neoliberal. A representação do fenômeno das populações em situação de rua em navegantes dos mares de concreto introduziu o primeiro dos objetivos específicos desta pesquisa, que buscou “caracterizar o fenômeno da população em situação de rua e as vulnerabilidades que o vinculam aos serviços socioassistenciais”.

A introdução sobre alguns pontos da racionalidade neoliberal vinculados ao fenômeno das populações em situação de rua e a apresentação de parte da analogia utilizada viabilizaram a discussão sobre exemplos destas forças. Um “bom” exemplo no campo do real impacto dessas forças perturbadoras e restauradoras são as ações de remoção das populações em situação de rua por agentes do Estado. Ainda que as remoções ocorram historicamente nos diferentes municípios brasileiros, a pesquisa buscou compreender sua lógica dentro dessa racionalidade e possíveis reverberações nas equipes da política de assistência social que se (des)encontram com

essas populações nas Ruas de Porto Alegre. Logo, a importância de contextualizar e compreender como está organizado o Serviço Especializado em Abordagem Social que atua diretamente com essas populações dentro do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e descrito na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014).

A tipificação tem como principal objetivo padronizar os serviços de proteções sociais em todo o território nacional e descrever o público a ser atendido, além do objetivo e do impacto esperado por cada serviço. E, também, como ocorre o acesso, qual o período de funcionamento, a abrangência e outras regulamentações dos serviços (BRASIL, 2014). Embora a tipificação qualifique os serviços ofertados pelo SUAS, não é o seu objetivo orientar a gestão das três esferas de governo, equipes e representantes das entidades de assistência social na execução das suas ações.

A orientação dessas ações, ou a profissionalização da política de assistência social, está materializada na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS que descreve os princípios e diretrizes, em território nacional, necessários para realizar a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, os princípios éticos e políticos das equipes, as equipes de referência dos serviços, diretrizes (Política Nacional de Capacitação, para os Planos de Carreira, Cargos e Salários – PCCS, para o cofinanciamento da gestão do trabalho etc. (BRASIL, 2011).

A Tipificação, Norma e outros documentos orientadores são alguns dos pilares que sustentam e organizam o trabalho das equipes inseridas nos serviços e equipamentos da Política da Assistência Social. Mesmo assim, é preciso reconhecer que a inserção em diferentes territórios, a complexidade das situações compartilhadas nos atendimentos e o universo de situações que compõem a rotina diária de trabalho exigem outros documentos para descrever as diferentes práticas e os repertórios utilizados pelas equipes que atuam no SUAS. Diante desse contexto a pesquisa buscou, com um dos seus objetivos (específicos), “contextualizar o Serviço Especializado em Abordagem Social e a rede de proteção para população em situação de Rua, segundo a organização do Município de Porto Alegre”.

A identificação dos repertórios utilizados pelos trabalhadores do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), para sustentar os encontros diários com pessoas e/ou famílias e suas relações com a rua, auxiliaria na compreensão dos possíveis atravessamentos causados nas equipes do SEAS pelas ações de remoção. Infelizmente, os rumos dessa pesquisa impossibilitaram essa coleta direta e o desenvolvimento da discussão. Todavia, alguns elementos que compõem a prática das equipes foram descritos durante o percurso investigativo.

Talvez o principal desses elementos seja o compartilhamento das demandas e histórias de vida das populações em situação de Rua que ocorre durante os (des)encontros com as equipes nos mares de concreto (Rua) e equipamentos das diferentes políticas públicas. São os (des)encontros que convocam as equipes a vislumbrarem e/ou construir ações e intervenções que dialoguem com as orientações e diretrizes, descritas nos documentos orientadores desse serviço. Reconhecer a prática das equipes a partir do ato de ‘ensaiar cirandas nas ruas’ oferta uma alternativa de compreensão dos acontecimentos constituintes dos (des)encontros na Rua.

Os (des)encontros<sup>2</sup> entre as equipes e as populações em situação de rua abarcam um volume complexo de ações, como: mapeamento nos territórios, acompanhamentos<sup>3</sup> de pessoas e famílias, criação e manutenção de ações e estratégias de proteção para essas pessoas e famílias. Além desses (des)encontros nos mares de concreto, a equipe do serviço é demandada pela cidade/comunidade e as próprias populações em situação de rua que, através dos seus testemunhos, denunciam diferentes violações de direitos humanos, violências de parte do Estado, a dificuldade e/ou repulsa no seu acesso aos serviços da própria política de Assistência Social e outras políticas públicas. O compartilhamento desses testemunhos institui a criação de uma relação mediada pela disponibilidade de se estar diante das alegrias e vulnerabilidades desse outro/a (populações em situação de rua) e a “responsabilidade” de *acompassar* o acesso aos serviços e direitos. Ademais, os (des)encontros são os momentos necessários a fim de que ocorra o convite para o ato de ensaiar cirandas. Instante que virtualmente suspende o navegar dessas pessoas nos mares de concreto pela capacidade de aproximar quem está disposto a tentar cantar e dançar o universo das cirandas.

A decisão de utilizar a expressão *ensaiar cirandas na Rua* foi justificada pelo simbolismo emprestado pelas cirandas constituídas de “canções” e o “dançar”. As canções devem ser concebidas como o transitar entre letra e melodia. Nessa analogia, a letra das cirandas representa o histórico de navegação dessas populações e a melodia constituída pelas ações que compõem a prática das equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social. A construção do simbolismo da “canção” ocorre através do *encontro* entre essas letras e melodias. Não por acaso, a expressão *encontro* foi descrita pelas equipes que executam esse serviço em Porto

---

<sup>2</sup> Essa expressão é utilizada para representar os momentos que as equipes acabam indo ao ou de encontro às populações em situação de rua nas ações de abordagem social. As PSR em alguns momentos não está disposta a dialogar com as(os)trabalhadoras(es) por diferentes acontecimentos de sua vida.

<sup>3</sup> É pertinente registrar que essa expressão pode ser identificada em dois contextos: o acompanhamento de uma família ou indivíduo, inserida no Serviço PAEFI, de responsabilidade da(o) técnico social. Além dessa, o ato de acompanhar alguma família ou sujeito aos diferentes logradouros e/ou serviços disponibilizados na cidade.

Alegre como uma tentativa de utilizar outra perspectiva de compreensão, ou superação, se comparado aos *atendimentos/abordagens sociais* (SCHUCH; GEHLEN e SANTOS, 2017, p. 147). Durante o percurso de pesquisa foi utilizada a perspectiva dos “(des)encontros” numa tentativa de ampliar o espectro de ocorrências que transpassam os acontecimentos entre as populações em situação de rua, equipes do serviço especializado em abordagem social e as ações de remoção dessas populações.

O “dançar” forneceu o simbolismo para vislumbrar a produção de sentido daquilo que é movimento, ou seja, aquelas ações realizadas em conjunto pelas equipes e essas populações. É necessário resgatar uma das tentativas de explicar a origem da própria ciranda para produzir sentido a tal analogia. Segundo o saber popular, o nascimento da ciranda ocorreu através das mulheres de pescadores que cantavam e dançavam em roda nas beiras das praias, enquanto aguardavam o retorno dos pescadores e suas embarcações (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2023). Diferente desta narrativa, esta perspectiva almeja descrever o ensaio dos ‘passos’ do dançar e seus possíveis (des)compassos durante o *ensaiar cirandas nas Ruas* da capital gaúcha.

Concomitantemente à tomada de decisão por essas analogias surgiu o questionamento: *Quem está disposto a ensaiar as cirandas na Rua?* É evidente a influência do verso da canção de domínio público, registrada pela primeira vez por Teca Calazans, em 1963, que em sua letra afirma o recebimento de uma das muitas cirandas da Mestra Cirandeira Lia de Itamaracá (GELEDES, 2016). Embora Lia de Itamaracá tenha entregado para a cultura brasileira diversas cirandas, o *ensaiar cirandas na Rua* não possui uma compositora específica e/ou está restrito a uma região brasileira, mas convocou a pesquisar sobre quem está disposto a ensaiá-las e os (des)compassos que ocorrem diante dos mares de concreto porto-alegrense. Esses (des)compassos dialogaram com o terceiro, e último, objetivo específico desta dissertação, que buscou “elucidar de que forma as ações de remoção do fenômeno da PSR são legitimadas pela racionalidade neoliberal e contraditórias às proteções sociais”.

A pesquisa não almejou encontrar ou apresentar um modelo de ensaiar cirandas, mas problematizar o modo de movimentá-las e recriá-las através das seguintes questões orientadoras:

- quem são essas pessoas e famílias que compõem o Fenômeno das Populações em Situação de Rua?

- como se caracterizam os serviços socioassistenciais que atuam especificamente com as pessoas/famílias e suas relações com a Rua e o diálogo desses serviços com a rede de atendimento e a cidade?
- quais as bases que direcionam as ações de remoção das PSR realizados por trabalhadores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre?
- como contribuir com ações intersetoriais e transdisciplinares que se contraponham à razão neoliberal?

Foi através dessas questões que surgiram a problematização sobre a importância dessa movimentação e a recriação ocorrer de forma coletiva, ou seja, aproximá-las das “características” intersetoriais e transdisciplinares. Ao reconhecer a necessidade da (re)aproximação com essas “características” inevitavelmente foi necessário resgatar a concepção de intersetorialidade e os desafios de sua concretização (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013), como eixo estruturante no âmbito da política de Assistência Social e outras políticas públicas, haja vista o esforço dos diferentes setores na materialização dessa lógica que, mesmo assim, carece de sincronismo.

Destaca-se o artigo *Políticas Públicas e Intersetorialidade em Debate*, no qual as autoras descreveram que essa lógica de gestão (intersetorial) é perpassada por diferentes âmbitos das políticas sociais e demanda uma articulação entre os setores das diferentes políticas públicas. Acrescentam que a aplicação dessa lógica busca romper a fragmentação das políticas sociais e a importância do reconhecimento da relação que ocorre entre a prestação de serviços, o Estado e os cidadãos (BELLINI *et.al.*, 2014). Embora a apresentação dessa lógica e o reconhecimento da impossibilidade de ensaiar cirandas sem vislumbrá-la, o cotidiano de trabalho apresenta lacunas entre as ações/estratégias construídas, a participação e inclusão de outros setores nas discussões sobre esse fenômeno e a negação dos saberes daquelas pessoas que demandam o suporte e a escuta necessária para construir estratégias e dispositivos que interrompam ou atenuem o impacto causado pelos “vazios intersetoriais” e resistam aos impactos das forças perturbadoras e restauradoras dessa racionalidade.

## **2 CAMINHOS LITORÂNEOS... SEUS SONS E MARCAS (ROTAS METODOLÓGICAS)**

### **2.1 MÉTODO**

O método utilizado nesta pesquisa foi o materialismo dialético e histórico que, segundo Frigotto (1994), é uma contraposição ao pluralismo e ecletismo metodológico, a partir do momento que rompe com análises pseudoconcretas e metafísicas de diferentes matrizes pelo materialismo histórico e sua capacidade de compreender a vida da sociedade, evolução histórica e prática social das pessoas. O materialismo dialético parte da realidade concreta e busca identificar suas múltiplas determinações, valendo-se das categorias da historicidade, mediação, contradição e totalidade, que são oriundas da própria realidade e operam no processo de analisar e explicá-la, mas não devem ser compreendidas isoladamente ou como elementos estáticos limitados à mera contemplação. Cury (1985) descreve a importância do movimento (articulação) entre essas no ensaio da compreensão dos fenômenos a partir dos movimentos do pensamento e do real. A descrição de Cury dialoga com a concepção de pesquisa racional (dialética), postulada anteriormente por Lefebvre (1991), ao descrever as leis do método dialético. Dessas leis, cabe o destaque à “Lei Universal da Interação”, que reconhece qualquer tentativa de isolar um fato e/ou fenômeno, e compreendê-lo a partir desse isolamento, como uma tentativa de privá-lo de sentido. A tentativa de destituir o movimento como característica constituinte de um fenômeno é transformar a natureza, na perspectiva metafísica, na soma de objetos exteriores (caos de fenômenos). A pesquisa dialética (racional) deve considerar os fenômenos a partir do conjunto de suas relações e do compartilhamento dessas entre si. Amplia essa perspectiva ao registrar a necessidade de reconhecer o conjunto dos aspectos e manifestações daquela realidade que esses “fenômenos” constituem (LEFEBVRE, 1991).

Prates (2003) atenta para a capacidade do método dialético-crítico em equilibrar durante o processo investigativo condições objetivas e subjetivas, a constituição dos fenômenos sociais, a partir do movimento contraditório, contextualizados e interconectados sobre o prisma da totalidade. Além disso, a articulação entre os dados quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade, e outras informações coletadas no processo investigativo.

Esta pesquisa configura-se como qualitativa de caráter exploratório, pois pretende aprofundar uma discussão carente de produções que articulem o fenômeno das PSR, ações de

remoções e a racionalidade liberal. Entretanto, é preciso reconhecer a existência de produções que realizem discussões constituídas por esses assuntos, mas não ocupam o “eixo central” da discussão. Além disso, dissertar sobre esse, e diferentes temas, possibilita a formulação de outros problemas através desta pesquisa para estudos posteriores (GIL, 2008).

## 2.2 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo pretende realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema e análise de documentos relacionados às remoções das PSR no Município de Porto Alegre/RS. Em breve pesquisa realizada nas bases de Teses e Dissertações das instituições UFRGS, UNISINOS e PUCRS com os seguintes assuntos, operadores booleanos e filtro: “em situação de rua AND remoções AND porto alegre AND racionalidade neoliberal”, no período entre 2016 e 2021. O resultado foi composto por 56 produções entre teses e dissertações que atendiam a alguns dos critérios de busca. Algumas dessas dissertações e teses descrevem ou relacionam os episódios históricos e contemporâneos de remoções que ocorreram na região central de Porto Alegre. A outra parcela abordou remoções realizadas como reflexo das modificações que a cidade sofreu no período da Copa do Mundo de 2014. Cabe registrar que as ações de remoções citadas estão vinculadas às pessoas e/ou famílias “domiciliadas”, se for reconhecida a existência de moradias nas diversas condições e configurações.

Diferente das produções citadas no parágrafo anterior, um percentual inferior a 5% do total de produções encontradas vinculou o fenômeno das populações em situação de rua e ações de remoções. É preciso registrar a existência de pesquisas anteriores ao período descrito que relacionaram as solicitações de remoção das populações em situação de rua ao processo de banalização da vida, relações de opressão e imputação do crime (in)existente da pobreza (PIZATTO, 2012).

Todavia, nenhuma das produções relacionou diretamente essas ações à racionalidade neoliberal ou neoliberalismo. No entanto, o reconhecimento e registro do impacto dessa racionalidade está presente em grande parte das produções realizadas no Serviço Social e outras áreas, pela relevância dessa discussão na contemporaneidade. A escolha das respectivas bases de dados da UFRGS, UNISINOS e PUCRS é justificada pela localização e possível aproximação dessas instituições com estudos relacionados em Porto Alegre.

### 2.3 TIPO DE ANÁLISE

Os dados coletados foram analisados a partir da perspectiva da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977), que permite concebê-la como um conjunto de técnicas que almeja analisar comunicações e mensagens por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos. Logo, a autora descreve esse processo como um tratamento da informação que constitui essas mensagens, mas atenta para ampliar o espectro de compreensão ao inserir a capacidade de analisar os significados e significantes. É pertinente realizar o registro de outras proposições semelhantes às realizadas por Bardin, que foram sistematizadas por Marconi e Lakatos (2003), ao descreverem o universo das técnicas de pesquisa). Bardin atenta para a necessidade de refletir sobre a especificidade da análise de conteúdo a partir de exemplos responsáveis por simbolizarem o tratamento como “mola propulsora” para a compreensão de outras coisas. Cabe o destaque sobre os saberes, oriundos das deduções dos conteúdos, que podem ser de diferentes naturezas (psicológica, sociológica, histórica etc.). Bardin afirma que a intenção da análise de conteúdo é constituída na inferência daqueles conhecimentos oriundos das condições de produção e recepção das mensagens. Na intenção de facilitar a compreensão sobre essa afirmação da autora, torna-se necessário o compartilhamento do utilizado pela mesma:

O analista é como um arqueólogo. Trabalha com *vestígios*: os <<documentos>> que pode descobrir suscitar<sup>(24)</sup>. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e fenómenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles. Tal como a etnografia necessitada etnologia, para interpretar as descrições minuciosas, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para *inferir* (deduzir de maneira lógica)<sup>(25)</sup> conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detective, o analista trabalha com *índices* cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos. Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a *interpretação* (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra. (BARDIN, 1977, p. 38). (Grifo no original).

A *Organização da Análise* está inserida dentro das discussões sobre o procedimento de análise de conteúdo conforme proposto por Bardin (1977), que descreve três polos cronológicos. O primeiro é a *Pré-Análise* responsável por organizar as ideias iniciais e estabelecer um programa que pode permitir ou não a inserção de outros procedimentos no percurso de análise. Esse polo ou fase geralmente possui três objetivos: escolher os documentos que serão submetidos à análise, formular hipóteses e objetivos, e, por fim, a construção de indicadores que



sustentem a interpretação final. A principal atividade dentro da *pré-análise* é a *leitura flutuante*, que permite aproximação com os documentos e os atravessamentos das impressões e orientações do texto. A outra atividade é a *escolha dos documentos* que constituem o universo de documentos de análise e a definição do *corpus*. Esse último é reconhecido como o conjunto dos documentos que serão submetidos à análise, mas a sua construção exige algumas regras, e as principais são: *exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência* (BARDIN, 1977).

A penúltima dessas atividades trata dos *indicadores* que demandam o reconhecimento dos textos como manifestações constituídas por índices implicados pelo processo de análise a *falar* e a organização sistemática em indicadores. Destarte a descrição de Bardin em relação à escolha dos índices:

Uma vez escolhidos os índices, procede-se à construção de indicadores precisos e seguros. Desde a pré-análise devem ser determinadas operações: de *recorte do texto* em unidades comparáveis de *categorização* para análise temática e de modalidade de *codificação* registro dos dados. A última das atividades vinculadas à *pré-análise* é a *preparação do material* que é responsável pela preparação do material reunido, mesmo antes da análise propriamente dita, e eventualmente uma preparação formal (edição). Inserido nesta preparação estão as possibilidades de alinhamento dos *enunciados intactos, proposição por proposição, até a transformação linguística dos sintagmas*, visando à padronização e classificação de acordo com a equivalência. (BARDIN, 1977, p. 100-101).

A segunda fase de análise é a *Exploração do material*, descrita como *longa e fastidiosa* devido ao processo de codificação, desconto ou enumeração de acordo com regras formulados *a priori*. Embora não tenha uma condição posta, a etapa da exploração do material “depende” de uma conclusão das diferentes operações da pré-análise para que tenha um caráter de administração sistemática daquilo que foi decidido. A terceira e última das três fases, intitulada *Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação*, oferece ao analista ou pesquisador o tratamento dos resultados brutos para que se tornem significativos e válidos. Nessa etapa são realizadas operações estatísticas, ou de maior complexidade, que, junto de quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, fazem emergir aquelas informações resultantes da análise. Essas podem passar por provas estatísticas e testes de validação na tentativa de garantir resultados significativos e fiéis que permitem a proposição de inferências, interpretações dos objetivos previstos e outras descobertas fruto do processo de pesquisa e análise. Todavia, é possível que os resultados obtidos subsidiem outras análises de diferentes dimensões teóricas e/ou mediadas por técnicas distintas (BARDIN, 1977).

## 2.4 ESQUEMA METODOLÓGICO

**ESQUEMA  
METODOLÓGICO****LEGENDA:**

● - Fenômeno das  
Populações em  
Situação de Rua

### 3 MARES DE CONCRETO

Tentar falar sobre esse ou qualquer outro tema através de uma pesquisa, demanda, de quem assumiu esse compromisso, a escolha de um ponto de partida, até o desconhecido destino. A realização de uma analogia com o *ensaiar cirandas* e o argumento litorâneo permite que esse ponto de partida da pesquisa, diferente do esperado, seja os próprios mares de concreto da cidade, ou seja, a Rua, que simboliza a racionalidade neoliberal. Ainda que diversos estudos sejam realizados sobre ou relacionados a este “lugar”, a proposta desta pesquisa é identificar o movimento existente nesses mares atravessados diariamente pelos diferentes navegantes. Cabe destacar, brevemente, a polissemia da Rua a partir do imaginário social e a importância desse elemento de análise da sociedade para ensaiar sua dinâmica. Adensando e disputando um lugar de representatividade dentro desse imaginário social sobre a Rua estão as diferentes disciplinas, com suas tentativas de produzir sentido dentro das respectivas epistemologias. Luciana Cabral (2005) descreve que alguns autores da Geografia concebem a Rua como uma dimensão concreta da espacialidade das relações sociais de um determinado tempo histórico. É nessa dimensão que ocorrem e são percebidas diferentes formas de apropriação, pois emergem as contradições e singularidades que habitam o cotidiano das cidades. A Arquitetura e Urbanismo convida a reconhecer as Ruas a partir da sua capacidade de conectar diferentes pontos de interesse particular ou semipúblico que constituem uma rede de canais livres e de propriedades coletivas, conforme descrito por Santos (1988) em relação à multiplicidade da rua.

Diante dos breves resgates sobre diferentes perspectivas de compreender a Rua é preciso reconhecer a importância de um movimento que antecede a tentativa de construir qualquer definição, ou seja, a sua própria ampliação e impossibilidade de definição. Logo, reconhecer suas diferentes dinâmicas apresenta-se como uma possibilidade de condensar e articular diferentes saberes. Lefebvre (1999) realiza essa ampliação ao libertar a Rua do lugar de passagem e circulação, pois insere a perspectiva do encontro na discussão. Porém, problematiza a invasão dos automóveis e a destruição através desse acontecimento na vida social e urbana, inviabilizando os encontros no espaço da rua. O autor descreve que a possibilidade de encontros espontâneos produz sentido à vida urbana, mas não generaliza todos esses encontros ao questionar os tipos estabelecidos na Rua e a diferenciação do ato de caminhar ao lado do outro de um encontro. Destarte, o ato de caminhar ao lado não deve ser reconhecido enquanto um

encontro, mas como uma característica dessa rede organizada voltada para o consumo que se tornou a Rua (CABRAL, 2005).

É evidente que a Rua descrita nas breves sínteses está associada ao transitar, conectar, compartilhar, encontrar, entre outras características que habitam os percursos. A proposição dessa pesquisa é transpor essas associações através da identificação de outros “espaços”, historicamente semelhantes na sua função e dinâmica, mas ausentes na contextualização da Rua. Ainda que Saldanha (1993) proponha uma reflexão sobre a semelhança entre a essência da Rua e uma praça, não é possível afirmar, na perspectiva do autor, que esses e outros lugares constituem a representação de Rua relacionada ao fenômeno das PSR. Mesmo assim, o autor descreve uma diferença pertinente entre a vivência desse espaço por parte das classes dominantes e das classes baixas, pois acredita que os “logradouros” são criações das classes dominantes. Logo, a Rua e as praças são tendenciosas aos interesses da classe dominante e as contradições entre aquilo que é público e privado, pois as mudanças arquitetônicas e ações urbanísticas alteraram suas funções (CABRAL, 2005). Sennet (1993) justifica a perda de sentido do espaço público a partir do momento que a estética e a visibilidade modificam a dinâmica da Rua dado o imperativo da passagem, ou seja, deslocamento, perdendo o direito de gozar da permanência e possível convivência social que esses espaços ofertavam.

Não obstante os argumentos relacionados ao contexto adverso no âmbito das funções e dinâmicas desses espaços, a existência de movimentos simbólicos de resistência é identificada no decorrer do processo histórico. Na modernidade, Benjamin (1989), atravessado pelos estudos sobre Charles Baudelaire e Paris, encontra na figura do *flâneur* uma maneira de simbolizar essa disputa pela Rua, pois o simbolismo desse personagem, que reflete a partir da Rua e contradiz a burguesia, vai de encontro à desvalorização da subjetividade e razão imposta pelas rupturas da modernidade<sup>4</sup>.

Essas rupturas justificam a criação de instituições responsáveis pelo gerenciamento da vida da sociedade e a legitimação das ações impostas pela racionalidade (HANSEN, 2000). Ainda sobre essas rupturas, Harvey (1992) reconhece esses processos de rupturas a partir de condições históricas, mas atento para os conflitos existentes nos arranjos espaciais fruto da

---

<sup>4</sup> Embora o *flâneur* seja um personagem aparentemente deslocado da atual realidade brasileira, se faz necessário o registro dentro da linha histórica de raciocínio. Além disso, é possível relacionar com outras figuras históricas dentro do imaginário social da rua, se levada em consideração a localização. No Rio de Janeiro é possível identificar a figura do *malandro*, enquanto em Buenos Aires se destaca o *compadrito* (LEITE, 2022).

concepção e visão de mundo na modernidade, estruturada a partir de diferentes modelos de racionalidade.

Inseridas nas modificações fruto da modernidade estão às mudanças que ocorreram na relação das pessoas com a Rua. Uma das principais mudanças observada a partir da década de 1960 é o retorno da intimidade para ordem dos interiores (salões, clubes, centros etc.), se comparado com a concepção da Rua como um espaço público (CABRAL, 2005). Os pequenos marcadores de tempo compartilhados através das perspectivas dos autores não conseguem alcançar todos os movimentos e disputas que ocorreram, e ainda ocorrem, na Rua e pela Rua, mas permitem compreender o caráter cíclico dessas mudanças e contradições em consonância ao *zeitgeist* da época. Na contemporaneidade, a cisão do espaço público e a chegada dos “dispositivos de lazer” (televisão, celulares, smartphones, redes sociais, plataformas de *streaming* etc.) proporcionaram o “esvaziamento” e disputam com as Ruas e praças os espaços de divertimento e encontros (CABRAL, 2005). Estes “dispositivos de lazer” permitem o acesso e compartilhamento de um universo de informações a partir de diferentes espaços que dialogam na maior parte com o espaço privado ou ato de estar em movimento. Cabral (2005) sintetiza o contexto das grandes cidades na contemporaneidade que auxilia na compreensão do “sucesso” desses dispositivos:

As ruas das grandes cidades foram transformadas num espaço tumultuado, onde centenas de pessoas de todas as classes e situações passam correndo umas pelas outras, sem ao menos se olharem. As ruas das grandes cidades deixaram de ser espaço de passeio e lazer para converter-se em espaço de indiferença. (CABRAL, 2005, s/p).

A problematização da autora, vinculada às Ruas (e praças) das grandes cidades, convida a refletir sobre o contexto ou racionalidade que afeta as pessoas e suas relações com esses “lugares”. Após essa breve revisão sobre esse imaginário social que preparou minimamente essa incursão nos mares de concreto, surge o momento de reconhecer os movimentos (dinâmica) marítimos, ou seja, as forças existentes e invisíveis que serão relacionadas ao neoliberalismo durante esta pesquisa.

De antemão, é necessário realizar um apontamento sobre a perspectiva de neoliberalismo utilizada no estudo por se tratar de um conceito que atravessa diferentes períodos históricos e sistematicamente compõe os debates das ciências sociais. As perspectivas apresentadas por Dardot e Laval (2016) sobre *A Nova Razão do Mundo*, que transformou o capitalismo e as sociedades, permitiu a emancipação do caráter ideológico e político econômico, ao reconhecê-

lo como um sistema normativo capaz de se estender ao redor do mundo e influenciar todas as esferas da vida e relações sociais. Os autores registram o marcador temporal da crise de 2008 e seus desdobramentos para contextualizar o período de reflexão sobre suas percepções e as modificações que seguem em curso desde 1930. A compreensão política do neoliberalismo encontra sentido no reconhecimento desse projeto social e político que está representado e promovido desde a revisão das doutrinas e políticas do *laissez-faire*. Trazendo consigo uma perspectiva particular de democracia, possivelmente derivada do *antidemocratismo* que abstém o direito privado de qualquer normatização e/ou controle, e reforça a capacidade desse sistema fechado de interromper qualquer tentativa de autocorreção de trajetória, mesmo que seja necessário desativar ou suspender o jogo democrático. Logo, o ingresso numa *era pós-democrática* (DARDOT; LAVAL, 2016).

A imagem de um nevoeiro na beira de uma praia pode auxiliar a descrever a dificuldade de explicar onde ocorrem os confrontos políticos com o sistema neoliberal, pois esse sistema é instaurado, e sustentado, pelas forças e poderes compartilhados no âmbito nacional e internacional por um bloco oligárquico. Ainda que esses apontamentos aparentem uma macroestrutura da discussão proposta nesta pesquisa, os mares de concreto e seus navegantes não seriam indiferentes ao neoliberalismo, ou seja, o sofrimento fruto dessa subjetivação neoliberal que age para desarticular, promover o egoísmo social, negação da solidariedade e justificam o crescimento de movimentos reacionários ou neofascistas.

Entretanto, Dardot e Laval (2016) viabilizam o reconhecimento do neoliberalismo, como uma *racionalidade* capaz de estruturar e organizar ações e condutas dos governantes e governados. A principal característica dessa racionalidade é o princípio universal da concorrência, uma norma de conduta para os sujeitos, e a empresa como um modelo de subjetivação. Aos governos, ou melhor, a governamentalidade, cabe à utilização de seu vasto repertório de formas de conduzir a conduta dos homens, isto é, através dessa condução produzir o *autogoverno* do indivíduo. Esse *autogoverno* do indivíduo é descrito por Foucault (2020) como o modo de ação que um sujeito exerce sobre si mesmo através das técnicas de si, ou seja, ampliando o espectro das relações de poder para consigo e os outros (DARDOT; LAVAL, 2016).

Os navegantes que singram os mares de concreto foram e são atravessados por diferentes marés, se for em consideração suas histórias, que permitem ou impossibilitam sua navegação. Embora as marés não sejam as únicas responsáveis pelas alterações desses mares, a onda

oceânica (racionalidade neoliberal) e suas forças (perturbadora e restauradora) fazem questão de repulsar aqueles navegantes indesejáveis.

### 3.1 EM BUSCA DOS RASTROS QUE O MAR NÃO DEIXA

O registro dos navegantes indesejáveis no capítulo anterior invariavelmente realiza o convite para que, no próximo parágrafo, seja feita, ou ao menos tentado, a descrição de quem são estas(es) navegantes que insistem ingressar em mares que desconhecem a calmaria. Ainda que seja o caminho “mais lógico” dentro dessa racionalidade que também atinge o ambiente acadêmico, a busca por essas informações assemelha-se à imagem de cirandeiras(os) que, ao passar suas mãos pelas areias das diferentes praias, tentam encontrar pistas sobre aquelas(es) navegantes que se lançaram ao mar. Embora os ventos e as próprias ondas modifiquem a composição dessas areias, faz-se necessário encontrar fragmentos que permitam o resgate das outras tentativas de descrever essas cirandas e os próprios navegantes. Movimento que busca identificar transformações que ocorreram na perspectiva utilizada para compreender esses navegantes (PSR) em recortes do processo histórico de outras pesquisas vinculadas aos mares de concreto porto-alegrense. Todavia, é preciso contextualizar os documentos utilizados, como marcadores temporais, dentro desse capítulo e a justificativa para sua inserção, uma vez que alguns não “dialogam” com os critérios temporais dessa pesquisa.

A escolha de analisar esses documentos é justificada pela importância de resgatar pesquisas (teses e dissertações) que analisam as populações em situação de rua no ano de 2012. A partir desses estudos foi possível identificar mudanças ou semelhanças na conformação do fenômeno das PSR. Destaque para três produções realizadas em 2012 por pesquisadoras que atuam ou atuavam no âmbito profissional com esse segmento populacional.

A primeira das produções analisadas foi a dissertação de mestrado intitulada “No olho da rua: o serviço de atendimento social de rua em Porto Alegre – abordagem social de rua na sociedade” (PIZZATO, 2012). No capítulo destinado a descrever as PSR, a autora, e trabalhadora da política de Assistência Social em Porto Alegre, contextualizou os processos e acontecimentos históricos que modificaram e qualificaram diretamente as percepções referentes à organização desse grupo populacional. Todavia, lança mão da Política Nacional para Inclusão das Pessoas em Situação de Rua – PNPR para caracterizar as PSR, nos seguintes termos:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009a, p. 8).

Embora essa primeira dissertação tenha realizado uma consistente discussão do tema proposto a partir de articulações com a Questão Social e trajetória da organização do serviço de Abordagem Social de Rua, a vasta faixa de areias convida a busca por outras pistas desses (des)conhecidos(as\es) navegantes.

Ainda que seja difícil perceber fragmentos ou marcas nessas areias, a dissertação escrita por outra trabalhadora da Política de Assistência Social da capital gaúcha, descreveu a presença histórica do fenômeno das PSR, os desdobramentos do sistema capitalista para essa população (MACHADO, 2012) e o convite a compreendê-lo como um processo (de rualização) constituído por diversos fatores e condicionantes (PRATES *et al.*, 2011). A possibilidade de entendê-lo como um processo é apresentado como uma tentativa de emancipar a própria discussão sobre as PSR. Na relação com o presente estudo e simbolismo utilizado, a descrição dessas PSR seria uma tentativa de explicar através de uma imagem estática, ou perspectiva, os navegantes que se lançam aos diferentes mares. A partir da preposição da autora é possível atribuir o movimento que possibilita, e exige, a inserção de outros fatores e saberes nessa discussão. Nas palavras da autora:

A tentativa, então, através deste estudo, em que pese o interesse por conhecer a gênese do processo de rualização e poder incidir junto a esses sujeitos e famílias dentro de um sistema (SUAS) que preconiza, entre outras questões, a atenção e proteção sob a ótica da vulnerabilidade, é tentar romper com um olhar e uma concepção estática sob a rua e esses sujeitos que nela vivem. (MACHADO, 2012, 58)

A descrição da autora pode ser simbolizada na cena de uma pessoa que acaba encontrando pistas dos(as) navegantes nas areias das praias. Algumas dessas já não permitem identificar sua autoria, devido à ação dos mares, mas algumas pegadas, marcas de embarcações, pedaços de redes, boias e outros pertences simbolizam pistas desse processo de ir ao ou de encontro aos mares de concreto.

Antes de registrar os apontamentos realizados sobre a última pesquisa (dissertação de mestrado) que se debruçou sobre o fenômeno das PSR no ano de 2012, é preciso assinalar que essas três produções foram realizadas por trabalhadoras inseridas na Política de Assistência Social em Porto Alegre, que atuaram ou permanecem atuando junto às PSR e compartilham a



formação em Serviço Social. Logo, diante da carência de estudos sobre essas populações a importância desse resgate acaba reforçando o compromisso com o método de pesquisa marxista. Embora tenha o seu rigor teórico, sua dinâmica dialoga com a ciranda e seus compassos, conforme descrito no capítulo *Rotas Metodológicas*. No estudo realizado por Débora de Paula (2012), a autora compartilha algumas referências com as duas produções citadas anteriormente, mas introduz a discussão sobre o reconhecimento das PSR dentro de uma classe trabalhadora precarizada, que possui diferentes relações com a Rua. A expressão *ficar na rua* almeja descrever aquelas pessoas (navegantes) que não conseguem sustentar o pagamento de espaços para pernoite ou acesso aos albergues, mas necessitam recorrer à Rua para pernoitar. Contudo, qualquer tentativa de reconhecer estas pessoas como navegantes nestes mares de concreto é repudiada, pois não reconhecem como elementos constitutivos da trajetória de vida. Seu corpo e pertences aos poucos (ou muitos) são molhados pelas águas salgadas (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 1994).

A construção de uma relação mais próxima com a Rua, ou seja, o reconhecimento desse lugar como espaço de moradia capaz da constituição de relações com outras pessoas em situação semelhante e o acesso aos serviços disponibilizados para esse segmento populacional configuram o *estar na rua*. Todavia, não devem ser compreendidos como “moradores de rua”, ainda que, ao adentrar ao mar, não se preocupem com água salgada e o gosto da mesma em sua boca. Já a expressão *ser da rua* registra a diluição desse sujeito nos mares de concreto ao descrever situações de precariedade psíquica, física e material, e a dificuldade de deixar esse espaço ou retornar ao mercado de trabalho (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 1994). Essa expressão acaba por negar a existência dos navegantes, ou despolitizar seus corpos, possivelmente facilitando a realização de ações de caráter higienista ou reprodução de um discurso fatalista que tenta afastá-los(as) da beira do mar ou dos cais.

Os apontamentos e articulações realizadas por Paula (2012) permitem o surgimento de diversos questionamentos sobre cada uma das expressões utilizadas para explicar as diferentes relações dos navegantes, ou aspirantes, com os mares de concreto. Diante disso, a necessidade de compreender o processo de aproximação desses(as) navegantes e o mar, dado que esses mares são capazes de modificar a história dos navegantes, a saudade de quem ficou na beira do mar (dinâmica familiar), saúde e sua “capacidade” de navegação. Não obstante, a autora descreve o processo de rualização (PRATES, PRATES e MACHADO, 2011) por acreditar que ao dialogar sobre estes caminhos até os mares são tentativas de evitar naufrágios e fomentar o seu retorno

para terra firme.

### 3.2 HÁ UM MODO DE ENTRAR NO MAR... E UM MODO DE ESQUECER DE NÓS... (IN)DESEJÁVEIS NAVEGANTES

Pesquisar sobre qualquer tema que atravesse o fenômeno das PSR exige o exercício de resistir aos repertórios que comumente limitam os navegantes às adversidades enfrentadas nos mares de concreto, ou seja, a Rua. Repertórios que aparentemente funcionam como um “canto da sereia” que enfeitiçam (assujeitam) o(a) pesquisador(a) ao imaginário social das vulnerabilidades sociais como principais elementos constituintes das PSR. Talvez esse seja um dos principais pontos a se considerar no percurso das pesquisas em relação às PSR, pois, ao limitá-las somente às vulnerabilidades “espontaneamente” corrobora aos pressupostos neoliberais que justificam, de acordo com Dardot e Laval (2016), as experiências a partir de escolhas e “cálculos” equivocados. Dito isso, é indispensável registrar que não se trata de negar a relação existente entre o fenômeno das PSR e as vulnerabilidades sociais, mas problematizar essas “experiências” de vulnerabilidade social como reverberações de diferentes fatores históricos e estruturais. A mudança de perspectiva ao enxergar as vulnerabilidades sociais a partir de “experiências” que atravessam diferentes populações almeja diminuir a produção de inferências resultantes de um possível imaginário social das “populações em vulnerabilidade social”. A justificativa para tal mudança é a tentativa refletir sobre o receio de uma parcela da sociedade no convívio ou qualquer tipo de aproximação com essas populações. No decorrer da pesquisa foi desenvolvida a relação dessa lógica com o fenômeno das PSR que resulta na construção do imaginário de uma população “perigosa” por estar na Rua e/ou pela denúncia do possível fracasso da racionalidade neoliberal.

Ao resgatar o simbolismo litorâneo dos navegantes (PSR) e/ou naufragados nos diferentes logradouros da cidade, faz-se necessária a inserção da presença dos cais<sup>5</sup> na paisagem litorânea. São “locais” que aguardam os navegantes de “braços abertos” e proporcionam o encontro entre esses e outros(as/es) navegantes, pois simbolizam os serviços e equipamentos endereçados para atender e/ou acompanhar especificamente essas pessoas e famílias,

---

<sup>5</sup> A escolha por utilizar a palavra *cais* não ocorreu ao acaso, pois, além de dialogar com a temática litorânea utilizada no texto, é uma forma de homenagear os serviços da política de saúde mental. Na capital gaúcha, o CAPS CAIS MENTAL CENTRO, anteriormente CAIS MENTAL CENTRO, tem esse nome exatamente com esse objetivo, conforme o relato de uma trabalhadora que participou da implementação do serviço.

atravessadas pela situação de rua, moradia e/ou sobrevivência, como, por exemplo, aqueles ofertados nas políticas de saúde e assistência social. Embora esses serviços e equipamentos abarquem grande parte dos encontros, nem sempre esses navegantes atracam suas embarcações nos mesmos cais, pois sofrem com a força dos ventos litorâneos. Nesse caso, os ventos litorâneos são suas “trajetórias de rua” ou “percursos na rua”, que incidem diretamente na aproximação ou afastamento dos “cais”. Além disso, existe a possibilidade de os ventos direcionarem para “regiões portuárias” que diferem dos cais por se tratar de serviços e equipamentos endereçados para todos os usuários do SUS, SUAS, política de educação (Escola Municipal Porto Alegre – EPA) e outras. Ambos os destinos subsidiarão uma parte significativa na composição das letras das cirandas, ou seja, o histórico de navegação.

A composição das letras das cirandas não deve ser compreendida como sinônimo para justificar a trajetória de rua dessas populações, pois existem outros processos que incidem diretamente na relação das pessoas com a Rua. Cabe destacar as pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (PPGSS) relacionadas aos processos de rualização, por Simone Machado (2012) e Rodrigo Nunes (2019), e outros acontecimentos recentes, como a pandemia do vírus COVID-19.

Diante da complexidade e incerteza desses mares de concreto, cais, ventos litorâneos e zonas portuárias, o estudo das cartas náuticas e rotas utilizadas pelos navegantes é importante no processo de construção dos planos de navegação, para diminuir naufrágios ou acidentes marítimos nesse singrar por esses mares. Essa estratégia de navegação está representada, neste estudo, nas tentativas de pesquisadores, e da política pública, de descrever o fenômeno das PSR. Dentre essas tentativas, cabe destacar a descrição das PSR, que difere da concepção de fenômeno aprofundada no decorrer da pesquisa, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua – PNPSR:.

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009b, s.p.).

O destaque é pertinente, na medida em que algumas produções “lançam mão” dessa descrição para introduzir ou “afirmar” quais marcadores são responsáveis pelo agrupamento das pessoas e famílias que compõem o fenômeno das PSR. Embora a descrição seja ampla, permite

identificar o agrupamento em virtude do compartilhamento de violações de direitos, a relação com a Rua e os serviços socioassistenciais, o caráter homogeneizador fica evidente na perspectiva de reconhecê-las como um grupo populacional e a generalização das situações experienciadas na Rua. Portanto, a introdução das histórias de vida (histórico de navegação), como um dos elementos constitutivos das PSR, almeja superar essa descrição a partir do momento que auxilia na produção de sentido ou compreensão da relação dessas populações com a Rua. Através dos históricos de navegação, ou seja, na composição das letras da ciranda, desvendam-se outros acontecimentos para além da ação dos ventos litorâneos (trajetória de rua/percurso na rua), no “conduzir” ou “empurrar” os navegantes por diferentes mares. Não considerar o histórico de navegação no estudo da cartografia e rotas utilizadas para singrar os mares de concreto pode ser sinônimo de mau presságio. Mesmo que o pano da jangada seja bem amarrado para evitar os coices do mar revoltado e os balés na tormenta (SIBA, 2012), a aproximação com o histórico de navegação auxilia a evitar naufrágios.

A pergunta que surge é: como descrever esse fenômeno social sem a participação, mesmo que amostral, dessas PSR? Esse questionamento introduz uma pauta importante sobre o endereçamento de uma demanda relacionada à identidade dessas pessoas, pois exige que um grande número dessas pessoas sustentem uma identidade estática, dentro de uma temporalidade e discurso normativo, que produz uma desorientação pela impossibilidade, ou fracasso, de sustentar essa identidade. A perspectiva apresentada compõe o estudo de Judith Butler (2015), que descreve a exigência pela manifestação e sustentação de uma identidade pessoal, ou a coerência completa, como uma violência ética, pois não reconhece o inevitável naufrágio (fracasso) ético que habita as inúmeras tentativas de reconhecer e ser reconhecido. Acrescenta que uma possibilidade de produzir sentido seria a identificação dos limites do próprio reconhecimento e assumir o fracasso ético como o movimento necessário da vida. Logo, assume a impossibilidade de descrever definitivamente o acontecimento que é viver na Rua ou em outro contexto. Portanto, ensaiar a descrição desse fenômeno não deveria se direcionar a buscar respostas, mas produzir outros questionamentos que auxiliem na continuidade deste movimento resistente e crítico a qualquer violência ética. É indispensável que o registro realizado das proposições de Butler (2015) sobre a violência ética não sejam relativizadas ao niilismo ou à modernidade líquida descrita por Bauman (2001), pois não se trata de uma tentativa de fugir ou negar o registro de informações sobre esse fenômeno. Pelo contrário, assumir o fracasso ético em defini-lo permite vislumbrar outros caminhos para sua compreensão.

Diante dessa introdução do pensamento de Butler (2015) sobre a violência ética que perpassa a psicanálise, pensamento foucaultiano e outras pensadoras(es), a decisão de suspender a tentativa de encontrar “uma resposta fechada” para esse fenômeno proporcionou duas possibilidades, dentre inúmeras, de tentar falar sobre o fenômeno. A primeira dessas possibilidades afasta-se do imperativo discricional para encontrar sentido no questionamento da existência de uma relação entre o fenômeno, as expressões da questão social e a razão neoliberal. A segunda possibilidade está vinculada às estratégias utilizadas pelos agentes de Estado que, aparentemente, negam a existência dessas populações.

A inserção da cartografia no “repertório simbólico” do projeto pretende facilitar a ampliação do espectro de narrativas sobre os navegantes e seus singreres nos mares de concreto. Na cartografia em questão, o objetivo é identificar “anotações e/ou marcações” nos mapas que auxiliem na compreensão das rotas utilizadas pelos navegantes. Diferente da tentativa de descrever os navegantes (PSR) feita no início do capítulo, a presença dessas marcações e anotações parece “orientar” o caminho em direção aos mares de concretos (Rua). As marcações e anotações atravessam diferentes períodos da história brasileira com suas atualizações e outros contornos, uma vez que dificilmente deixarão de constituir a contemporaneidade. Um exemplo dessas anotações e marcações que (des)orientam em direção aos mares de concreto de Porto Alegre foi o processo de higienização e modernização da cidade que, reverbera atualmente através de outras tecnologias ou dispositivos. Outro exemplo semelhante, ou uma atualização do processo de modernização, é o processo de gentrificação que interrompe vínculos comunitários, o direito à moradia e territorialidade.

No desenvolvimento deste estudo, as primeiras anotações encontradas nesses mapas questionam a possibilidade de reconhecer o fenômeno da PSR como uma das expressões da Questão Social. Relacionar o questionamento desse fenômeno da PSR a partir das expressões da Questão Social produz uma aproximação entre diferentes áreas de conhecimento, inclusive a Psicologia, com essa discussão fundamental ao Serviço Social, uma vez que suas refrações constituem o objeto/matéria-prima de trabalho dessa área de conhecimento (SOUSA e MACEDO, 2019). Informação que não deve ser confundida como uma tentativa de rotulação do fenômeno a partir do debate sobre essa dimensão histórico-constitutiva dos Fundamentos do Serviço Social que é a Questão Social (CLOSS, 2015), mas desvendar os segredos e uma possível relação dessa anotação como um “convite” para singrar os mares de concreto. Entretanto, a discussão sobre o conceito da Questão Social é constituída por perspectivas de

diferentes autoras(es) que a qualificam. As principais referências brasileiras sobre o tema são encontradas nas produções de Yamamoto (2001), Yazbek (2001) e Netto (2001), que subsidiaram a síntese no decorrer da pesquisa.

O reconhecimento das referências brasileiras sobre o assunto não permite abdicar do retorno à obra de Marx, para compreender a sua influência nas produções referente à Questão Social. Na obra *O Capital*, Marx (1989) descreve o processo de produção capitalista e o impacto desse processo na classe trabalhadora. Desse impacto, o primeiro destaque deve ser em relação à inserção da classe trabalhadora, viabilizada por esse modo de produção, no âmbito mercantil que “legitima a venda” (exploração) de sua força de trabalho e os tributos cobrados pela inserção nesse mercado. A tributação, no caso, está materializada na relação diretamente proporcional entre a acumulação de riqueza e a precarização das condições de vida da classe trabalhadora. Esse resgate da obra marxista e as perspectivas produzidas pelos autores citados serão articuladas com outras produções para aproximá-las à realidade de Porto Alegre.

Vislumbrar as PSR como um fenômeno social implica o reconhecimento de fatores estruturais e constituintes do processo histórico brasileiro, como a desigualdade social, o desemprego, a insuficiência de renda, a falta de moradia e o racismo. Não obstante, esses fatores são potencializados no contexto da rua pela impossibilidade de acesso aos direitos e políticas sociais. São algumas das informações descritas no art. 6º da Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020, que registra a importância de não criminalizar e culpabilizar essas pessoas pela situação de Rua (BRASIL, 2020). Segundo Tiengo (2018), o cerne desse “problema” (fenômeno das PSR) é o modo de produção capitalista que provoca a geração de uma superpopulação relativa que não é absorvida pelo capitalismo. A autora resgata a obra de Marx para descrever os três níveis da superpopulação relativa: Flutuante, Latente e Estagnada. Além desses três níveis, um inferior – o lumpemproletariado (TIENGO, 2018).

Os três níveis descrevem trabalhadores que oscilam entre trabalho e não trabalho, os migrantes do campo para a cidade e o terceiro os que realizam trabalhos irregulares. Já o lumpemproletariado é composto pelos aptos ao trabalho, órfãos e filhos de indigentes, e degradados e maltrapilhos, incapacitados para o trabalho (MARX, 1989). Silva (2009), Bursztyn (2000) e Stoffels (1977) inferem que as populações em situação de rua, no âmbito da superpopulação relativa, majoritariamente constituem o lumpemproletariado. Uma característica importante atribuída ao lumpemproletariado é a destituição enquanto sujeitos políticos por não conseguir desempenhar este papel frente ao capitalismo (BOTTOMORE,

2013). Por algum tempo a relação entre o fenômeno das PSR e o lumpemproletariado foi utilizada para demonstrar o grau de miséria destas pessoas (GIORGETTI, 2006). Esse movimento encobriu a diversidade dessa população, conforme consta na Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua, e as expressões multifacetadas da questão social nesse fenômeno. Tiengo (2018) descreve exemplos ao longo do seu estudo para justificar a inserção do fenômeno da população em situação de rua nos três níveis da superpopulação relativa).

O estranhamento causado pelas perspectivas acerca do lumpemproletariado descrito por Bottomore (2013) resgata a importância de verificar, nos documentos que compõem esta pesquisa, algum nexos que corrobore ou repudie essas perspectivas e identifique outros processos de despolitização dos corpos e destituição dos sujeitos de direitos. Ao retomar o compromisso com o argumento da ciranda e litorâneo, a tentativa de identificar anotações sobre investidas para interromper o navegar ou relativizar esses navegantes como miragem nos mares de concreto, ou seja, uma tentativa de inviabilizar estes ‘elementos’ aparentemente estáticos ou descompassados, estranhos à dinâmica paisagem do capital.

Embora seja inegociável refletir sobre os apontamentos realizados sobre a concepção de sujeito das pessoas que compõem o fenômeno das PSR, um nevoeiro parece dificultar o avistamento do ato de *navegar* dessas pessoas. O movimento de tentar “lançar luz” através do nevoeiro para avistar esses navegantes pode ser simbolizado nos diversos documentos e estudos produzidos que descrevem e articulam esse fenômeno com diversos temas. Nesta pesquisa, tão importante quanto conhecer esses navegantes está o reconhecimento do seu ato de *navegar*, que poderia ser relacionado com o percurso ou período em situação de rua, mas é pertinente retomar o *navegar* constituído pela esfera do trabalho para desanuviar as proposições que habitam esse fenômeno.

As últimas pesquisas realizadas nas esferas federal e municipal retratam que a renda da população em situação de rua majoritariamente é oriunda do trabalho informal. A pesquisa realizada em Porto Alegre (SCHUCH; GEHLEN e SANTOS, 2017) descreve que, das pessoas que participaram, apenas “3,1%” descreveram que não fazem “nada”. A grande maioria realiza a catação de materiais reciclados, jardinagem e lava/guarda carros/flanelinha. Essas atividades lhe atribuem legitimidade social de pertencimento à cidade e à classe trabalhadora. Na pesquisa nacional, os dados obtidos são semelhantes aos coletados em Porto Alegre, pois “70%” das pessoas se reconhecem como trabalhadores. A porcentagem de pessoas que sobrevive da

mendicância foi de “15%”. Esses dados divergem do imaginário reducionista, que descreve o fenômeno da população em situação de rua como “mendigos” e “pedintes” (BRASIL, 2009b). O resgate dessas pesquisas é uma tentativa para além do registro sobre o pertencimento dessas populações à classe trabalhadora, uma vez que não pretende relativizar essa população com aqueles que acessam o trabalho formal ou os fatores que impossibilitam acessá-lo. Todavia, é importante o reconhecimento da composição do trabalho nesse *navegar* e problematizar a relação desse fenômeno com trabalho informal como principal fonte de renda.

Os dados descritos e a necessidade de outras discussões podem não encontrar sentido para uma parte da população (domiciliada), inserida no mercado de trabalho formal e informal, por não conseguir enxergar através do nevoeiro. A dificuldade de enxergar ou a tentativa de distanciamento do fenômeno das PSR da classe trabalhadora está simbolizada nos pedidos de remoções dessas pessoas e nas modificações (arquitetônicas, repressão policial, violência e outras) que ocorrem na cidade. São movimentos que habitam o contemporâneo, mas que se constituem como processos históricos de higienização social, atravessados pela questão racial, no Brasil e na capital gaúcha.

As equipes do SEAS acabam realizando a mediação entre os “excluídos” da classe trabalhadora, que devem ser removidos e/ou marginalizados, e os “excludentes”. A realização dos atendimentos e acompanhamentos resgata a importância da constituição multifacetada do fenômeno das PSR atravessado por diversas expressões da questão social e a necessidade de pleitear a garantia de seus direitos ou minimizar os danos causados no navegar os mares de concreto. O diálogo com a comunidade tem papel central na mediação da relação entre esse fenômeno social e a cidade, pois são esses encontros que permitem ampliar a perspectiva reducionista direcionada a essas pessoas como ociosas e despolitizadas.

Ambas as perspectivas não descrevem outras facetas que constituem o fenômeno da população em situação de rua. A discussão no âmbito da saúde mental, identidade de gênero, questão racial e outras são algumas das facetas que constituem esse navegar e podem ser concebidas como expressões de resistência ao modo de produção capitalista, ao racismo estrutural e ao patriarcado.



#### **4 APRENDENDO A CANTAR CIRANDA NA BEIRA DO MAR (DE CONCRETO) PORTO-ALEGRENSE**

Filgueiras (2019) descreve que, no período anterior à Constituição Federal de 1988, as populações em situação de rua contavam apenas com ações pontuais por parte do Estado e caridade privada. Embora tenham se passados mais de três décadas desde a promulgação da Constituição Cidadã, é preciso reconhecer que, nesse aspecto, houve um avanço na política de Assistência Social através da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2005), TNSS (BRASIL, 2014), PNPSR (BRASIL, 2009b) e outras orientações técnicas e cadernos de perguntas e respostas de diferentes categorias profissionais (ex.: CFESS, CFP etc.).

A implementação dessas políticas, tipificação, norma e outras orientações que atravessam o fenômeno das PSR e o restante da população não limitam a criação e implementação de outros projetos e planos no âmbito estadual e municipal. Inclusive, o próprio processo de implementação da política de assistência social é reconhecido pela especificidade de cada estado e município. A gestão descentralizada do SUAS apresenta a possibilidade de enxergar o fenômeno das PSR e a relação desse com os serviços socioassistenciais e a rede de atendimento em determinado território.

As ações realizadas pelas equipes da política de assistências social, inseridas nos territórios de Porto Alegre, realizam abordagens sociais sistemáticas e solicitadas, mapeamento do território e busca ativa na intenção de integrar os serviços prestados, ampliando e qualificando essas ações e acolhendo diversas demandas enunciadas na beira dos mares de concreto. Inclusive, o serviço que está relacionado ao objeto de pesquisa deste projeto (SEAS) é executado através de um convênio, firmado em 2006, entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA e nove entidades (Organizações da Sociedade Civil – OSC). Esse convênio está materializado no projeto Ação Rua, que apresentou uma proposta de trabalho com o objetivo de enfrentar com maior eficácia a situação de rua (moradia e trabalho) experienciada por crianças, adolescentes e suas famílias, e outras violações de direitos previstos na Constituição Federal e/ou Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (PORTO ALEGRE, 2006).

Após oito anos, a PMPA produziu a atualização do projeto pela necessidade de inserir as atividades do Serviço Ação Rua nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, demanda oriunda da inserção do SUAS em Porto Alegre. No documento,

algumas considerações são realizadas em relação à proposta de trabalho, o ajustamento do serviço à PNAS e normatizações do SUAS (BRASIL, 2005). A execução desse serviço é realizada a partir da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais<sup>6</sup>, mas com ressalvas em virtude da implantação dos CRAS e CREAS e a realização concomitantemente de ações da Proteção (Social) Básica e Proteção Social Especial pelo Ação Rua. Outra mudança importante é a inserção do Serviço Ação Rua ao Serviço (Especializado) em Abordagem Social disponibilizados nos CREAS (PORTO ALEGRE, 2014). Essas atualizações e a execução do Serviço Ação Rua permaneceram vinculadas ao recorte das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e/ou rua, moradia e suas respectivas famílias até o ano de 2016.

Durante essa década de atuação do Ação Rua, a execução do serviço no recorte adulto foi realizada pelas equipes de servidores municipais da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC alocados nos CREAS da cidade. Essa dinâmica de trabalho foi alterada em 2015, com o lançamento do “plano” Atenção Pop Rua pela FASC e PMPA, que introduzia uma série de mudanças em relação aos serviços e equipamentos voltadas para as PSR. Cabe destacar a ampliação em “600%” do SEAS a partir de outubro de 2015, que de fato ocorreu em 2016, através do convite endereçado às instituições responsáveis pela execução do Serviço Ação Rua no recorte da criança e do adolescente. Apesar da existência do projeto orientador de 2006, e sua atualização em 2014, essa ampliação previa a criação de outro projeto que apresentasse os fluxos de trabalho, objetivos e o diálogo desses 12 núcleos do Ação Rua<sup>7</sup> com os equipamentos e outros serviços disponibilizados pela Prefeitura. O documento incluía também outras questões, relacionadas à gestão e ao compartilhamento dos dados coletados pelas equipes. Até o presente momento esse projeto técnico ou qualquer outro documento orientador foi apresentado ou está acessível nos canais de informação da PMPA.

Em agosto de 2021, um documento semelhante ao “Atenção Pop Rua”, mas intitulado Plano Ação Rua – Adulto, foi apresentado e disponibilizado pela gestão do Prefeito Sebastião Mello. Diferente do documento entregue em 2006, esse tem como principal objetivo apresentar, através de tópicos e organograma, o planejamento e estratégias para o enfrentamento à situação de Rua. É pertinente realizar um breve apontamento em relação à expressão “enfrentamento à situação de rua”, que está presente nesse plano e no Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua, lançado em dezembro de 2011, pelo então Prefeito José Fortunati (PORTO

<sup>6</sup> Embora seja Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, no documento consta o nome descrito.

<sup>7</sup> Esses núcleos do Ação Rua são responsáveis pela execução do Serviço Especializado em Abordagem Social nos territórios de Porto Alegre/RS.

ALEGRE, 2011). Na opinião deste pesquisador, que será adensada no decorrer da pesquisa, a expressão apresenta uma perspectiva de oposição e/ou aniquilação das pessoas e famílias que constituem o fenômeno das PSR, pois realiza encapsulamento dos percursos na Rua e as violações de direitos numa perspectiva que almeja extirpar esse fenômeno da cidade. No caso do Plano Ação Rua – Adulto, a materialização desse objetivo está condensada em 13 lâminas que apresentam a articulação entre a FASC e a Secretaria Municipal de Saúde – SMS para conseguir, até 2024, diminuir em “80%” o número de pessoas em situação de rua (PORTO ALEGRE, 2021). A escassez de detalhes, referências, recursos financeiros utilizados, articulações com movimentos sociais e outros saberes que poderiam subsidiar a construção do Plano Ação Rua denuncia a importância de revisitar alguns pilares, que sustentam os encontros entre as equipes e o fenômeno das PSR. A simplificação de um processo complexo, sem as mediações referidas, sugere uma ação pautada na higienização da cidade, o que implica a repressão a esse segmento populacional, explicitando um profundo retrocesso em relação aos avanços já conquistados no atendimento a essa população, que teve historicamente na experiência de Porto Alegre, em governos populares, avanços significativos.

Pode-se vislumbrar como pedra angular desse serviço as relações construídas, durante os atendimentos e acompanhamentos, entre as equipes do SEAS e as PSR. O Caderno de Orientações Técnicas referente aos CREAS descreve que os planos de acompanhamento deverão ser compostos por atendimentos continuados, de diferentes formatos (individual, familiar, em grupo, com a comunidade), encaminhando e articulando os processos de trabalho em rede para a atenção integral dos usuários atendidos no SEAS e nos outros serviços ofertados no CREAS. A metodologia descrita para realização desse plano de acompanhamento é dividida em três principais dimensões: Acolhida, Acompanhamento Especializado e Articulação em Rede (BRASIL, 2011).

Inicialmente, a equipe deve construir um vínculo de confiança para dialogar sobre a história pregressa, demandas, vínculos familiares, rede comunitária, violações de direitos e outras informações. Essa etapa é descrita no Caderno de Orientações Técnicas como a Acolhida Inicial, que tem como objetivo se apropriar da história e situação atuais dos usuários e verificar as demandas imediatas que serão trabalhadas no Plano de Acompanhamento. A escuta atenciosa e postura acolhedora não devem apenas ser realizadas nos primeiros encontros, mas, sim, durante toda a execução do plano de acompanhamento. É interessante ressaltar que a equipe deve estar atenta para não cair na “armadilha” de padronizar os atendimentos e/ou

acompanhamentos, pois essas pessoas sofrem diferentes atravessamentos condicionados pelo contexto em que estão inseridas e suas relações grupais, mas também são compostos por situações complexas, singulares e demandas específicas. A etapa seguinte é o Acompanhamento Especializado, que almeja auxiliar demandas identificadas pela equipe e compartilhadas nos encontros com essas pessoas e famílias. Logo, não é possível afirmar que na acolhida seja construído esse caminho sinuoso enunciado como Plano de Acompanhamento.

No cotidiano dos acompanhamentos especializados junto às PSR, os vínculos familiares recebem grande atenção da equipe em virtude da matricialidade sociofamiliar (BRASIL, 2014). Cabe à equipe tentar fomentar meios de ressignificar essas relações ou auxiliar na reparação dos danos causados pela fragilização ou rompimento desses vínculos. A família pode ser uma grande rede de apoio para a execução do plano de acompanhamento e a geração de saídas coletivas e inovadoras. A própria Constituição Federal estabelece, no art. 226, a família como base da sociedade e um local privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos (BRASIL, 1988), mas, o que deve ser feito quando os vínculos familiares são inexistentes ou não podem ser retomados? A partir de qual perspectiva de família a Constituição e a TPNSS estão enxergando o fenômeno das PSR?

Na ausência da rede familiar, as equipes precisam se apropriar das relações sociais dos usuários com as comunidades em que estão inseridos, pois essas possuem importante papel no decorrer dos acompanhamentos. Nessa relação com a Rua, algumas pessoas compreendem a comunidade como uma rede de suporte, já que, muitas vezes, os vínculos familiares foram rompidos ou estão fragilizados. A fragilização está relacionada a diferentes situações e acontecimentos que encontram sentido nas muitas histórias de vida. O uso abusivo de uma ou mais substâncias psicoativas, migrações, identidade de gênero, desemprego e saúde mental são algumas das situações que podem catalisar o rompimento dos vínculos familiares. Nessas situações, a rede comunitária auxilia a sustentar, minimamente, o direito à cidade dessas pessoas. (In)Felizmente, acabam suprindo demandas básicas, como alimentação, vestuário e até mesmo a segurança dessas pessoas, grupos e famílias. A importância da existência dessa rede não exclui uma parcela da comunidade como responsável pelos pedidos de remoção das pessoas dos logradouros públicos. Entretanto, mesmo essa parcela da comunidade domiciliada, que, em algum momento, solicita a remoção dessas pessoas do espaço da rua, não pode ser responsabilizada diretamente pelas ações realizadas pelos agentes de Estado da Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS. Resta compreender a lógica que impulsiona esses pedidos e o

seu objetivo, e a contradição existente na realização das ações por agentes municipais, ou executores dos serviços disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que vão de encontro aos serviços e equipamentos endereçados às PSR na política de assistência social. Cabe retomar o argumento das cirandas utilizado nesta pesquisa para identificar quem são as cirandeiras(os/es) e a importância dos seus convites para ensaiar essas cirandas à beira dos mares de concreto.

#### 4.1 A MEMÓRIA DA PRAIA FORA DO MAR EXISTE? SERÁ QUE ELA SABE DE SI, DA ÁGUA E MULTIDÃO QUE CARREGA?

O choque das práticas descrito ao final do capítulo anterior legitima o questionamento do título sobre a existência de memórias para além dos mares de concreto, ou seja, as memórias ou informações resultantes do (des)encontro dessas práticas com os navegantes no movimento *além-mar*. Não por acaso, o título desta seção da pesquisa foi parafraseado da obra de Silva (2020) que, além de escritor, poeta e educador, dividiu incursões e testemunhou, junto deste pesquisador, a necessidade de pisar nas areias molhadas e se molhar, se necessário, para que seja possível convidar as(os) navegantes para ensaiar o *dançar* as cirandas que necessitam de suas canções para embalar ou ritmar seus movimentos. Diante do movimento que ocorre dentro e à beira dos mares de concreto emerge a demanda de descrever quais são as praias (serviços) dispostos a receber esses navegantes e o trabalho das(os) cirandeiros para garantir a existência desses ensaios das cirandas.

O simples registro da existência dessas praias (serviços) é insuficiente para compreender a contribuição de cada cirandeira(o/e) dentro da complexidade dos (des)encontros com as(os) navegantes, mas é necessário compreendê-los a partir de sua inserção nos níveis de proteção social e complexidade do SUAS. Ainda que o funcionamento dos serviços e equipamentos do SUAS, direcionados às PSR, demonstrem consonância quase na totalidade dos seus fluxos de trabalho, não é possível estender essa perspectiva na sua relação com outras políticas públicas e/ou esferas dentro da organização municipal. Sob o prisma da simbologia das praias (serviços), o distanciamento descrito poderia estar relacionado ao campo geográfico, que demandaria uma verificação cartográfica da distância e outras barreiras físicas que impossibilitam essa aproximação. Apesar da possibilidade de uma influência geográfica na dificuldade de aproximação entre cirandeiras(os/es) com diferentes formações, a perspectiva “geopolítica”

oferece uma maneira de compreender os possíveis entraves ou relações de poder capazes de desintegrar as políticas sociais. Todavia, a contextualização desses equipamentos e serviços permitiu identificar em quais níveis de proteção ocorrem os conflitos entre essas práticas divergentes.

Na descrição da Proteção Social, de acordo com a TNSS, é possível identificar e compreender sua divisão em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, conseqüentemente, a organização e vinculação dos serviços a partir do nível de complexidade. A implementação da TNSS está vinculada diretamente ao objetivo de padronizar os serviços e equipamentos no âmbito nacional, mas ainda segue demandando uma organização por parte de municípios e estados que necessitam realizar diferentes arranjos para minimamente suprir a estrutura tipificada dos serviços. A capital gaúcha acabou “reconhecendo” a composição de organizações da sociedade civil na construção de arranjos “necessários” para implementação das orientações descritas na TNSS, ou seja, o processo histórico da Política de Assistência Social e outras políticas públicas, foram constituídos pela presença de “instituições beneficentes” ou filantrópicas, na sua maior parte católicas, e suas parcerias ou convênios dentro dos arranjos realizados juntos à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Alguns desses arranjos e seus desdobramentos na contemporaneidade estão descritos na “arqueologia” (tese de doutorado) de Mateus Cunda (2018), que dedica uma parte de sua pesquisa sobre a filantropia em Porto Alegre. Contudo, é importante destacar que essa característica não é particular da capital gaúcha.

Dentre os serviços disponibilizados na Proteção Social Básica, que são comumente acessados pelas PSR, destacam-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – POP RUA e a inscrição ou atualização do Cadastro Único. Esse último pode ser realizado nos 22 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, de acordo com sua organização de funcionamento, uma vez que é possível a existência de mudanças nos dias e sistema de agendamento. Já o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – POP RUA é disponibilizado em apenas uma unidade que busca ofertar diversas oficinas de lazer e capacitação para adultos, os quais são encaminhados por serviços da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, descritos como os responsáveis em apresentar e convidar os navegantes a participarem dos primeiros ensaios das cirandas durante os encontros realizados nas *enseadas* da capital gaúcha. Paisagens em que esses navegantes conseguem deixar suas embarcações, trocar com outras(os/es) navegantes sobre suas incursões e desafios nos mares de

concretos. A introdução da possibilidade de dançar cirandas está contemplada na articulação dos serviços (CRAS, Serviço de Abordagem Social / Ação Rua e CentroPOP) com o próprio SCFV que necessita de encaminhamentos e o compartilhamento de breves informações para acolher os(as) navegantes. Embora seja um serviço complementar ou “de retaguarda” vinculado aos CRAS, as(os) cirandeiras(os) (Equipe do Serviço) acabam encontrando diariamente as(os) navegantes e compartilhando que existe uma dança (ciranda) que necessita das suas músicas para ser ritmada, mas avisa de antemão que nem todas(os/es) cirandeiras conseguem acompanhar essa cadência compassada.

A equipe do SCFV compartilha informações sobre o *histórico de navegação* (histórias de vida) das(os) navegantes com outras(os/es) *cirandeiras(os/es)* (equipes de diferentes serviços), nas tentativas de *ensaiar cirandas* (reuniões e ações com a rede do território), mas dentro de uma *melodia* “limitada” e passos do dançar (prática ou ações de trabalho) que sozinhas não conseguem realizar o movimento ou dinâmica necessária. O caráter “limitado” não pode ser relativizado como algo ruim ou frágil, uma vez que essa limitação é simbólica aos limites de atuação da Proteção Social Básica, que exige outros meios de aproximação. Logo, as letras compostas pelos *históricos de navegação* necessitam de outras *melodias* para que seja possível ensaiar cirandas em outras praias.

A necessidade de outras *melodias* e uma apropriação maior, ou mais complexa, dos passos para *ensaiar cirandas* convocou outros(as/es) *cirandeiros* que estão localizados em outras praias ou faixas litorâneas de mar aberto, na tentativa de compreender a relação existente entre estes(as) e os *navegantes* que proporcionam diariamente os (des)encontros nos mares de concreto. A complexidade ou apropriação maior dos movimentos e histórico de navegação está diretamente vinculada ao objetivo dos(as) *cirandeiros(as/es)* que aguardam esses(as) navegantes na beira do mar, mas também acabam adentrando aos mares de concretos para encontrá-los. É necessário realizar uma “divisão” entre os serviços e equipamentos presentes dentro das ações de média complexidade da Proteção Social Especial, para compreensão dos seus objetivos, estruturas e especificidades. O primeiro desses, sem qualquer relação de ordem ou prioridade de acesso, é o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que está descrito na TNSS da seguinte maneira:

Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de

vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. (BRASIL, 2014, p. 40).

Entre os objetivos serviço estão a criação de um ambiente acolhedor para a inserção das PSR na rede socioassistencial, que auxilia na construção de projetos de vida em consonância com a temporalidade e escolhas dos próprios sujeitos.

Uma característica dos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTROPOP em Porto Alegre/RS é a sua execução através de parcerias/convênios firmados entre a PMPA e duas Organizações da Sociedade Civil – OSC<sup>8</sup>.

É pertinente registrar que esse serviço abarca as PSR nos recortes adulto, idoso e familiar, uma vez que possibilita ações de caráter continuado e dialogando com os projetos de vida das respectivas pessoas e famílias. Essa característica permite a inserção de algumas pessoas e famílias no Serviço PAEFI, que compõe os serviços dos CREAS de cada território, uma vez que demandam ações de caráter continuado com algum “objetivo/sentido” dentro dos planos dos diversos projetos e planos de vida (ex.: ingresso na alta complexidade, acesso à benefícios vinculados à Previdência Social etc.).

A inserção e acompanhamento no Serviço PAEFI também é realizado pelas equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social, leia-se Ação Rua, mas é importante destacar que esse acompanhamento deve estar vinculado e realizado apenas por uma equipe de referência técnica. Contudo, algumas situações pontuais demandam o compartilhamento desse acompanhamento entre as equipes por considerar o vínculo das PSR com ambos os serviços, o compartilhamento de informações entre esses e reforçar essa *rede de sustentação* face às vulnerabilidades e violações de direitos experienciadas por essas populações.

Os registros das ações realizadas durante esses acompanhamentos são compartilhados através do *monitoramento* encaminhado à FASC (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social), à Vigilância Socioassistencial, que sistematiza os dados dos diferentes territórios e municípios na tentativa de realizar uma *leitura* sobre a incidência de situações de vulnerabilidade social, risco e violações de direitos nessas e outras populações (público-alvo) dos serviços. Ademais, realizar o cruzamento dessas informações com os padrões de oferta e acesso aos serviços, equipamentos e benefícios presentes no território e a necessidade de sua

---

<sup>8</sup> A instituição Associação Cultura e Beneficente Ilê Mulher é responsável pela execução dos CENTROPOPs I e III, localizados nos bairros Santana e Navegantes, e a instituição Fundação Solidariedade executa o CENTROPOP II no bairro Floresta. Os CENTROPOPs I e III possuem 100 metas diárias de atendimento, e o CENTROPOP II disponibiliza 80 metas diárias de atendimento (PORTO ALEGRE, 2023).



ampliação e/ou reconfiguração para atender demandas das diversas populações (BRASIL, 2013).

Os breves apontamentos realizados sobre os CENTROPOPs e o Serviço Especializado para População em Situação de Rua proporciona uma visão limitada sobre a potência dos encontros proporcionados no respectivo espaço. Inclusive, o pré-projeto desta pesquisa foi composto pelo desejo de entrevistar as equipes desse serviço e do Serviço Especializado em Abordagem Social (Ação Rua) para registrar suas percepções sobre o impacto das ações de remoções nas PSR.

A descrição permite a aproximação ao argumento litorâneo e às cirandas que constituíram esta pesquisa. Os CENTROPOPs podem ser compreendidos como construções muito próximas dos mares de concreto que conseguem proteger momentaneamente os(as) navegantes das incessantes ondas, retirar o sal e/ou areia do corpo, compartilhar suas rotas de navegação e a inquietude que os(as) convida para dançar com os(as) cirandeiros.

A presença dessas(es) navegantes nas construções sujeitas aos mares de concretos, semelhantes aos ranchos de pescas ou palafitas, inaugura dentro desta pesquisa a materialização do *ensaiar cirandas* que está representada no encontro entre as *canções e o dançar*. Acompanhar<sup>9</sup> alguns desses(as) navegantes automaticamente (d)enuncia que, para *ensaiar cirandas*, é necessária a participação de outras pessoas e/ou cirandeiros, pois o compartilhamento de diferentes passos e outras perspectivas de escuta em relação às letras e melodias é necessário. A demanda de outras participações não pode ser compreendida somente no espectro da Política Pública de Assistência Social, uma vez que o próprio simbolismo das cirandas, e dos(as) navegantes, descritos no decorrer da pesquisa através de uma composição diversa que se constitui a partir dos encontros entre essas pessoas. Contudo, é necessário reconhecer que esse e outros serviços estão direcionados somente para as PSR em consonância com a TNSS, mas necessitam de articulações com outros(as) atores e atrizes dentro das políticas públicas e da cidade em geral.

Conforme apontada na introdução deste capítulo, o outro serviço descrito nas Ações de Média Complexidade da Proteção Social Especial é o Serviço Especializado em Abordagem Social que é reconhecido no Serviço Ação Rua em virtude da histórica parceria/convênio entre a Prefeitura e organizações da sociedade civil. A execução desse serviço ocorre concomitante aos CENTROPOPs, pois ambos possuem objetivos convergentes que possibilitam a inserção

---

<sup>9</sup> A palavra *acompanhar* demonstra o acompanhamento realizada por técnico(a) social do Serviço PAEFI.

das PSR em acompanhamento no Serviço PAEFI. É preciso realizar esse registro para que não seja ventilada a existência de uma ordem, prioridade ou limitação de acesso, caso a pessoa ou famílias opte em acessar um desses ou ambos.

Ainda que o Serviço Ação Rua tenha uma estrutura física de atendimento dentro dos CREAS e/ou sedes das instituições responsáveis pela sua execução, o “espectro” da Rua (ex.: praças, calçadas, terminais de ônibus, sinaleiras etc.) é o principal local de trabalho das equipes do Serviço Ação Rua. A Rua, ou melhor, os *mares de concretos* da capital gaúcha, acabam “acolhendo” e convocando essas equipes, ou seja, os(as) cirandeiros(as) a ingressar nesses mares. Diferente dos encontros repletos por uma certa maresia no ar que ocorrem nos CENTROPOPs, os encontros entre os navegantes e os(as) cirandeiros(as) do Serviço Ação Rua ocorre na maior parte dos momentos dentro dos *mares de concretos*, pois se torna uma tarefa quase impossível vislumbrar o encontro com os navegantes sem se molhar.

Uma possível inferência sobre o atravessamento dessa experiência de ingressar nos mares de concretos para os(as) cirandeiros(as) é a percepção de um outro imaginário, que é historicamente divergente do *imaginário* vigente, por conseguir perceber contradições e potências nos desafios postos no espaço. Ademais, há o reconhecimento desses mares a partir das relações e (des)afetos constituídos por estarem nessa situação (de rua) e lugar, mas que em nenhum momento são romantizados em virtude dos altos tributos cobrados aos navegantes lançados aos mares. As(os) cirandeiros(as), ao se depararem com as diferentes letras (histórias de vida) das canções, precisam acolhê-las e compreendê-las para, posteriormente, vislumbrarem a construção de uma melodia (ações) que tenha harmonia com o conteúdo dessas letras, a fim de que essas músicas façam sentido. Essa construção da melodia deve estar alinhada às orientações descritas na TNSS, diretrizes do próprio município e cartilhas das diferentes categorias representadas nas(os) trabalhadoras(es) que trabalham (in)diretamente com esses navegantes. Apesar de esse alinhamento ser importante para o desenvolvimento da melodia, o reconhecimento e acolhimento dos “desejos” ou da perspectiva do “que é possível sustentar” nesse espaço potente e adverso ocupa uma posição estratégica para que essas músicas não soem estranhas, tanto para os navegantes quanto para as(os) cirandeiros(as). As combinações e estratégias nem sempre atendem ao imperativo da efetivação do encaminhamento ou acesso ao serviço, mas, das tentativas ou alocação nas demandas reprimidas, surge a (re)construção de *tecnologias rueiras.*, tecnologias responsáveis por expandir os repertórios das letras e melodias do universo rueiro (CUNDA, 2018).

As inferências do parágrafo anterior não constroem uma relação de exclusividade com as equipes do Serviço Ação Rua, pois nos mares de concreto da capital gaúcha outros(as) cirandeiros(as) estão presentes. Esses últimos estão representados nos serviços e equipamentos nas políticas de educação (ex.: Escola Porto Alegre) e Saúde (ex.: Equipes do Consultório na Rua), e os movimentos sociais e coletivos (ex.: MNPR/RS, Jornal Boca de Rua<sup>10</sup> etc.), que reconhecem a Rua como um espaço vida, luta e resistência. Além dessas(es) cirandeiros(as), é possível encontrar outras pessoas dispostas a comporem esse ensaiar cirandas dentro das ações voltadas para segurança alimentar, doação de roupas e acesso à higiene e embelezamento.

O ensaiar cirandas e a busca por pessoas dispostas a dar as mãos ocorre diariamente, dado que os serviços e equipamentos são ofertados em grande parte dos territórios, mas não necessariamente alguns desses estão presentes em todos os territórios. Um bom exemplo dessa demanda de capilarização dos espaços de proteção, ou Ações de Alta Complexidade da Proteção Social Especial, é a localização de uma parte significativa desses espaços no Território Centro de Porto Alegre. O apontamento não busca questionar ou problematizar a localização desses espaços na região central, mas registrar que, considerando a extensão territorial do município, fica evidente a “existência” de *vazios socioassistenciais* (SÃO PAULO, 2015). A inferência relacionada aos vazios socioassistenciais não busca somente problematizar a presença ou não dos serviços em determinados territórios, mas também a importância desse território na constituição dos sujeitos, ou seja, nesta pesquisa as PSR.

O reconhecimento deste território para além da presença dos serviços é reconhecido na perspectiva de uma “topografia social” que reconhece a construção das relações dos presentes em determinado território e o seu encontro com outras pessoas dos diferentes territórios foi descrito por (SPOSATI; RAMOS; KOGA, 2008). Os espaços de proteção, ou melhor, as ofertas dos espaços de proteção, na capital gaúcha estão dissonantes da perspectiva territorial devido à ausência em diversos territórios da cidade. Logo, a ausência ou o distanciamento desses espaços de um determinado território acaba inviabilizando o acesso daquelas pessoas que, além de estarem longe desses espaços, não possuem recursos financeiros ou benefícios (ex.: isenção da passagem de ônibus) para o seu deslocamento. Embora o deslocamento seja uma questão pouco dialogada dentro das discussões relacionadas às PSR, o movimento que antecede esse deslocamento, ou a constatação de sua inviabilidade, traz algumas reflexões sobre o “deixar o

---

<sup>10</sup> O MNPR/RS é o Movimento Nacional da População de Rua – RS, que realiza grande parte de suas ações em Porto Alegre. O Jornal Boca de Rua é um movimento social organizado a partir de um projeto de jornalismo que consegue dar voz e difundir diversas pautas de luta das PSR.

território” em direção às incertezas dessas outras regiões da cidade. Dentre essas reflexões está o navegar em águas desconhecidas ou pouca apropriação sobre essas regiões marítimas, que podem ocasionar naufrágios ou acidentes ao ir em contraposição das(dos) outras(os/es) navegantes.

O simbolismo dos naufrágios está vinculado à circulação por diferentes regiões que a pessoa desconhece, ou conhece pouco, a cartografia ou rotas marítimas que sejam menos desafiadoras, pois, em algumas modalidades, que serão descritas posteriormente, o acesso está vinculado somente ao pernoite. Isso exige dessas(es) navegantes, faça chuva ou sol, sair antes mesmo do *barrar do dia* em sentido aos mares conhecidos ou desbravar novas águas, os quais, durante esse processo, pode encontrar ou ser interpelado por outro(as/es) navegantes que questionem sua presença nessas águas e/ou dificultem o singrar por esses mares. Esse registro dialoga com diferentes situações que compõem uma racionalidade e normatividade específica do espaço da Rua que não pode ser relativizada com outras racionalidades e normatividade, pois exigem alguns tributos que não são cobrados de uma parte significativa dos habitantes. Diferentes dos privilegiados que não sofrem com a cobrança destes tributos, as PSR são atravessadas por disputas entre as facções presentes na capital gaúcha (ex.: Bala e Anti-Bala), mesmo sem ter qualquer associação ou relação com o tráfico. Essa disputa demanda a criação de mecanismos de proteção de ambos os lados para inviabilizar o navegar de estrangeiros/forasteiros por determinadas águas. Além da influência das questões vinculadas às batalhas diárias entre facções rivais, o período que antecede o ingresso em alguns espaços (ex.: albergues) acaba demandando o exercício da convivência dentre um universo de navegantes que pode não ser compartilhada por alguns desses. Todavia, não é possível descrever como um espaço perigoso por natureza, mas a incerteza do acesso pelo número limitado de vagas, a existência de cenas de uso (de substâncias psicoativas) e desafetos que atravessam suas histórias de vida podem justificar esses pequenos conflitos. O breve registro da inferência almeja ir de encontro ao imaginário vigente de uma parcela significativa da população que, além de enunciar um discurso histórico sobre quem são essas populações (em situação de rua), faz questão de relativizar o acesso aos espaços de proteção, ou até a superação da situação de rua, como algo passível de escolha, ou seja, nessa perspectiva seria escolha em não acessar esses espaços. Logo, a permanência no espaço da Rua seria uma escolha “consciente” realizada pela maior parte das PSR que estaria disposta a enfrentar violência, intempéries, insegurança alimentar e uma pandemia como a da COVID-19.

Os apontamentos realizados no parágrafo anterior descrevem, de modo geral, algumas das situações que dificultam o acesso das PSR aos espaços de proteção, mas, concomitante ao registro, surge o questionamento: quais os motivos que explicam ou contextualizam o ingresso de uma parcela das PSR aos diferentes espaços de proteção? O questionamento pode ser compreendido a partir do argumento utilizado durante esta pesquisa sobre os(as) navegantes e a suspensão, momentaneamente ou de fato, das investidas nos mares de concreto que podem auxiliar na compreensão da organização dos diferentes espaços. A interrupção desse *estar nos mares* de concreto não pode ser concebida por uma temporalidade e/ou condição individual dos(as) navegantes, mas a partir dos seus históricos de navegação, que justificariam sua busca pelas “pousadas”<sup>11</sup> e outros espaços de cuidado em terra “firme”. Os braços cansados de remar, o desejo de ressignificar sua relação com os mares de concreto, o naufrágio, o avançar da idade e a ausência de espaços especializados para lidar com determinados históricos de navegação são alguns dos possíveis percursos para aqueles(as) navegantes que apresentam sinais de desconforto, ou sofrimento, pela sede e/ou força dos mares de concreto. Os espaços de proteção disponibilizados pela PMPA, comumente vinculados à FASC, possuem estruturas de organização, objetivos e funcionamento específicos, e devem estar alinhados à TNSS. No entanto, a organização da estrutura porto-alegrense pode diferir de outras cidades.

Alguns dos espaços de proteção ofertados na cidade estão presentes nos mais diversos imaginários sobre as PSR, mas talvez a imagem mais presente dentro dessa concepção coletiva sobre essas populações sejam os albergues. Embora, atualmente, na capital gaúcha, nenhum desses espaços seja “próprio”<sup>12</sup>, a oferta das vagas ou metas diárias acaba rapidamente reconhecida como espaço de referência para pernoitar. Diante da constante parcerização dos serviços socioassistenciais, dois dos três principais albergues na história das PSR, Albergue Municipal e Felipe Diehl, tiveram suas atividades encerradas por motivos distintos.

No caso do último, o encerramento das atividades ocorreu por irregularidades na prestação de contas da instituição à frente da gestão do espaço. O fechamento do Albergue Municipal acabou gerando ampla mobilização do MNPR/RS na intenção de impedir que a execução do espaço fosse parcerizado para alguma OSC. Infelizmente, a mobilização não

---

<sup>11</sup> A escolha pela palavra *pousadas* é justificada pela composição desses espaços dentro de um imaginário litorâneo e o caráter transitório desses espaços. Além disso, um espaço de moradia ofertado pela PMPA é o aluguel de quartos em pousadas, que iniciou com o projeto “intersetorial” Mais Dignidade, entre a FASC e a Secretaria Municipal de Saúde, com o recorte das PSR com histórico de uso de SPA. Posteriormente, o projeto foi endereçado dentro da modalidade do benefício Auxílio Moradia.

<sup>12</sup> Expressão comumente utilizada para diferenciar a execução de serviços/equipamentos/espaços que contam com estrutura e equipe do próprio Município ou são da rede parcerizada.

surtiu o resultado esperado e o fechamento acabou dando origem à criação de dois albergues (Acolher I e II), que são executados até a presente data pela Instituição Projeto Restaurar. Os espaços estão localizados nos bairros Jardim Floresta (Acolher II) e Vila Jardim (Acolher I). Ambos disponibilizam 75 vagas endereçadas para as PSR. O terceiro espaço compõe uma imagem emblemática para algumas pessoas dentro da história de Porto Alegre, pois, ao transitar em determinada região da extensa Av. Ipiranga, dividida pelo talude do Arroio Dilúvio, acaba enxergando, próximo aos finais de tarde, diversos navegantes chegando ao local e organizando seus poucos pertences em busca da interrupção, por algumas horas, dos desafios encontrados no navegar os mares de concreto. A cena descrita é comumente visualizada em frente ao Albergue Dias da Cruz, atualmente o mais antigo dos albergues, que oferta 90 vagas ou hospedagens de acordo com o site da PMPA. A gestão e execução do albergue é realizada pela equipe do Instituto Espírita Dias da Cruz com parceria da PMPA (PORTO ALEGRE, 2023).

Os três espaços descritos são os responsáveis pelo pernoitar ou a possibilidade de poder dormir, pois é comum dentro do imaginário, compartilhado pelas PSR, o discurso que no espaço da Rua “não se dorme... se medita”. Diante dessas incertezas e possíveis violências que a “escolha” de dormir na rua oferece, alguns navegantes optam em disputar ou tentar a sorte nesses espaços que cobram seus tributos conforme o registrado nos parágrafos anteriores. Ademais, o destaque para o número de vagas ofertadas, que é muito inferior à estimativa das PSR em Porto Alegre e se contrapõe ao senso comum da “escolha” de não acessar os albergues.

É preciso refletir sobre o rumo adotado por Porto Alegre na parcerização da maior parte dos serviços socioassistenciais e o impacto dessas parcerias para as PSR e as equipes, pois essa execução “compartilhada” acaba por dissociar a responsabilidade da oferta dos serviços e espaços (de proteção) do executivo. Dessa breve descrição dos albergues disponíveis para os navegantes descansarem e retomarem suas energia, o número de vagas ou *hospedagens*<sup>13</sup>, mesmo com o impacto da pandemia, não sofreu um aumento significativo se comparado com o crescimento das PSR em Porto Alegre. Entretanto, a existência desses espaços acabou sendo fundamental para minimizar os impactos da pandemia nas PSR. É importante também registrar que não são os únicos espaços de proteção ou moradia disponibilizados dentro das ações de alta complexidade endereçadas às PSR.

---

<sup>13</sup> Termo utilizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre ao descrever a capacidade de acessos nos albergues (PORTO ALEGRE, 2023).

Os primeiros encontros, e em alguns percursos os muitos encontros, com as forças dos mares de concreto acarretam a necessidade de recorrer aos locais em terra “firme” para assimilar o balanço das ondas, os (des)encontros com outros(as) navegantes e o descanso do corpo. Algumas pessoas (navegantes) permanecem durante longos períodos nesse percurso entre os mares de concreto durante o dia e a busca pela terra “firme” no período da noite, mas uma parcela busca um espaço em que a incerteza da chegada em terra “firme” seja a menor possível. Essa afirmação não pode ser relativizada através da perspectiva descrita anteriormente, que defende o acesso ao espaços de proteção ou “saída da rua” como facultativa e passível de escolhas, ou abdicação, de cada navegante, pois, ao questionar os navegantes, são poucos que “desejam” permanecer em alto mar. Inclusive, esses(as) poucos(as) navegantes podem enunciar tal discurso por acreditarem que estão fadados ou amaldiçoados a continuarem navegando e a suposta terra “firme” parece uma miragem em meio à água salgada e escura dos mares de concreto. Logo, os encontros entre esses saberes marítimos e os saberes cirandeiros são os instantes para tentar aproximá-los dessa terra “firme”.

A parte dos navegantes que tenta interromper provisoriamente ou “superar” o navegar nos mares de concreto acaba sendo difícil de mensurar, uma vez que cada percurso é reconhecido pela sua individualidade e histórico de navegação. Entretanto, aqueles(as) navegantes que conseguem acessar esse pedaço de terra “firme” precisam “justificar” o seu ingresso, pois não existe espaço para todo mundo.

Diante das justificativas dos(as) navegantes os (as) cirandeiros(as) passam a organizar os ensaios dessas cirandas fora dos mares de concreto. O exemplo descrito tem por objetivo inserir os espaços de proteção dos abrigos dentro dessa perspectiva de interromper ou construir o processo de “superação” ou “saída da rua”, pois o ingresso nesses espaços exige a construção de um plano que o justifique.

Anterior ao registro de quais são os abrigos específicos para adultos e famílias disponíveis em Porto Alegre está sua descrição de acordo com a TNSS e a PMPA. Embora seja utilizado o termo *abrigo*, a TNSS descreve que o Serviço de Acolhimento Institucional pode contar com unidades de *Abrigo Institucional* e *Casa de Passagem*, ou seja, dentro das diferentes organizações dos municípios é possível identificar diferença na nomenclatura utilizada. Todavia, o Serviço de Acolhimento Institucional possui uma descrição geral sobre seus objetivos, funcionamento e público que atravessa todos os equipamentos. Essa descrição é qualificada a partir da inserção de especificidades vinculadas à questão geracional; em outras

palavras, os equipamentos são disponibilizados levando em consideração particularidades de cada recorte geracional ou ainda maior exposição a violências, ou ainda contemplando o cruzamento de mais de uma particularidade a partir da seguinte organização: Crianças e Adolescentes, Adultos e Famílias, Mulheres em Situação de Violência, Para Jovens e Adultos com Deficiência e Idosos (BRASIL, 2014). Esses recortes geracionais podem, dentro das muitas, e singulares, histórias de vidas, serem constituídos pela *situação de rua*, que justificaria o ingresso das respectivas pessoas em algum dos espaços de proteção; porém, algumas unidades são destinadas comumente para pessoas e famílias em situação de rua. Logo, o rompimento ou fragilidade dos vínculos familiares e outras vulnerabilidades acabam adensando a importância do ingresso nesses espaços de proteção.

O Serviço de Acolhimento Institucional em Porto Alegre conta com dois abrigos destinados à população adulta, com capacidade de acolher 80 pessoas, somando os dois espaços, por tempo indeterminado. Um desses espaços é o Abrigo Municipal Marlene, que está em funcionamento desde 1995, localizado no bairro Menino Deus, com capacidade para aproximadamente 50 adultos(as/es). Anterior à criação desse abrigo existia o Abrivivência, que contemplava no mesmo espaço a casa de convivência, o abrigo e o trabalho de busca ativa no espaço da rua, mas, posteriormente foi reorganizado, com a criação do Abrigo Marlene e Casa de Convivência. Após dois anos dessa reorganização houve a criação do Atendimento Social de Rua, com o objetivo de qualificar e expandir o trabalho de “busca ativa” (CUNDA, 2018). Segundo relatos de trabalhadoras e usuários (da política de Assistência Social), a escolha do nome do abrigo é justificada pelo falecimento de uma mulher (Marlene) em virtude do frio. Até o presente momento, o espaço é o único que conta com a maior parte da equipe *própria*, ou seja, são servidoras(es) municipais a frente do atendimento e acompanhamento das pessoas que estão acolhidas no espaço. Outra informação pertinente dentro do processo de pesquisa sobre este espaço foi o entrelaçamento dos testemunhos da orientadora desta dissertação sobre seus percursos junto às PSR durante o período da sua implementação, a pesquisa de Mateus Cunda e as memórias de atuação deste trabalhador/pesquisador relacionadas às reuniões técnicas realizadas outrora para o ingresso de pessoas no abrigo.

O Abrigo Bom Jesus, que está localizado na zona leste de Porto Alegre, teve sua gestão e execução parceirizada/conveniada à Associação Beneficente e Cultural Ilê Mulher, mesma responsável por dois dos CENTROPOP e SCFV, mas permanece na mesma unidade (espaço físico). Atualmente, o abrigo conta com 37 vagas de acolhimento para adultas(os/es), conforme



descrito no site da instituição (Ilê Mulher, 2023) e em recente documento digital que relatou uma visita técnica feita pela FASC/PMPA (PMPA, 2022). Ambos os abrigos (Marlene e Bom Jesus) contam com uma equipe formada por técnicas(os/es) sociais, educadoras(es) sociais; alguns podem contar com enfermeira, e outras(os/es) trabalhadoras(es) de suma importância para o funcionamento do espaço em virtude das suas responsabilidades vinculadas à organização, manutenção e limpeza.

A reflexão sobre o acolhimento institucional, especificamente o ingresso em um desses dois abrigos, passa pela compreensão do fluxo utilizado em Porto Alegre e a consonância desse com o reordenamento dos serviços de acolhimento para a população adulta (BRASIL, 2014). A FASC conta com o Núcleo de Acolhimento Institucional, alocado dentro da PSE, que acolhe todas as demandas de acolhimento vinculadas às PSR, no recorte adulto e idoso, e realiza discussão para qualificar informações e identificar a viabilidade desses acolhimentos, levando em consideração diversos fatores. Entre esses fatores estão a condição de gestantes, uso abusivo/conflituoso de substâncias psicoativas, situação de saúde agravada, saúde mental e outros.

Os exemplos descritos referentes aos fatores para além da situação de rua demandam uma avaliação técnica, que engloba, em algumas situações, trabalhadoras(es) da saúde, para verificar se as unidades possuem infraestrutura, equipe qualificada e acessibilidade para acolher respectiva pessoa (SCHUCH; GEHLEN e SANTOS, 2017). No caso da população idosa em situação de rua, as Instituições de Longa Permanência para Idoso são os espaços adequados para o acolhimento de pessoas com 60 anos ou mais, de acordo com a Resolução RDC nº 502 (BRASIL, 2021). Naquelas situações atravessadas pelo uso de SPA, é preciso a vinculação dessa pessoa ao CAPSad referência do território e/ou permanência ou internação para desintoxicação. Os acompanhamentos que exigem ações no âmbito da saúde mental demandam ampla discussão técnica entre os demandantes pela vaga de acolhimento, núcleo de acolhimento e equipe do abrigo, pois, historicamente, vagas de acolhimento institucional foram utilizadas para suprir ausência dos residenciais terapêuticos<sup>14</sup>. Logo, o acompanhamento no CAPS ou Unidade Básica de Saúde em virtude de alguma psicopatologia não impossibilita o ingresso em um dos abrigos, mas aquelas situações que exigem acompanhamento especializado devem ser direcionadas aos residenciais terapêuticos. Semelhantes aos acompanhamentos constituídos por

---

<sup>14</sup> Porto Alegre é referência na implementação e manutenção dos Residenciais Terapêuticos, pois, além do Residencial Nova Vida, pioneiro no país, outros espaços foram inaugurados nos últimos anos através de parcerias/convênios com organizações da sociedade civil.

demandas de saúde mental, estão histórias de vida atravessadas por demandas de saúde vinculadas ao processo de recuperação e reabilitação, ou doenças crônicas. Cada situação passa pela discussão com a equipe técnica para verificar a possibilidade de ingresso, pois questões vinculadas à acessibilidade, controle de medicamentos e outros procedimentos podem não estar dentro do escopo de práticas e estruturas do espaço. A articulação realizada pelo núcleo de acolhimento e a discussão do acompanhamento, anterior ao ingresso, visa qualificar e evitar que sejam realizados acolhimentos que necessitam de espaços com infraestrutura e equipe adequada para suprir suas demandas.

Uma informação institucional preocupante encontrada sobre o número de vagas nos abrigos é a sua diminuição, mesmo após período de pandemia, comparando com os dados fornecidos na última pesquisa realizada. No estudo realizado em 2017, os abrigos (Marlene e Bom Jesus) contabilizavam 120 vagas disponíveis para acesso individual, de acordo com o próprio núcleo de acolhimento da PSE (SCHUCH; GEHLEN e SANTOS, 2017). Após um período de aproximadamente 6 anos e o acontecimento da pandemia, o município disponibilizava 87 vagas, ou seja, o número de vagas é menor que o anterior e corresponde a menos de 10% da estimativa das PSR em Porto Alegre documentada em 2017 e outras divulgações recentes realizadas por representantes da FASC.

Embora não sejam todas as pessoas em situação de rua que demandem ingresso em algum dos abrigos da capital gaúcha, o número acaba dando visibilidade à falta de investimento nessas unidades de acolhimentos que tiveram o número de vagas reduzidas, apesar do aumento da população que necessita desse recurso.

No âmbito do acolhimento institucional familiar, o número de vagas é muito menor e as unidades que disponibilizam essa modalidade de acolhimento possuem configurações distintas. O Abrigo de Famílias é uma das modalidades de acolhimento que busca evitar o rompimento dos vínculos familiares, garantir o direito ao convívio familiar na condição das famílias com gestantes e outras situações, mas Porto Alegre conta apenas com uma unidade com capacidade para acolher 4 famílias, com limite de 20 pessoas. Semelhante aos abrigos institucionais, o Abrigo de Famílias conta com uma equipe técnica responsável por acompanhar essas famílias durante o período de reorganização e construção de outras perspectivas para além do espaço de proteção. O período de permanência é construído através de uma estimativa na relação entre o tempo e a construção e efetivação de ações e encaminhamentos necessários para que seja possível sustentar uma vida diária para além do espaço de proteção.

A Casa Lilás é responsável pela “oferta” de 40 vagas<sup>15</sup> de acolhimento “familiar” no recorte das mulheres com filhos(as/es), ou não, em situação de vulnerabilidade social e/ou violência doméstica ou urbana, mas não necessariamente em situação de rua. Diferente do Abrigo de Famílias, esse espaço não acolhe homens, por ser endereçado às mulheres. Os núcleos familiares que contam com homens na composição necessitam de articulações com outros serviços para garantir a proteção desses. Essa situação pode fragilizar os vínculos familiares e corroborar para a manutenção das mulheres como principais cuidadoras dentro dos núcleos familiares (PORTO ALEGRE, 2023).

A possibilidade de vislumbrar e acessar a terra “firme”, mesmo que para uma pequena parcela dos navegantes, acaba justificando a existência dessas unidades de acolhimento (individual e familiar), pois as ofertas de esteio são necessárias para elaboração dos altos tributos cobrados nos mares de concreto. Ademais, é a disponibilização de um “tempo” para aquelas(es) navegantes curar suas feridas, dormir, secar suas roupas e concertar suas embarcações. Todavia, uma parte significativa dos(as) navegantes à deriva nesses mares reclama da “burocracia” e a necessidade de sustentar uma organização semelhante daquelas(es) que não estão molhados, ou seja, a demora em ingressar nos espaços de acolhimento, justificada pela ausência de vagas, qualificação e construção do plano de acompanhamento acaba “desacreditando” no ingresso ou reconhecendo como uma miragem somente ao alcance dos olhos.

Os abrigos, albergues, ILPIs, residências terapêuticas e qualquer configuração constituída no âmbito institucional busca ofertar espaços de proteção, provisórios ou permanentes, para aquelas pessoas ou famílias que, dentro dos atendimentos e acompanhamento e/ou desejo de vida, compartilham ou demonstram de algum modo essa demanda singular, mas compartilhada por diferentes histórias de vida de outros(as/es) navegantes presentes nos extensos mares de concreto. Não obstante a importância desses espaços de proteção e suas equipes que insistem em acompanhá-los, mesmo ao se deparar com incertezas e “ataques” aos serviços socioassistenciais, a vastidão dos mares de concreto acolhe outras(os/es) navegantes que demandam “saídas” ou, melhor, da impossibilidade de “sair” da rua... (re)construir relações com o espaço da rua. Diante da constatação que os espaços

---

<sup>15</sup> No *site* da FASC/PMPA não consta a descrição do número máximo de pessoas suportado pela respectiva unidade.

institucionais não são uma alternativa vislumbrada por diversas pessoas em situação de rua, a manutenção e criação de estratégias de moradia se tornam cada vez mais urgentes.

Durante um período significativo, as PSR e outras pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, não necessariamente atravessadas pela situação de rua, acessavam o benefício do Aluguel Social que estava vinculado ao Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB. O benefício funcionava em dois eixos vinculados à situação de vulnerabilidade do público-alvo, ou seja, eram disponibilizados valores diferentes. O valor para as PSR acabava sendo maior, aproximadamente 400-500 reais, utilizados especificamente para custos com a moradia. Em virtude das mudanças nas estruturas e gestões do executivo municipal, a reclamação desse benefício passou a ser realizada pelas equipes dos serviços da FASC, que posteriormente encaminhava ao DEMHAB para que fossem realizados os trâmites administrativos. A grande barreira encontrada pelas equipes foi a documentação de habitação mais criteriosa que passou a ser exigida, conseqüentemente, dificultando e impossibilitando o ingresso das PSR nos espaços de moradia. Embora fosse uma questão amplamente debatida entre as equipes e a PSE, o histórico do aluguel social e os questionamentos relacionados “à moral e bons costumes” dos proprietários de pensões na configuração anterior eram utilizados para justificar os atuais critérios. Os desdobramentos da dificuldade de acessar esse benefício e a ausência de pagamento dos aluguéis vigentes acabaram gerando uma manifestação política realizada pelo MNPR e outros movimentos sociais e coletivos que ocuparam a sede do DEMHAB para denunciar a fragilidade da política habitacional endereçada às PSR (CUNDA, 2018). O movimento da respectiva ocupação pode ser compreendido dentro de uma dinâmica de ações cíclicas que ocorrem em contraposição ao descaso e burocratização históricos com esse segmento populacional. Ainda que as(os) trabalhadoras que atuam junto às PSR busquem construir articulações, tecnologias “marginais” e estreitar relações para facilitar o acesso dessas pessoas aos serviços previstos nos diferentes sistemas, sobretudo na constituição, a morosidade nos ritos “necessários” para o avanço e disponibilização dos programas e projetos acaba descompassada em relação “à pressa de viver”. Logo, as próprias PSR precisam encontrar forças para lutar por questões que transcendam os “seus interesses”, pois estão diretamente relacionadas aos direitos previstos na Constituição Federal e políticas públicas.

Diante das dificuldades e pouco impacto positivo da última configuração do aluguel social, a capital gaúcha acabou por buscar no modelo de política americano, e em algumas adaptações europeias do *housing first*, uma possível alternativa para resolver a ausência de

espaços de moradia. A política importada teve poucas alterações em relação aos pilares americanos e europeus, uma vez que o ingresso na moradia é priorizado no acompanhamento dessas pessoas. A configuração inicial do Programa Moradia Primeiro, inserido dentro do Projeto (Convênio) Mais Dignidade, acabou sendo ensaio de um projeto intersetorial devido à parceria da Secretaria Municipal de Saúde com a FASC, pois nessa edição o projeto estava vinculado à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, que condicionava a necessidade de um histórico ou uso atual de substância(s) psicoativa(s) para que a pessoa fosse inserida e acompanhada pela equipe Juntos na Rua. Essas equipes eram constituídas por trabalhadoras(es) das equipes do Ação Rua (Serviço Especializado em Abordagem Social) e Equipes do Consultório na Rua, que realizavam visitas domiciliares, comumente nas pousadas com quartos alugados para beneficiários do programa, com o objetivo de acompanhar os sujeitos na execução dos “seus” planos de vida.

Alguns entraves comuns na modalidade do aluguel social foram revisitados nessa modalidade do auxílio moradia devido ao grande desafio de encontrar lugares dentro do valor de R\$ 500 para custear o aluguel (CUNDA, 2018). Os locais cadastrados e disponíveis para ingresso prontamente acabavam tendo uma infraestrutura insalubre, grande parte sem ventilação direta e dificilmente receberiam alvará de funcionamento do Corpo de Bombeiros pelo risco de incêndios. Cansados ou não acostumados em navegar nos mares de concretos, diversos(as) navegantes buscaram essas *pousadas* na tentativa de reconstruir suas relações com o espaço da rua e ressignificar o uso de substâncias psicoativas.

A pesquisa realizada por Tavares (2021) sobre o Programa Moradia Primeiro em Porto Alegre trouxe para reflexão a construção social das PSR a partir do uso de SPA, pois, inicialmente, o programa foi direcionado somente para aquelas pessoas em situação de rua que foram ou eram naquele momento atravessadas pelo uso de substâncias psicoativas). Apesar de não constar dentro da “Carta de Serviços” disponibilizada no *site* da Prefeitura de Porto Alegre, exceto uma breve descrição na página de Benefícios Eventuais (PORTO ALEGRE, 2023), o Programa Moradia Primeiro acabou sofrendo alterações na sua oferta, pois atualmente é oferecido dentro das Proteções Sociais Básica e Especial (Ações de Média e Alta Complexidade).

Ainda que não seja comum serviços da PSB demandarem benefícios relacionados aos públicos prioritários, o acompanhamento de pessoas e/ou famílias no serviço PAIF que estão em “iminência da rua”, ou melhor, estão “em via de” utilizar a rua como estratégia de moradia

acabam sendo compartilhadas. São realizadas reuniões mensais para compartilhar essas situações, independente da complexidade, para que sejam definidas quais pessoas e/ou famílias serão contempladas com o respectivo benefício. A descrição dessa reunião parece ser semelhante aos diferentes encontros de referência-contrarreferência ou discussões de caso para ingresso em alguma das modalidades de acolhimento institucional, porém, cabe as(os) trabalhadoras(es) presentes realizar essa *gestão da vulnerabilidade social* e tentar construir com as(os) presentes o ingresso daqueles que estão numa situação “mais crítica”.

A imaginação da respectiva cena é passível de mal-estar que não pode ser relacionada com a atuação dos presentes, pois esses realizam arguições e defesas para tentar garantir o ingresso daquelas(es) que acompanham nos diferentes serviços. Todavia, o compartilhamento de algumas situações expressam tanta fragilidade e vulnerabilidade social que acabam por dificultar essa “defesa”. Diante dessas situações, cabe aos técnicos reconhecer que “suas” demandas passaram para a “planilha” das *demandas reprimidas*<sup>16</sup> que terá cobertura conforme disponibilidade. Destarte, algumas situações em que esperar acaba acelerando o ingresso no “grupo” das urgências e *saltos de complexidade*. A terra “firme” que parecia tão próxima... se desnuda numa miragem esvaindo no horizonte.

No ano de 2021, o Prefeito Sebastião Melo divulgou o Plano Ação Rua Adulto, que descrevia diversas ampliações e articulações dos serviços endereçados às PSR e outras políticas públicas. Em relação ao Auxílio Moradia estava prevista sua ampliação de 450 para 650 metas, o que ainda não foi confirmado na carta de serviços do *site* da Prefeitura.

Os últimos dados encontrados referentes ao número de pessoas/famílias beneficiadas no Auxílio Moradia é um registro realizado no *site* da própria Prefeitura, que descreve o número de beneficiados de aproximadamente 600 pessoas (FABRICIO, 2022). O outro registro é uma reportagem do portal do jornal Diário Gaúcho (2022) que não precisa o número de pessoas beneficiadas pelo Auxílio Moradia, mas compartilha que 1.098 foram acolhidas de acordo com suas demandas e histórias de vida. Além disso, reconhece a necessidade de aumentar o número de benefícios do Auxílio Moradia, mas não quantificou esse hipotético aumento.

As políticas de habitação voltadas às PSR acabaram tendo um aumento significativo se comparado com o “hiato” durante o último período do aluguel social; porém, acabaram revisitando alguns erros dessa política de habitação. Duas das principais questões

---

<sup>16</sup> O termo *demanda reprimida* é utilizado para descrever quando a demanda de acesso aos serviços, equipamentos e benefícios é superior à oferta, gerando uma “lista de espera” em que essas pessoas e famílias são inseridas.

experienciadas no decorrer dessas política habitacionais ou benefícios destinados a custear o espaço de moradia são a fragilidade dos imóveis disponibilizados e aptos para acolher as PSR e a reprodução de um imaginário histórico que constrói uma relação entre a composição dessas populações e moradias endereçadas para atendê-las.

Essa última questão acaba sendo justificada na extensa pesquisa de Tavares (2021) sobre o Programa Moradia Primeiro e o imperativo de moradias insalubres para uma população em vulnerabilidade social. Os planos de acompanhamento, as demandas individuais e a dinâmica da efetivação dos encaminhamentos em tempo hábil acabam individualizando a parcela desse segmento populacional inserida nos espaços de moradia, pois acabam tendo que esquecer aqueles que permaneceram à deriva nos mares de concreto.

A coletividade capaz de suportar a tormenta dos mares perde força quando enxergada das areias úmidas da beira da praia, ou seja, a ampliação de espaços de proteção coletivos e geridos pelas próprias PSR acabam sendo disponibilizadas com número muito restrito. Um exemplo da baixa oferta dessa modalidade de moradias coletivas é a ausência de dados sobre o acolhimento em repúblicas, pois apenas no recorte da população idosa consta a capacidade que promete ou vende a fórmula do “sucesso”, ou da própria sobrevivência, diretamente proporcional ao esforço individual. É preciso aprender com a potência dos laços construídos na rua, que são capazes de suportar toda a força e o peso dessas ondas de concreto.

O reconhecimento dos saberes rueiros (populares) está vinculado diretamente à qualificação de políticas e diretrizes dos espaços de proteção, estratégias e benefícios para garantir acesso à moradia, e outros serviços, pois quem teve sua casa, dormitório e pertences retirados ou roubados no espaço da Rua reconhece a importância de um cobertor emprestado, papelão e “aba” divididos, um gole ou um pouco de comida. Grande parte dos(as) navegantes à deriva nos mares de concreto acha que está sozinho frente ao desamparo (social), porém, rotas marítimas se cruzam.

#### 4.2 “GERIR” OS (IN)DESEJÁVEIS NAVEGANTES OU CIRANDAR NA BEIRA DOS MARES DE CONCRETO?

Construir nexos entre as PSR e a racionalidade neoliberal à primeira vista parece algo muito plausível, uma vez que, dentro dessa racionalidade é inevitável vislumbrar a presença desse segmento populacional ou elementos que catalisem o processo de rualização. Entretanto, fica o questionamento de como o governo, não necessariamente o Estado, faz a “gestão” dessa

população? Historicamente enunciada como “um problema (do) social”, invisíveis, (in)desejáveis, infames e perigosos por utilizarem o espaço da Rua como estratégia de sobrevivência e/ou moradia. Conforme introduzido no primeiro capítulo, dentro dessa racionalidade a pessoa deve assumir a responsabilidade pela gestão do seu capital humano, considerando cálculos e estratégias, e o (in)sucesso seria um “produto” dessa gestão.

A importância de escolher uma perspectiva para compreender essas ondas oceânicas, que atravessam o próprio pesquisador e a sociedade de maneira geral, acaba sendo uma tentativa de encontrar pontos de ancoragem dentre diversas produções que discorrem sobre tal dinâmica. O embasamento na obra de Dardot e Laval (2016), utilizado para introduzir esse assunto na pesquisa, proporcionou a aproximação com outros(as/es) autores(as) que propõem diferentes possibilidades de reflexão sobre tal dinâmica. Desses autores(as), o destaque para a obra de Casara (2021), que influenciou diretamente na construção do nexos existente entre o neoliberalismo e o fenômeno das PSR, mas que exige o lançamento de alguns marcadores ou “boias”, que são capazes de furar partes dessas ondas oceânicas que vão ao/ou de encontro aos navegantes, cirandeiras(os) e todas as pessoas que auxiliam a trazer os barcos e jangadas para a beira da praia, e o seu retorno para os mares de concretos.

As primeiras boias lançadas dentro desses mares de concreto estão vinculadas às possibilidades de compreender o neoliberalismo. O primeiro desses marcadores descreve sua concepção a partir de uma racionalidade que está vinculada diretamente às relações, ou abuso, de poder a uma maneira de compreender o mundo (CASARA, 2021). Logo, mesmo uma parcela da sociedade utilizando tecnologias imersivas, aplicações constituídas por inteligência artificial e tantas outras experiências e tecnologias voltadas para diferentes segmentos do mercado, conseguiu ofuscar o retorno de estratégias e acontecimentos constituintes de outros períodos históricos para exercer o poder através da violência ou opressão de uma parcela significativa da mesma sociedade. Talvez o limitado e breve registro sobre o contexto do universo tecnológico não seja suficiente para credenciar ou sustentar uma sociedade que consiga resistir aos ventos responsáveis pela formação das ondas oceânicas (racionalidade neoliberal). Além do mais, a formação dessas ondas oceânicas não necessariamente se trata de uma questão temporal e/ou tecnológica, pois é através dos ventos atemporais que são formadas. Ventos esses reconhecidos nas estratégias utilizadas pelo Governo, mídia e tantos outros processos capazes de transgredir aquilo até o “presente” momento era “interdito”, para ocupar um lugar “confortável” entre o aceitável e o absurdo (CASARA, 2021).



As primeiras brisas não almejam ou são responsáveis por formar as primeiras ondas oceânicas que encontrarão os navegantes (PSR) e todas aquelas pessoas (transeuntes) e suas relações com os mares de concreto. Pelo contrário, o principal objetivo está em acostumar os navegantes ao deslocamento do ar e à mudança de pressão, pois, mesmo que não sejam capazes de criar, aparentemente, qualquer resistência aos seus corpos e embarcações, paulatinamente essas (brisas) acabam criando o contexto (des)favorável para que ventos, cada vez mais fortes, sejam aceitos. Em outras palavras, a inserção de práticas, discursos e ações que outrora, em hipótese alguma seriam toleradas ou legitimadas, encontram no uso da violência ou banalidade do mal (ARENDDT, 1999) uma alternativa para lutar contra seus “inimigos”. Tal afirmação pode ser exemplificada através de acontecimentos durante o processo histórico de diferentes países, seus conflitos, que, diante da racionalidade vigente, passaram a buscar meios de conter as ameaças ou ações que desumanizaram pessoas e grupos populacionais (ex.: escravidão, nazismo, fascismo, ditaduras militares, bolsonarismo etc.) (CASARA, 2021).

Grande parte dos exemplos descritos encontra sentido na evolução das brisas para ventos capazes de girar drasticamente a racionalidade vigente em prol da preservação e “sobrevivência” do povo, ou melhor, de uma parcela que reclama manutenção ou exclusividade em exercer o poder e/ou implementar um projeto de sociedade. Portanto, é necessário vislumbrar que a racionalidade hegemônica, independentemente de qualquer que seja (democrática ou autoritária), não pode ser relativizada ao compromisso em garantir a verdade, tampouco a defesa exclusiva da mais absurda mentira, pois depende da capacidade de incidência nas pessoas e instituições. A capacidade de exercer o poder sobre essas pessoas e instituições possibilita a inibição de possíveis ações que evitariam cruzar o absurdo e reiterariam o óbvio (ex.: garantia de direitos humanos, efetivação de políticas públicas etc.). Ainda que o desfecho seja trágico e os ventos consigam incidir sobre os mares de concretos possivelmente na vida daquelas pessoas que não se lançaram ou foram jogados ao mar, essas poderiam recorrer ao Direito como regulador desse poder e garantir os direitos previstos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988).

O golpe realizado contra a Presidente Dilma, durante o seu segundo mandato, e o aparelhamento do Ministério Público e Judiciário nos julgamentos do Presidente Lula, que liderava a corrida eleitoral, afetaram diretamente as eleições de 2018 e a sociedade brasileira.

Esses dois exemplos são apenas tentativas de exemplificar o alcance desse aparelhamento ou incidência de uma racionalidade na esfera do Direito, pois existem muitas

outras histórias de brasileiras(os) (des)conhecidos que sofreram, e ainda sofrem, sanções que poderiam ser justificadas pela culpabilização da pobreza, tentativa de ir de encontro à normatividade neoliberal etc. Ademais, na ausência de justificativas para descrever anomalias dentro das ações que compõem a esfera do Direito, a obra kafkiana intitulada *O Processo* (KAFKA, 2005) empresta o simbolismo necessário para ilustrar aquelas (muitas) pessoas reclusas, sem ao menos tomar conhecimento do “crime” praticado.

Apesar das situações descritas, e seus desdobramentos, ocuparem uma posição de destaque na última década, pela tentativa de relativizar, comparar ou afastar racionalidades que sustentavam propostas de governos em que o poder era exercido de forma democrática ou sustentada pelo neoliberalismo ultra autoritário, não é possível vincular somente a presença das brisas aos governos que exercem o poder em regimes ditatoriais. Afinal, uma vez inserida a racionalidade neoliberal, conforme descrito anteriormente, os governos democráticos podem se constituir em espaços propícios para revistar ou fantasiar elementos capazes de criar uma narrativa destinada a culpabilizar ou criar uma ameaça. Por sua vez, essa dinâmica só é possível pela capacidade dessas brisas em alterarem um conjunto de ideias ou organizar opiniões, condutas e valores que, somados a dados objetivos, permitem a adaptação de uma racionalidade a diversos contextos.

Casara (2021), ao descrever o processo de adesão à oferta de um conjunto de ideias, já organizadas, de maneira acrítica, convida o leitor a resgatar enunciações do discurso nazista e fazer o exercício de substituir determinados termos, importantes dentro daquela ideologia, por termos utilizados recentemente por pessoas autoproclamadas de “patriotas” que estavam submetidos ao neoliberalismo ultra autoritário (CASARA, 2021). Fica evidente a semelhança dos discursos utilizados, ainda que haja um “afastamento” de aproximadamente oito décadas entre cada contexto e a capacidade de mutação ou revisitar elementos constitutivos na construção de outras racionalidades.

Os fragmentos vinculados à discussão da racionalidade neoliberal parecem ir ao encontro da canção de SIBA (2012), a partir do reconhecimento da *brisa* e sua capacidade de “castigar”, ainda que haja uma incidência mais significativa dos *ventos* na criação das ondas oceânicas. Infelizmente, dentro do processo histórico mundial, e brasileiro, a implementação de regimes autoritários e ditaduras militares, com apoio de empresas e grandes corporações, impactam e constituem o imaginário social e estruturam a sociedade durante anos e décadas, pois muitos desses infelizes/trágicos marcadores temporais são constituídos pela instância do

trauma (Clínica do Testemunho), ou melhor, a impossibilidade de falar sobre essas experiências e reconhecê-las como constituintes do processo histórico. A necessidade de reconhecê-las é uma das ações que visam uma reparação psíquica, pois, frente à ausência de elaboração, é possível que a sociedade seja convidada a revisitar experiências e discursos absurdos, como a negação da escravidão no Brasil, a substituição do Golpe Militar por uma “revolução militar”, o modelo manicomial e a importância da preservação do “patrimônio público” nas discussões que atravessam as PSR.

Na medida em que a cena dos navegantes singrando os mares de concreto, sem notar a brisa que suavemente toca seus corpos e embarcações, é desvelada, outros elementos são solicitados na tentativa de elucidar os atravessamentos entre a racionalidade neoliberal e as PSR. Destarte, a incidência dos *ventos*, assim como as *brisas*, acaba sendo imprescindível para compreensão da formação das ondas oceânicas (racionalidade neoliberal), e suas forças, que almejam naufragá-los ou expulsá-los desses mares de concreto em direção às áreas litorâneas com suas específicas geomorfologias.

Aproximando esse simbolismo do contexto porto-alegrense é possível identificar que a ação desses *ventos* ocorre de maneira cíclica em virtude das estratégias de resistência, dependendo de um compromisso da sociedade, governo e outros agentes responsáveis pelo desejo ou exercício do poder, com a racionalidade neoliberal. Uma vez acordado entre esses, e outros, atores sobre a importância e celeridade em “resolver” esse problema, ou gerir uma das expressões da questão social, talvez a mais dramática delas, elucubrações começam a ser realizadas e calculadas para verificar suas chances de sucesso. Mas é importante reconhecer nas discussões relacionadas ao fenômeno das PSR a mudança do imaginário social da Rua, conforme descrito anteriormente, que passou a ser um espaço de indiferença e perigoso; conseqüentemente, quem vive ou ali permanece está “apto” ou instituído como potencial participante ou praticante de ações que coloquem outras pessoas ou propriedades em risco.

Apesar de transparecer um silogismo muito frágil, dentro de uma lógica aristotélica, atende à racionalidade neoliberal, pois cumpre o objetivo de identificar quem são os indesejáveis naquele espaço, culpabilizá-los e aniquilá-los. Ou seja, dentro deste estudo, a remoção (naufrágio ou afogamento) dessas pessoas dos mares de concreto.

Ainda assim, é importante o reconhecimento de um “grande nó” dentro desta discussão sobre a perspectiva que esses navegantes são enxergados dentro desses mares de concreto. Em dados momentos, a experiência da existência dessas populações é constituída pela violência

que habita seus corpos (ex.: remoções e outras violências de Estado e a culpabilização pela “incapacidade” de gerir seu próprio capital); porém, em outras situações suas subjetividades ou seus corpos são deslegitimados, perdem sua representação política, uma vez que se torna possível manuseá-los ou alocá-los em diferentes espaços.

É preciso diferenciar esses questionamentos sobre as perspectivas utilizadas para avistar esses navegantes dentro das manifestações dessa racionalidade liberal, para que não seja inserida em uma perspectiva fatalista que inviabiliza a luta histórica, felizmente, ainda presente, nos movimentos sociais, coletivos, serviços e escolas vinculadas ou que representam as PSR. Em face dos questionamentos de qual lente escolher para enxergar esses(as) navegantes, a ampliação da compreensão do neoliberalismo permite o lançamento de outra boia nesses mares de concretos impactados pelas brisas, ventos e ondas.

O neoliberalismo descrito por Dardot e Laval (2016) acaba permitindo construir um nexo de complementariedade entre os registros da discussão sobre a racionalidade neoliberal, ou razão neoliberal, de acordo com os autores, conseqüentemente, o reconhecimento de uma normatividade (neoliberal) capaz de padronizar a conduta de sujeitos que desejam fazer parte da sociedade e/ou serem reconhecidos pelo Estado. Todavia, a inscrição dessas normas de conduta, modos de viver e a padronização da dinâmica das relações sociais acaba ocorrendo sem qualquer marcador temporal e psíquico, ou seja, não se trata de um processo consciente e mediado pela reflexão. Ainda assim, qualquer tentativa de negar sua existência ou alcance poderia ser percebido como uma negação da realidade ou racionalização; em outras palavras, uma estratégia de evitar o desprazer de reconhecer sua inserção dentro de uma racionalidade e padronização da vida (normatividade).

Porém, é importante reconhecer sua capacidade de fissurar essa racionalidade e normatividade, uma vez que demanda desses sujeitos a enunciação, através da linguagem, para que consigam sustentar o suposto “protagonismo” de suas vidas. É evidente que a inferência descrita lança mão dos conceitos de negação e racionalização a partir do referencial psicanalítico freudiano (FREUD, 2006), que descreve sua utilização com a finalidade de preservação do ego face a conteúdos emergidos através do trabalho psíquico, ou melhor, da psicanálise. Entretanto, o pequeno recorte da imensa obra freudiana está vinculada diretamente ao possível conflito nas concepções *sujeito-empresa* e *empreendedores-de-si*, que encontra na racionalidade neoliberal a promessa de um poder limitado que o credencia a alcançar os “seus” objetivos que dependem da “assertividade” dos investimentos e cálculos. Logo, a concepção de

um sujeito ilimitado, ou um sujeito inserido numa sociedade onde “tudo é possível”, exige a exclusão ou enfrentamento de possíveis barreiras, limites e resistências que surjam no decorrer das “suas” necessidades. O sujeito acaba por encontrar na racionalidade neoliberal a possibilidade de reclamar essa ausência de limites, pois, ao reconhecer suas relações dentro de uma lógica empresarial e virtual ausência de limites, acaba encontrando na dessubjetivação do outro (corpo) ou no reconhecimento desses como adversários ou inimigos, que, para além de ameaçar o alcance das “suas necessidades” moldadas pelo capital (HAN, 2018), compartilham do mesmo funcionamento, legitimando-o.

Em posição contraposta, mas sobre o mesmo eixo do neoliberalismo (racionalidade e normatividade), está a concepção de sujeito constituída pelos limites ou interdito, que são postos através de diversas formas, marcadores sociais de diferença, desejos e reverberações transgeracionais de processos estruturantes (ex.: patriarcado, colonialismo, racismo estrutural e interseccionalidade) da história, e invenção, do Brasil. No caso desta pesquisa, é preciso considerar esses apontamentos dentro do processo histórico porto-alegrense, que apresenta muitas semelhanças com os elementos descritos. Retornando à questão do sujeito, não é possível dizer que esse sujeito, limitado pela existência do outro ou pelo reconhecimento da *falta* como elemento constitutivo, não compartilhe elementos e semelhanças ao sujeito neoliberal. Conforme descrito por Lacan (1986), a *falta* acaba sendo o elemento fundante da existência de um *desejo*, que, nesse caso, não deve ser relativizado à *necessidade* descrita no parágrafo anterior, pois faz sentido dentro de uma busca daquilo que não se “possui” ou desconhece. Ou melhor, daquilo que é impossível de representar e está limitado pela própria cultura.

A descrição dessas inferências tem o intuito de dar visibilidade a algumas das perspectivas de compreender os(as) muitos(as/es) sujeitos(as/es) que acabam indo de encontro aos espaços das cidades. Ainda assim, não é possível dizer que as PSR e a outra parcela estejam cristalizados ou devam ser concebidos apenas por uma dessas perspectivas, dado que mesmo inseridos em determinado “grupo” ainda assim tem características heterogêneas. Neste estudo, a proposição realizada está relacionada ao conflito advindo destas experiências de vida e estar na cidade, e a materialização dos ventos que produzirão ondas oceânicas que atingirão preferencialmente aquelas pessoas discordantes da normatividade neoliberal.

Durante a etapa de organização do material, que serviu de base para esta pesquisa, um documento, especificamente, uma postagem realizada em um website que oferece um serviço

de pesquisa, para verificação de informações e mediação da comunicação entre consumidores e empresas. Embora seja essa a finalidade explicitada no próprio *website*, o volume principal de acessos serem direcionados ao registro ou busca por reclamações contra empresas sobre compra, venda, produtos e serviços. Para surpresa deste pesquisador foi encontrada uma postagem endereçada à Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS que dialoga com as PSR:

Sou morador do Jardim Planalto e da noite para o dia começou a aparecer barracos montados na praça Miguel Anibal Genta, em frente a minha residência, gostaria de saber com a prefeitura se no IPTU que me cobram está incluso o iptu dos invasores? Quero me sentar no banco da praça e está tomado por [Editado pelo Reclame Aqui] e cachaceiros, não tenho nada a ver com a vida deles e porque estão nessa situação mas não e responsabilidade minha e sim da prefeitura. SR prefeito... precisamos de uma atitude..., Att. (RECLAME AQUI, 2020).

A postagem não cita diretamente as PSR no decorrer do seu relato, mas fica evidente na fala do *morador do Jardim Planalto* sua insatisfação e questionamento da atitude que será realizada pela Prefeitura, na figura do *SR prefeito*, sobre o aparecimento de barracos montados na praça. É preciso levar em consideração sobre a perspectiva em que este *morador* enxerga os barracos e seus ocupantes (navegantes) que estão em frente à sua residência, aparentemente, como algo inadmissível que impossibilitaria o seu acesso ao local (praça).

É necessário realizar uma breve contextualização sobre a *propriedade privada* para que seja possível compreender a lógica do pedido do *morador do Jardim Planalto*. Dardot e Laval (2016) resgatam a historicidade desse conceito e o descrevem como um “arranjo jurídico de relações sociais” que sofreu, e ainda sofre, alterações durante o processo histórico. Destarte, a concepção do direito à propriedade que, de acordo com a perspectiva iluminista, é reconhecido como uma *liberdade essencial* para que os “homens” (pessoas) experienciem sua existência plenamente, o custo por gozar dessa liberdade implica a privação do outro. Numa concepção moderna de propriedade, os autores destacam a concepção de Hume (1985), que descreve a existência de uma relação entre uma pessoa e um objeto, permitindo o uso e a posse deste último, mas proibindo quaisquer outras pessoas de interação com o mesmo. Na concepção de Blackstone (1917), a propriedade privada estaria inserida dentro de um imaginário que convocaria os afetos das pessoas, ou poderia ser compreendida como domínio sustentado pelo imperativo da exclusividade e autocracia. Antes de retornar a cena do Jardim Planalto, bairro de Porto Alegre, ainda é preciso adensar a discussão sobre uma suposta extensão da propriedade em direção aos espaços comuns.

Os logradouros e equipamentos públicos acabam abarcando um grupo de diferentes categoriais que estão descritas, no caso de Porto Alegre/RS, na Lei Complementar Nº 958, de 2022. Dentre essas categorias estão as praças, que são descritas como “[...] espaço público urbanizado, livre de edificações e que propicie convivência e/ou recreação para seus usuários” (PORTO ALEGRE, 2022, p. 4). Esse espaço público, junto de outros exemplos de logradouros públicos, sofre com o assédio visando sua privatização ou “adoção”<sup>17</sup> por diferentes segmentos empresariais que facilitam o processo de *gentrificação*<sup>18</sup>. Embora seja um espaço de disputa, dentro desta pesquisa acaba sendo reconhecido dentro dos mares de concretos, ou seja, do imaginário, e realidade, da Rua.

O pequeno resgate e breve contextualização da disputa pela gestão/uso desses espaços ocorre na tentativa de inserir a representação desse espaço na perspectiva do *comum*, pois, mesmo o estado legitimando os processos de privatização e *gentrificação*, através das concessões ou permissões para manutenção, reconhece o exemplo utilizado (praças) como um espaço de convivência e público. Logo, aquilo que é comum não é passível do gozo da propriedade, ou seja, a praça descrita pelo solicitante não deveria ter uma suposta exclusividade ou condicionante em relação à sua utilização (DARDOT; LAVAL, 2017). Por exemplo, a verbalização sobre a ocupação da praça destacada no relato da publicação é precedida por um questionamento, endereçado ao poder executivo municipal, sobre o pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), como uma “habilitação”, ou melhor, um imposto que toda pessoa proprietária de construções em meio urbano (ex.: casa, prédios ou espaços comerciais), e, de acordo com a lógica do denunciante, salvaguardaria qualquer ameaça da propriedade ou o direito pleno de sua posse.

Outra perspectiva que auxilia na compreensão da narrativa em questão (a “reclamação”) é a introdução de elementos que almejam (des)qualificar a partir de um imaginário, ou senso comum, que essas pessoas são *invasores* e *cachaceiros*. Enunciações responsáveis pela perpetuação dos estigmas historicamente combatidos por pesquisadores, movimentos sociais, as PSR e militantes/apoiadores das pautas que atravessam esse fenômeno. Ainda que seja uma

---

<sup>17</sup> Prática realizada por algumas empresas privadas e instituições que “adotam”, ou seja, assumem a responsabilidade pelos cuidados de determinado espaço ou logradouro público.

<sup>18</sup> *Gentrificação* é um fenômeno que ocorre em locais que passam a ser alvos de ações que dialogam com a especulação imobiliária, relações de poder e alvo de interesse financeiro. Embora o conceito tenha sofrido diversas alterações em virtude das regiões em que é observado, o processo *gentrificador* no Brasil possui contornos da colonialidade, se comparado com os países europeus e americanos, que gera consequências reais. Estas consequências são percebidas na marginalização das populações, polarização social e hostilização da cidade (MARCO; SANTOS; MÖLLER, 2020).

tarefa difícil suspender essa discussão sobre os rótulos endereçados às PSR, tema que será retomado posteriormente, é preciso retornar ao simbolismo dos *ventos* que são materializados nas “reclamações”, solicitações de abordagem social e abertura de protocolos em algum dos canais disponibilizados pela Prefeitura porto-alegrense (ex.: Central de Abordagem Social e 156), grupos de redes sociais, processos oriundos de outras secretarias relacionados às PSR e matérias veiculadas em meios físicos e digitais. Infelizmente, os rumos desta pesquisa impossibilitaram a realização da coleta direta nas equipes e a tentativa de acessar, junto à FASC e Prefeitura Municipal de Porto Alegre, os protocolos e solicitações de abordagem social realizados pela comunidade, na medida em que a análise destes dados adensaria a inferência sobre o impacto dessas verbalizações, ou *ventos*, na origem de ações realizadas por diferentes representantes do Poder Executivo Municipal, visando “responder” ou “solucionar” esses chamados, não raras vezes na perspectiva da higienização da cidade.

#### 4.3 DOS VENTOS? AS ONDAS

Alguns dos(as) navegantes, ao singrar os mares de concreto, aparentemente parecem indiferentes ao sopro das *brisas* e *ventos* que, incessantemente, e historicamente, os atravessa. Numa espécie de aviso, sem qualquer preocupação ou zelo por esses e suas jangadas, ainda assim, de maneira muito explícita, fazem questão de registrar que “não são bem-vindos(as/es)” nos mares e oceanos de concreto. Dentro do espectro das “populações infames” que (R)existem na capital gaúcha, as PSR acabam sofrendo os reflexos, dentro do universo das suas histórias de vida e possíveis reverberações transgeracionais, dos discursos preconceituoso, estigmas e fatalismos sobre sua existência. Logo, no contexto da Rua, ou melhor, ao singrar os mares de concreto, o *vento* que “sopra” nem sempre vai ao encontro de quem está navegando, uma vez que a presença de alguns desses *ventos* remontam a outras épocas.

O resgate histórico sustenta o compromisso ao método a partir da importância de fatos anteriores para compreensão dos acontecimentos presentes. Tendo como exemplo um dos símbolos e patrimônio histórico de Porto Alegre, o Viaduto Octávio Rocha, ou “Viaduto da Borges”, elemento essencial na constituição do imaginário (e real) porto-alegrense, é vinculado diretamente à presença das PSR. Ainda que essa descrição suscite, invariavelmente, a imagem das PSR, transeuntes e outras discussões recentes (revitalização), é necessário um movimento de encontro aos elementos para que seja possível resgatar e compreender a realidade atual.



Sendo assim, o encontro com a obra de Koheler (2015), que resgata os becos “invisíveis” da capital gaúcha, possibilita compreender o apagamento ou esquecimento do processo histórico oriundo dessa construção simbólica ou institucional, se for levada em conta a perspectiva das PSR, em relação ao Viaduto Otávio Rocha. A autora, ao resgatar os diversos becos dessa outra Porto Alegre, que, aos poucos, foram subsumidos pelos processos de gentrificação e higienização, nos fornece fragmentos históricos sobre o Beco do Poço, também conhecido como Rua General Paranhos, ou seja, a Av. Borges de Medeiros, que atravessa o respectivo viaduto. Muito antes da construção do viaduto, o espaço era descrito pelos cronistas da época como um local com algumas casas, muito simples, pequenos comércios e personagens populares dentro de um contexto popular e quase folclórico (KOHELER, 2015). Esse contexto acaba mudando a partir do final do século de XIX, conforme descrito num trecho da obra de Pesavento (2008), que descreve a chegada de Anna Fausta Marçal, descrita como *uma crioula* que alugou um sobrado no Beco do Poço e *instalou* um prostíbulo ou bordel, chamado de “A Flora da Mocidade”, que era frequentado pelos *subalternos da urbe* e por pessoas possivelmente pertencentes à aristocracia (*fina flor da sociedade*). Contudo, o convívio entre esses atores/atrizes, socialmente antagônicos, não conseguiu impedir a formação de *ventos*, semelhantes aos apontados anteriormente, capazes de auxiliar na construção de um contexto favorável para mudanças estruturais. Ademais, cabe o resgate de um trecho que perversamente “ilustrou” as cenas daquela época:

Mulheres de má nota, algumas das quais já têm o nome registrado no livro da cadeia, soldados, marinheiros de navios mercantes e paisanos de ínfima classe, levam à porfia, a depravarem-se mais ainda e a prejudicar o trânsito público, pois ao ponto a que achasse transformado aquele beco, é muitas vezes preferível a uma pessoa decente evitar passar por ali à sujeitar se [sic] a levar esbarradas dos ébrios imundos que por ali vagam. (PESAVENTO, 2008, s.p.).

Na continuidade da vida porto-alegrense, o Beco do Poço permaneceu “acolhendo” os relatos da imprensa e cronista que descreviam uma população “infame” e estigmatizada que era “responsável” pelos distúrbios e contravenções no local. Essa perspectiva acabou sofrendo alterações a partir de 1920, devido à “modernização” desse espaço que culminou na mudança para Rua General Paranhos, posteriormente e atualmente reconhecida como Av. Borges de Medeiros. Dentro dessa condensada síntese estão os relatos que vincularam a população presente naquele espaço à criminalidade e prostituição, durante o século XX, que justificou sua “modernização” e a destruição das *velhas casinhas*, compradas pela *intendência* (Prefeitura),

anteriormente ocupadas pelas populações em situação de vulnerabilidade social. Incontinenti, uma parcela significativa da população negra acabava ocupando essas *casinhas*, (in)diretamente associadas ao contexto descrito (criminalidade e prostituição) e tendo suas práticas culturais e religiosas como alvo descaracterização e racismo (KOEHLER, 2015).

O Intendente Otávio Rocha foi o responsável por efetivar esse processo de “modernização”, leia-se gentrificação, que almejava transformar Porto Alegre na “nova Paris”, uma vez que o projeto descrevia o alargamento de ruas, construção de um viaduto e outras reformas que dialogassem com novos padrões estéticos e higiênicos da *elite dirigente* (MONTEIRO, 1995). Invariavelmente, atribuindo o caráter anti-higiênico ou sujo das construções anteriores para “justificar” sua destruição e a realização das obras necessárias (desaterro) para atender essas “demandas” da cidade. O processo de construção do viaduto acabou atravessando a gestão de Otávio Rocha, sendo concluído na gestão de José Loureiro da Silva. Todavia, tal monumento, ou instituição, de ordem simbólica para Porto Alegre, somente na década de 50 passou a levar o nome do responsável em abrir passagem para os ventos (pseudo) franceses, pois antes se chamava Viaduto da Duque de Caxias (MORAES, 2018)

O desaterro dessas informações foi realizado na tentativa de ilustrar as estratégias utilizadas pela gestão municipal para gerir uma parte dos indesejáveis daquela época, mesmo com o deslocamento e (des)encontro dessas pessoas entre os mares de concreto. Utilizando o imperativo da “modernização” para soterrar narrativas nos canteiros das obras “necessárias” para garantir o lugar de destaque merecido da(o) capital. Das construções, fruto dessas obras, a constatação de um paradoxo entre a demolição das *velhas casinhas* para a construção de um viaduto, que leva o nome daquele responsável pelo processo de gentrificação, historicamente utilizado por pessoas como estratégia de moradia e/ou sobrevivência. Apesar da utilização de outros imperativos ou a vigência de outra racionalidade e normatividade (neoliberal), a dificuldade de acesso às memórias através de uma perspectiva decolonial sobre esses e outros fatos, somado ao controle dos grandes meios de comunicação por parte de uma minoria privilegiada acaba perpetuando estratégias muito semelhantes àquelas utilizadas em 1920. Dessa inferência, a constatação de um caráter cíclico dos ventos, cuja presença atravessa espaços e contextos semelhantes aos descritos, ainda que separados por décadas.

Um dos diversos exemplos da presença desses ventos na contemporaneidade pode ser identificado na análise de um fragmento sobre o Viaduto Otávio Rocha que compõe a tese de Cunda (2018) sobre as PSR. Antes de adentrar no fragmento mencionado, é interessante

registrar que, concomitantemente à descrição de Cunda no fato narrado, este pesquisador trabalhava no mesmo território, Região Centro de Porto Alegre, como técnico social acessando sistematicamente o Viaduto Otávio Rocha para realizar observações, abordagens sociais solicitadas, atendimentos, acompanhamentos e o mapeamento do território. Embora a participação durante pesquisa ocorra naquilo que diz respeito a análise dos dados e produção desta dissertação, acaba se tornando uma tarefa difícil abdicar deste lugar da história, as vivências do sujeito que pesquisa acabam por se imiscuir nos processos de análise acrescentando novas mediações. No trecho destacado, Cunda descreve sua participação numa reunião solicitada por uma associação comunitária da região, enquanto representante da Proteção Social Especial da FASC. O principal objetivo desse encontro foi calcado no questionamento de uma possível solução para o “problema” das PSR que utilizam o espaço como estratégia de moradia e/ou sobrevivência. Argumentos semelhantes aos descritos na situação da praça, localizada no Jardim Planalto, e do resgate histórico sobre a criação do próprio viaduto, foram utilizados para questionar a proposição de estratégias para extirpar um “câncer instalado na cidade” em caráter de urgência (CUNDA, 2018, p. 258). O autor, ao tentar convidar as pessoas presentes a compreenderem o trabalho junto às PSR, acabou por escutar o “desejo” dessas pessoas de desvincular as PSR e o acesso aos serviços e direitos, uma vez que, dentro da racionalidade neoliberal, qualquer convite para reflexão e compreensão é visto como uma ameaça. A fragmentação dos processos, roubando-lhes a riqueza das conexões que altera/amplia o sentido, é uma das características da racionalidade neoliberal.

A “ameaça” descrita no parágrafo anterior fornece o nexos necessário para discussão sobre a existência de um *imaginário neoliberal* que almeja evitar qualquer tipo de risco ou fissura da racionalidade vigente. É interessante a inserção dessa discussão sobre esse sistema neoliberal pela capacidade de ampliação que se torna possível pelo reconhecimento de uma relação entre essas três instâncias: *Racionalidade, Normatividade e Imaginário* (CASARA, 2021). Todavia, a existência de elementos estruturantes, que antecedem o próprio sistema neoliberal, não deve ser desconsiderada ou negligenciada dentro do universo das PSR. Anterior à discussão sobre o *imaginário neoliberal* e a relação desse como mecanismo para evitar ameaças ao respectivo sistema está a noção de imaginário utilizada para construir essa instância do próprio sistema neoliberal. Dentro desta discussão estão diferentes caminhos para compreender o imaginário desenhado a partir das disciplinas, e até o próprio senso comum, no exercício de descrevê-lo a partir de imagens ou representações, que versam sobre o ilusório

e/ou a ilusão de retratar o real, compartilhadas ou não por outras pessoas. Ainda assim é preciso que esta noção de imaginário não seja relativizada ou comparada com a própria imagem por se tratar de uma representação que está relacionada diretamente com o simbólico, ou seja, a externalização deste imaginário acaba sendo um contrato condicionado a limitações impostas pelo simbólico. Este último, pode ser exemplificado na linguagem, palavras, gestos, arte, entre outras expressões que são constituídas ao longo da história de vida da sociedade que reiteram a limitação desta tentativa de representar estas imagens. Destas tentativas e limitações, ou desta dinâmica relacional entre simbólico e imaginário, surgiria a realidade, ou ficção, que tenta dar conta do *real*, ainda que seja impossível representá-lo pela linguagem com suas lacunas entre as palavras (CASARA, 2021). O materialismo dialético e histórico se contrapõe frontalmente a essa perspectiva, uma vez que reconhece o real como algo que existe de modo independente da consciência ou não dos sujeitos, contudo a interpretação acerca do real é realizada a partir desse movimento que segundo Marx, nada mais é o real transposto para a cabeça humana e por ela interpretado (MARX, 1989).

As elucubrações realizadas sobre a instância do imaginário, suas relações e papel constitutivo, facilitam a compreensão dos impactos que alterações nas relações concretas e simbólicas podem influenciar no campo social. Um exemplo dessas possíveis alterações está vinculado à própria vinheta quando um dos participantes da reunião acaba abdicando do diálogo, sobre a situação daquelas pessoas que ocupavam o Viaduto Otávio Rocha. Na verdade, a racionalidade neoliberal que demanda, e produz, a construção de ações para sustentar um imaginário neoliberal acaba por “enfraquecer” o diálogo ou a tentativa de representar, e sustentar, em palavras (campo simbólico) a partir do momento que este imaginário se conforma numa ilusão do próprio real. É preciso retornar a perspectiva que descreve a impossibilidade de representar o *real* e a existência da realidade, trama imaginária-simbólica, para compreender que a racionalidade neoliberal busca capturar ou produzir um *imaginário neoliberal* que domine e sobreponha o campo simbólico, e afaste a ideia de um imaginário criativo capaz de sonhar e buscar saídas para contradições e conflitos da vida cotidiana ou mesmo para reconhecê-las.

Na tentativa de facilitar a compreensão dessa perspectiva, cabe o registro do movimento antivacina e de um grupo significativo de pessoas que acreditam na existência de um Planeta Terra plano, ou melhor, a Terra Plana. Embora pareça irônico, e até caricato, os exemplos descrevem como o imaginário neoliberal pode ofertar uma ilusão do real, por mais absurda que seja, e produzir respostas para os conflitos e crises que são frutos do próprio sistema neoliberal.

Sistema que recorre ao “cientificismo ideológico” para soterrar, ou melhor, naufragar e afogar qualquer tipo de reflexão crítica que tente resgatar o cerne dessas contradições cuja base fundante está no sistema capitalista. Afinal o neoliberalismo é uma etapa do imperialismo que possui vez se constitui em etapa do modo de produção capitalista. Logo, estas características dialogam com uma perspectiva que consegue dentro das especificidades de cada sociedade e cultura colonizar imagens e ideias através de uma plasticidade e adaptabilidade capaz de normalizar o absurdo (CASARA, 2021).

A “normalização do absurdo” pode ser compreendida no reconhecimento das PSR a partir de uma imagem estática, ou melhor, uma “poluição” ou um elemento estranho, dentro dessa paisagem dos mares de concreto, que precisa ser removido, realocado ou movimentado com auxílio de *ondas* (dispositivo neoliberal). As *ondas* ou dispositivo neoliberal representam ações realizadas pelo Estado, sujeito ao poder do mercado, na tentativa de frear e/ou afastar qualquer ameaça ao sistema neoliberal, na tentativa de não perder essa disputa pelas imagens e ideias colonizadas ao longo dos anos sobre as PSR. É inevitável associar essas *ondas* às ações de remoções das PSR constituintes de diferentes épocas, e regiões, e antecedentes à própria formação dos mares de concretos porto-alegrense, mas perpetuadas na contemporaneidade. Sendo assim, é necessário identificar o que essas *ondas* representam, ou melhor, quem essas ondas representam e outras pistas que auxiliem a identificar para além dos impactos, mas os atravessamentos destas *ondas* ao encontrar os corpos dos navegantes.

#### 4.4 EU VIVO PISANDO NAS MESMAS AREIAS... MAS O MAR (E SUAS ONDAS) INSISTEM EM ESCUTAR O BARULHO DOS VENTOS

Ao parafrasear a canção de Siba, que segue servindo de trilha sonora para esta pesquisa, no título desse capítulo acaba sendo um bom caminho retomar o simbolismo das *ondas* (remoções) e introduzir a discussão sobre essa estratégia ou dispositivo neoliberal de gerir o fenômeno das PSR. Ainda assim, não é possível construir um nexo de exclusividade entre estas ações de remoção e o sistema neoliberal, pois são diversos os episódios que antecedem a própria “implementação” deste sistema no contexto brasileiro. Na última década essa estratégia acaba sendo incorporada dentro do rol de serviços “disponibilizados” pela Estado, ou seja, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre acaba realizando gratuitamente e espontaneamente esta tentativa de higienizar regiões de grande circulação, centros comerciais e alvos de interesse imobiliário.

O trecho descrito no capítulo anterior sobre a participação de Cunda (2018) na reunião com representantes de uma associação comunitária sobre a presença das PSR no Viaduto Otávio Rocha acabou registrando que posterior ao encontro ocorreu a remoção das pessoas que utilizavam aquele espaço como estratégia de moradia e/ou sobrevivência para que ocorresse a feira em homenagem ao “aniversário” do viaduto (CUNDA, 2018). A justificativa para remoção acaba por ocupar um lugar simbólico nessa dissertação pela conexão deste “patrimônio ou símbolo” municipal com o histórico de remoções destas populações em Porto Alegre.

A idealização e construção do viaduto que marca o “desenvolvimento” ou tentativa de aproximação da capital de uma imagem semelhante a capital francesa acabou gerando a remoção de uma parcela fragilizada que vivia nas pensões e oscilava entre o espaço da Rua daquela região (KOHLELER, 2015). A emblemática fórmula de uma remoção para justificar a criação (do viaduto) acaba deixando de ser um episódio isolado dentro do processo histórico da formação dos mares de concreto porto-alegrenses a partir de uma perspectiva cíclica destas ações. Numa espécie de “celebração” da gênese das remoções ocorre a remoção descrita que acaba tendo outra edição em 2018 (PAULA, 2018; FERREIRA, 2018) culminando em protestos em virtude desta e outras remoções, e morte das PSR em Porto Alegre.

Destarte que durante a produção desta pesquisa foi anunciada e iniciada a restauração ou revitalização do Viaduto Otávio Rocha, após longo período de impasses jurídicos entre os lojistas, alocados nas pequenas e poucas salas comerciais, que se localizam sob o viaduto, e a Prefeitura de Porto Alegre. Após pesquisa realizada nos principais meios de comunicação da capital gaúcha e o próprio *site* da Prefeitura não foram encontradas informações sobre o impacto desta revitalização nas pessoas que utilizavam aquele espaço como moradia e/ou sobrevivência, uma vez que já não ocupam aquele espaço.

O grande volume de informações encontradas nas principais reportagens está vinculada aos custos da reforma, preservação do projeto arquitetônico, dificuldades na mobilidade urbana e obras de infraestruturas (DIBE, 2023; SILVA, 2023; GOMES, 2022) ou seja, pouco se fala para onde foram aquelas pessoas e suas histórias provavelmente foram encobertas pelos tapumes fixados e os históricos *hidrojatos* utilizados na lavagem do monumento arquitetônico.



Fonte: Autor (2023).

Os resgates históricos, e presentes, acabaram por instigar a associação de algumas memórias deste pesquisador que atuava em 2016 e 2017, naquela região do território Centro, no Serviço Ação Rua com estas populações. As situações acabam por mobilizar toda equipe do núcleo Ação Rua – AICAS pelo conhecimento de parte das diferentes histórias de vida que

habitavam aquele local. Dentre estas histórias de vidas, trajetórias de rua que transcorreram por diferentes etapas do ciclo vital<sup>19</sup>, demandas crônicas de saúde mental, estratégias de sobrevivência realizados no local, produção de materiais artísticos e tantas situações que dificilmente encontraram com o imaginário descrito pelos “representantes” de algumas associações comunitárias, outras secretarias e a própria prefeitura, aspectos que são invisibilizados por esses sujeitos que apreendem o real de modo fragmentado e seletivo. Apesar de um impacto significativo nas equipes que estão atuando naqueles locais que passam pelo processo de “limpeza e higienização”, não é possível mensurar o impacto diretamente nas PSR que precisam lidar com os efeitos das remoções nos seus corpos, organização de vida, rompimento dos vínculos comunitários, o afastamento dos serviços onde são atendidos ou acompanhados, e em algumas situações mais tristes acabam falecendo por reverberações deste processo. Esta trágica constatação de uma parcela dos impactos deste processo nas vidas das PSR acaba por exigir uma busca pela lógica da execução destas ações pelo executivo municipal. Porém, anterior a compreensão da lógica utilizada está a compreensão destas PSR, inseridas no sistema neoliberal, que “autorizaria” sua retirada dos logradouros públicos da capital, especificamente, daqueles espaços em que “ameaçam” o *direito de ir e vir* pela sua ausência de moradia e situação de vulnerabilidade social e cuja presença pode implicar a desvalorização do território como mercadoria.

Reconhecer estes navegantes a partir da racionalidade neoliberal na perspectiva utilizada por Casara (2021) fornece subsídios para compreensão da ficcionalização do *eu* e do *outro*, em outros termos, o reconhecimento dentro desta racionalidade deste *eu* como empresários-de-si ou empreendedores-de-si concomitantemente demanda que este *outro* seja reconhecido como um *concorrente*. O processo que resulta dessa relação de concorrência ou disputa acaba sendo uma espécie de *coisificação* por exigir que este concorrente seja visto como um adversário a ser aniquilado, pois sua existência é perigosa para seus interesses. Embora este processo atravessasse diferentes recortes das relações sociais entre os habitantes, a consciência de classe acaba sendo negada por uma parcela significativa que dificilmente se reconhece como parte da classe trabalhadora (CASARA, 2021). Desta negação de classe, o concorrente (outro) em questão, nessa pesquisa as PSR, dificilmente será reconhecido dentro da classe trabalhadora,

---

<sup>19</sup> Interessante registrar que algumas das pessoas que utilizavam o espaço do Viaduto como estratégia de moradia compartilharam o seu “pertencimento” ao grupo do “*tartarugas ninjas*”. Esse grupo ficou conhecido na década de 90 por serem crianças e adolescentes em situação de rua que acessavam ou viviam nos esgotos através dos bueiros e “bocas de lobo” da capital gaúcha. Nesse sentido, o podcast de Eduardo Rosa auxilia na compreensão desse infeliz marco histórico que tomou proporção nacional (ROSA, 2019).



ou melhor, não são reconhecidos como empreendedores que possuem um capital humano para gerir. Ainda que a última pesquisa realizada em Porto Alegre e outros estudos estatísticos afirmem que grande parte das pessoas realiza alguma atividade de trabalho. Contudo, o reconhecimento destas atividades laborais não desconsidera a fragilidade e precarização das condições dos trabalhos realizados pelas PSR, mas não se pode negar que exercem um tipo de trabalho.

O autor descreve que dentro desta racionalidade neoliberal estão os tensionamentos entre as(os) empreendedoras(es) que devido às suas *ilimitações* partem para o combate com seus inimigos. Ademais, estes inimigos são constituídos pelo risco que podem causar ao sucesso do(a) outro(a), em outras palavras, a possível ameaça deste inimigo está calcada no perigo deste atrapalhar seus “cálculos e gestão para o sucesso” ou sua eterna busca. O conflito entre busca do “sucesso” e a ameaça dos “inimigos perigosos” ganha novos contornos, ou melhor, a ausência de limites éticos e/ou jurídicos, oriundos do imaginário neoliberal, permite que esta disputa transcenda para o ódio ao adversário (CASARA, 2021). A descrição desta dinâmica envolvendo os(as) empreendedores(as)-de-si indica aparentemente uma paridade entre aqueles(as) que disputam o sucesso. Contudo, as PSR parecem não estar aptas a entrar nesse “coliseu neoliberal” por não compartilhar símbolos, imagens e outros operadores que as credenciarão aos embates, então acabam sofrendo com os discursos e ações que (d)enunciam sua remoção ou aniquilação, sucedida pelos “desejos de melhora e sucesso”, mas se possível longe do território em questão.

O exercício do poder relacionado às PSR não está justificado pela sua “incidência” direta na disputa entre os(as) empreendedores, porém o transitar, permanecer e conseguir sobreviver na Rua são reconhecidos como um simulacro daquilo que é danoso para a sociedade. Esta representação pode oscilar entre o *não-cidadão* que não pertence a cidade e o objeto estranho dentro de uma paisagem que precisa ser removido, mas em ambas a normatividade (neoliberal) vigente realizou o movimento de endereçá-los (não-cidadão ou objeto) ao grupo dos(as) *indesejáveis* que resiste a qualquer tentativa de reflexão sobre os processos de realização e a singularidade das histórias de vida (CASARA, 2021). Essa resistência comumente dialoga com um discurso semelhante ao comentário do representante da associação comunitária na reunião realizada com Mateus Cunda sobre o Viaduto Otávio Rocha, pois sem qualquer apropriação sobre o universo das PSR e/ou argumento crítico em relação à discussão. Ao contrário, fez questão de compartilhar ideias que são resultado da introjeção do imaginário

(neoliberal) que acaba “ganhando” *status* de realidade, mesmo que sem qualquer contraprova histórica ou dados que a confirmem.

O discurso enunciado ou o compartilhamento da “opinião” do respectivo “cidadão de bem” por mais fantasioso ou absurdo para quem o escuta, independente de sua aproximação com esse segmento por ser trabalhadoras(es) ou pesquisadoras(es) do fenômeno das PSR, é chocante, na medida em que a comparação entre estas populações e um câncer acaba por endereçar uma demanda que exige uma ação resolutiva de extirpação ou extermínio. Cabe aqui referência a chacinas realizadas por grupos de extermínio e incêndios de corpos adormecidos realizados contra estes sujeitos por jovens burgueses a título de mera diversão, dando visibilidade a um embrutecimento que choca parte da sociedade, mas que, infelizmente e absurdamente, é enaltecido por outra parte.

Dentro dos simbolismos utilizados nessa dissertação, a constatação deste “problema” e a demanda ao executivo municipal de uma “solução” compõem, junto de outros elementos, a ação dos ventos sobre os mares de concreto. Esta ação dos *ventos* acaba alterando a dinâmica das ondulações e produzindo uma força perturbadora capaz da formação de ondas oceânicas que encontrarão os navegantes na tentativa de impedir o seu navegar por estes mares.

A demanda de apresentação, e efetivação, de uma solução por parte do executivo municipal não necessariamente concordará ou desconsiderará a solicitação do demandante pela capacidade de atuação em diferentes “frentes”, uma vez que, a composição do executivo municipal é constituída por diferentes secretarias, autarquias e empresas públicas responsáveis pela gestão e execução dos serviços destinados aos habitantes e pessoas que acessam a capital por algum período, mas não necessariamente todas estas pessoas são consideradas cidadãos. A alocação das PSR no grupo dos *indesejáveis* faz com que a prefeitura realize uma ação dentro da temporalidade do sistema neoliberal (imediatismo) para diminuir tensões ou garantir que uma parcela da população não seja prejudicada nas suas disputas individuais. Contudo, não é possível afirmar que todos os habitantes da capital gaúcha são indiferentes às PSR, porém a sensibilização em relação aos desafios das PSR não impedirá que o peso das ondas encontre seus corpos. Esta pesquisa acabou dando enfoque a duas “respostas” do Executivo Municipal para o fenômeno das PSR com objetivos totalmente diferentes, mas incongruente executados “deliberados” pela mesma gestão. As *forças perturbadoras* dos *ventos* necessitam de outros elementos, como alteração na pressão atmosférica, temperatura etc., para formação das ondas oceânicas. Os elementos em questão estão representados no ingresso do Estado,

autorizado por leis “formalmente” democráticas, a corroborar com a inserção dessas populações ao grupo dos *indesejáveis*. Logo, a inserção neste grupo convoca um olhar sobre os riscos que estas pessoas representam para outras pessoas, em outras palavras, o descompasso com a racionalidade vigente e a contraposição à normatividade compartilhada pela parcela de cidadãos de *bem*. Diante desta “autorização”, o Estado Democrático de Direito passa a se comportar como Estado Policial onde (históricas) etiquetas passam a rotular os inimigos ou ameaças pela divergência a normatividade vigente, inevitavelmente, exigindo “tratamento” diferenciado (CASARA, 2021).

A necessidade de definição de uma perspectiva para compreender estas “respostas” ocorre pela impossibilidade de relativização entre estas devido suas diferentes concepções e objetivos, ou seja, de um lado temos as *ondas oceânicas* (dispositivos neoliberais) formadas pelas *forças perturbadoras* dos ventos, mas intensificada pela *força restauradora* que almeja “achatar” ou “devolver” a superfície plana aos mares. Do outro lado, os navegantes com suas jangadas tentam atravessá-las em alguns momentos reconhecendo, ou não, a desproporcionalidade entre suas forças, porém dentro destes momentos suas jangadas contam com outros tripulantes que possuem conhecimento sobre estes mares, mesmo sem navegá-los. Estes tripulantes são os(as) cirandeiros que enxergando a luta entre estes navegantes com as fortes ondas decidem se jogar ao mar através de braçadas e mergulhos visando atravessá-las e encontrar suas jangadas para auxiliar na travessia. Afinal, os(as) cirandeiros não podem abdicar de encontrar o mar, pois foi ele que criou o seu cirandar.

As *forças restauradoras* representam as ações de remoção das PSR que geraram o desejo de construir esta pesquisa pelo desprazer causado devido à incongruência e violências destas ações direcionadas a estas populações. Os (des)encontros da época de trabalhador do SEAS (Ação Rua) com estas populações proporcionaram acolher seus testemunhos durante os períodos antecedentes ou posteriores as ações de remoção que para surpresa daquele trabalhador, e agora pesquisador, pouco foram veiculados na mídia impressa ou digital. O estranhamento oriundo da ausência de relatos destas cenas durante o cotidiano de trabalho naquela época incentivou a realização de uma busca por reportagens que descrevessem estes acontecimentos e o teor dos discursos enunciados em relação aos acontecimentos, pois é comum o compartilhamento de reportagens ou propagandas popularescas na tentativa de “capturar” adeptos ao movimento em questão (CASARA, 2021). Nos principais veículos de informação, tradicionais e críticos, foram encontradas aproximadamente 12 reportagens concentradas

principalmente nos episódios de remoção, e suas reverberações, realizada no Viaduto Otávio Rocha entre 2016 e 2018, a remoção das pessoas da Ocupação Zumbi dos Palmares<sup>20</sup> e ações que denunciam uma política de higienização social por parte do Executivo Municipal. Ainda que grande parte das reportagens busque ofertar uma suposta “neutralidade” sobre essa discussão, apenas aquelas vinculadas nos *sites* com editoriais críticos registraram a violência e contradição destas ações, e a necessidade de estratégias que visem a proteção social. Porém, estes episódios e outras ações hostis endereçadas às PSR são denunciadas sistematicamente pelos(as) jornalistas do Jornal Boca de Rua que compartilharam seus testemunhos e os relatos de outras pessoas em situação de rua (BOCA DE RUA, 2023).

A breve pesquisa relacionada às reportagens dentro do delineamento temporal desta pesquisa não tem como objetivo analisar os discursos enunciados nos textos, mas verificar a existência do registro escrito e visual (fotografias) destas situações em diferentes espaços de circulação de informação, sem considerar postagens em redes sociais e “grupos de WhatsApp” de bairros, de forma naturalizada. Não se trata, portanto, de uma responsabilização destes meios de comunicação sobre o material produzido, porém diante destes registros a vida cotidiana de grande parte da população da capital acaba seguindo. Diferente das reportagens que acabam influenciando a construção da opinião pública através de propagandas que almejam justificar a barbárie, nesse caso o movimento é posterior, pois o registro da barbárie acaba por sucumbir à banalização do mal (ARENDDT, 1999). A barbárie está posta e registrada, mas incansavelmente alguns optam pelo caminho contrário, ou melhor, do estranhamento deste registro a construção de estratégias para ao menos frear e/ou reparar os danos causados.

É o caso de ações e recomendações de uma parcela dos entes jurídicos (Ministério Público, Defensoria Pública do Estado e União, e órgãos de defesa dos Direitos Humanos) que acabam ajuizando ações com o objetivo de questionar, responsabilizar e demandar dispositivos técnicos para garantir os direitos destas populações. No entanto, esse “embate jurídico” também acaba sofrendo com relações de poder atravessadas pela racionalidade e normatividades neoliberal capazes de dificultar a aproximação e a garantia destas pessoas enquanto portadoras

---

<sup>20</sup> A Ocupação Zumbi dos Palmares ocorreu em virtude da remoção das pessoas que ocupavam o terreno do futuro Teatro da OSPA descrito como Aldeia ou Aldeia do Elvis em virtude de ser o primeiro a chegar no local. A remoção foi “justificada” pelo aparato de segurança formado no TRF da 4ª Região, localizado próximo ao terreno, em virtude do julgamento do Presidente Lula. O impacto dessa ação na vida das pessoas que residiam no local originou uma articulação política de movimentos sociais, especialmente do MNPR/RS e Jornal Boca de Rua, e apoiadores na ocupação de um terreno vazio do DMAE, que culminou no nascimento da Ocupação Zumbi dos Palmares. Quatro meses após essa ocupação ocorreu a “reintegração de posse” do terreno, após despachos judiciais.

de direitos, e a compreensão de suas frágeis condições de vida (CASARA, 2021). Os mesmos poderes políticos, econômicos e jurídicos que interditam a relação de qualquer ato que viole o cidadão ou a propriedade privada, exceto em sua “legítima” defesa, dentro deste sistema neoliberal acabam realizando um giro conceitual que justificaria uma violência ativa com o objetivo de defender os próprios interesses contra os inimigos que habitam não somente as Ruas, mas os seus imaginários. Não é possível compreender esta justificativa numa perspectiva da literalidade, porém frente o caráter cíclico das ações de remoções é inevitável reconhecer que são acolhidas pelos responsáveis em exercer estes poderes e/ou a governabilidade brutalista da ilimitação neoliberal sustenta a brutalização das relações sociais, a defesa fervorosa da propriedade capitalista e o enfraquecimento do imperativo democrático (SAUVÊTRE, 2019).

É preciso realizar um apontamento sobre uma possível dualidade das PSR na concepção do sistema neoliberal, isso significa, que dentro deste sistema existem concepções preocupadas em atender ou estrategicamente conter possíveis ameaças. Uma das concepções é a descrita no parágrafo anterior atribui a estas populações o estigma de inimigos ou danosos capazes de colocar em riscos os planos de sucesso das outras pessoas (empreendedoras), ou seja, os *inimigos e não cidadãos* deslegitimados na maior parte dos seus direitos. A outra concepção dialoga com premissas normativas do sistema neoliberal que objetiva a reificação da população, ou seja, a tentativa de conversão da população e suas relações sociais em coisas que estão destituídas de consciência, afeto, liberdade e crítica sobre processos políticos (CASARA, 2021). É inevitável reconhecer algumas semelhanças com a descrição acerca do *lumpemproletariado*, mas, nesse caso, todas as pessoas sujeitas a normatividade neoliberal sofrem o impacto deste processo de *reificação* ou *coisificação*. O processo de reificação foi descrito por Marx (1989) a partir das preposições relacionadas à identificação da mercadoria como um objeto de desejo que durante este processo acaba por reverberar em outras relações que serão concebidas por *coisas* (MARX, 1989). Lukács (2003) avança ao propor que a *coisificação* englobaria não somente a troca mercantil, pois impactaria concomitantemente de forma objetiva e subjetiva a burguesia ao atender a exigência da racionalidade vigente de mediar a sociedade capitalista. Contudo, Casara (2021) acredita que a ideia que sustenta *fetichismo da mercadoria*, atualmente, não consegue dar conta da ampliação do processo de reificação e extensão da normatividade neoliberal, pois infere que não se trata de um efeito, mas uma consequência dessa normatividade. Essa consequência afetaria diretamente o campo simbólico a partir do empobrecimento ou aniquilamento da experiência e participação ativa do sujeito no

mundo que é subjugado aos cálculos matemáticos e de interesses. Ainda que acreditem ser reconhecidos dentre estas relações, o sistema neoliberal somente “está interessado” na sua utilidade para alcançar vantagens e lucros que exigem destes (sujeitos neoliberais) a negação dos seus direitos e do outro. Não somente os direitos são negados dentro desta racionalidade, ou seja, para estar e atuar neste mundo é preciso se afastar dos limites éticos e jurídicos, e ofertar no balcão de negócio a negação da vida (CASARA, 2021). Contudo, é preciso reconhecer que ao tratar seres humanos como meras coisas ou mercadorias, o que Marx (1989) destaca, como característica do modo de produção capitalista, está implícita a negação do seu reconhecimento como ser social, logo a teoria da alienação e do valor trabalho contemplam essa dimensão destacada por Casara (2021), de destituição do humano com seu conjunto de manifestações, tais como desejos e afetos, relegados a segundo plano nesse modo de produção, cujo neoliberalismo é uma etapa do processo, embora apresente particularidades.

A tentativa de efetivação desta normatividade neoliberal reificante acaba impactando diretamente às PSR que, além da situação de vulnerabilidade, aparentemente não estão nos cálculos de interesse ou fornecem algum tipo de ganho para o Estado ou mercado. Se não bastasse a fragilidade experienciada no contexto da Rua, essa população, além de carregar consigo a reprodução de estigmas históricos acaba “atrapalhando” a dinâmica da cidade, ou seja, sua presença na paisagem e a possível interação com aqueles que transitam apressados pelos mares de concreto demanda uma ação enérgica do executivo municipal. Então desta exclusão dos cálculos interesses e contradição da imagética compartilhada pelo imaginário neoliberal acaba gerando a remoção destas *coisas* ou *objetos* da Rua que devido a *simbolização pejorativa* da sua existência acabam sendo esquecidas no transcorrer dos dias.

Os(as) navegantes ao transitar pelos diferentes mares de concretos se deparam com estas *ondas oceânicas* que tentam naufragá-los ou removê-los como objetos estranhos ao mar. Nessa relação desigual de força é preciso desvendar “quem são” essas forças restauradoras que agem sob essas ondas, ou seja, quem carrega o peso deste trabalho nas mãos? O questionamento introduz a importância da identificação das equipes habitualmente vinculadas nas ações de remoção das PSR e o caráter simbólico de sua participação nestas ações. Anterior a identificação dos(as) participantes destas ações está a constatação de que estas ações não compõem os serviços disponibilizados pela prefeitura ou uma política pública endereçada às PSR. Porém, em razão da ausência de registro, amparo jurídico e técnico não é passível de questionar a existência de tal prática. A prática das remoções permite sua inserção dentro de

um conjunto de ações que compõem a política de morte, ou melhor, a necropolítica (MBEMBE, 2018) e a relação deste conceito com as PSR através da contextualização realizada pela ex-colega de trabalho e pesquisadora, Dinaê Martins (2018), que descreveu as remoções como táticas territoriais, e a produção da morte simbólica e do corpo físico dessas populações em Porto Alegre. Contudo, é preciso reconhecer que essa política de morte habitualmente atinge os corpos pretos/negros, LGBTQIAP+ e de mulheres. O registro e documentação destas ações acaba ocorrendo pelos testemunhos e denúncias dos movimentos sociais (Jornal Boca de Rua e MNPR/RS), coletivos e apoiadores, jornalistas, e pesquisadoras(es) que registram estes acontecimentos, a composição das equipes presentes no momento da realização destas ações, e os impactos na vida destas pessoas. Na busca pelo rastros deixados por aquelas(es) que testemunharam estas ações foram encontrados registros oriundos das reportagens do Jornal Boca de Rua, *site* Sul 21 e outras publicações que descreveram o envolvimento sistemático de trabalhadores(as) da Guarda Municipal, Brigada Militar, Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC). A presença destes agentes do Estado deve ser refletida a partir do caráter simbólico de sua participação e representatividade do respectivo serviço. É inevitável que dentro da normatividade neoliberal em algum momento a relação com as PSR fosse mediada pelos agentes de segurança (Guarda Municipal e Brigada Militar) que são responsáveis em lidar com situações “perigosas” ou qualquer tentativa de resistência ou inviabilização da efetivação desta ação. Aparentemente a participação da empresa vinculada às questões de transporte público (EPTC) está relacionada a gestão do transporte público no local e acesso dos veículos utilizados na realização desta remoção. Contudo, a presença mais emblemática está na composição da Secretaria Municipal do Meio Ambiente-SMAM e o Departamento Municipal de Limpeza Urbana-DMLU que participam destas ações literalmente, e simbolicamente, para limpar e diminuir qualquer risco de “possíveis” danos ao meio-ambiente que poderiam ser “praticados” pelas PSR. A relação entre estas ações de remoção da PSR, o DMLU e os agentes de segurança estão estritamente vinculadas as preposições relacionadas nos parágrafos anteriores, em que pese, o direcionamento realizado pela gestão de uma parte do efetivo e equipes para gerir estas populações “perigosas” e que “sujam” a cidade, justificando sua remoção da Rua.

Um questionamento emergido no decorrer desta pesquisa está relacionado aos desdobramentos psíquicos e o possível sofrimento ético-político (SAWAIA, 2007)

daquelas(es) trabalhadores “obrigados” a participar destas ações, especialmente, aqueles(as) vinculadas ao DMLU pela histórica precarização de suas relações de trabalho. A própria racionalidade e normatividade reificante poderiam realizar o “trabalho” de reconduzir os questionamentos e reflexões críticas não enunciadas aos próprios corpos que acolherão com a condição de cobrar os tributos sintomáticos da contemporaneidade (ex.: Crises de Ansiedade e outros sintomas)? Qualquer tentativa de responder ou compreender a dinâmica destes desdobramentos necessita de um estudo com um volume maior de informações que perpassam o encontro, acolhimento e análise das respostas destas(es) trabalhadoras(es).

Não é possível afirmar que a participação dos serviços descritos seja replicada nas remoções que ocorreram das populações “ribeirinhas” da orla do Lago Guaíba em virtude da recente “revitalização”, as sistemáticas remoções da “Rótula do Papa”, Viaduto da Conceição, Região do 4º Distrito, Talude do Arroio Dilúvio (Av. Ipiranga) e muitas outras realizadas nas diferentes regiões de Porto Alegre. Ainda assim, é comum contar com a participação das equipes da Guarda Municipal e/ou Brigada Militar, e DMLU e/ou SMAM, na díade *segurança-limpeza*, porém estas ações não são compostas pelas equipes de saúde (Consultório na Rua), Ação Rua e órgãos em defesa dos direitos humanos. A presença das equipes descritas e ausência daquelas mais vinculadas às PSR, demanda a reflexão sobre a ausência de uma parcela significativa dos agentes jurídicos e políticos que deveriam legitimar ou não a execução destas ações. A reflexão surge a partir dos episódios recentes de retiradas dos comerciantes do Viaduto Otávio Rocha que acabou demandando o ajuizamento de uma ação cuja decisão foi favorável ao executivo municipal pela retirada ou despejo dos comerciantes. A breve menção ao impasse entre o executivo municipal e os comerciantes foi resgatado pelo fato de ter demandado uma intervenção jurídica, mas principalmente pelo resultado desfavorável aos comerciantes e associados da Associação Representativa e Cultural dos Comerciantes do Viaduto Otávio Rocha - ARCOV. Embora tenham passados 7 anos da remoção em virtude do aniversário, naquela época de 84 anos, do Viaduto Otávio Rocha, o presidente desta associação descreveu que participou de uma reunião junto à prefeitura com a demanda de limpeza do espaço para que fosse realizada a comemoração, Nesta respectiva reunião, a prefeitura garantiu que a FASC compareceria durante três dias para dialogar com as pessoas em situação de rua no viaduto e “encaminhar” os doentes, sem precisar o local, além de lavar uma parte do local sem transtornos para estas pessoas e comerciantes. Divergente das combinações do encontro, o presidente da associação relatou na época que “apareceu” um caminhão do lixo e recolheu tudo (HEURICH,



2016). As pessoas que estavam no local acabaram se deslocando para proximidades ou a Praça da Matriz, mas posteriormente retornaram para o viaduto. O resgate das duas cenas é justificado em decorrência de algumas semelhanças compartilhadas entre os afetados pelas duas ações, pois ambos tiveram que deixar o espaço do viaduto após ações realizadas pelo executivo municipal. Ainda que as PSR estejam em situação muito mais vulnerável, se comparadas aos comerciantes que ocupavam os locais, a racionalidade neoliberal e o recalcularem os interesses do executivo municipal em consonância ao “desenvolvimento” e revitalização do simbólico monumento. Tragicamente a reportagem realizada em 2016 é composta por uma fotografia, realizada pelo próprio autor, de um banner da ARCOV com a seguinte frase: *Movimento Pela Preservação e Humanização do Viaduto Otávio Rocha* (HEURICH, 2016).



Fonte: Heurich (2016).

A participação das equipes da FASC constantemente foi questionada pelas defensoras(es) públicas(os) do estado e/ou união sobre sua ausência durante a realização das ações de remoções. Inclusive, algumas pessoas em situação de rua e militantes reiteram e qualificam este questionamento por reconhecer o vínculo e caráter humanizado no encontro com as equipes dos núcleos do Ação Rua. Irrompe destes questionamentos/demandas a busca por uma maneira de conciliar o exercício do poder municipal e a execução das políticas

endereçadas, e que atravessam, às PSR, pois mesmo nas situações em que o comparecimento ocorreu anteriormente às ações de remoção é difícil estabelecer um diálogo na iminência da violência. Tentar resistir ao contato com imagens do percurso laboral deste pesquisador, aparentemente soterradas no esquecimento da memória, se torna difícil por lembrar os desdobramentos nas vidas daqueles(as) que experienciaram estas ações.

A tentativa de construir arranjos que minimizem os danos destes episódios acaba colidindo com a realidade e fragilização das Ações de Alta Complexidade da Proteção Social Especial que não conseguem sustentar um volume significativo de acolhimentos institucionais, disponibilização dos benefícios de auxílio moradia ou outras estratégias protetivas para aquelas pessoas que perderam suas “casas”, mesmo que precárias e divergente das concepções de moradia digna, e o restante das PSR que permanecem utilizando os logradouros públicos como estratégia de moradia. Reconhecer que estas pessoas são vítimas de violências e violações de direitos ao experienciar uma ou mais ações de remoção não constitui uma suposta defesa que permaneçam à deriva nos mares de concreto, mas desta constatação uma posição crítica que deveria interditar qualquer aproximação das equipes do Ação Rua e as equipes formadas com a finalidade de remover as PSR.

A decisão das(os/es) cirandeiros(as/es) em ingressar nos *mares de concreto* ocorre pela incapacidade de sustentar uma postura inerte ao enxergar às *ondas oceânicas* se deslocando de encontro aos navegantes. Não se trata da capacidade de contrapor as forças destas ondas, mas da necessidade de resistir e encontrar caminhos que permitam auxiliar no retorno à beira das praias. A cena descrita busca descrever a prática das equipes dos núcleos do Ação Rua e seus (des)encontros com as PSR e os desafios para retornar à beira da praia, mesmo que provisoriamente, sustentados no reconhecimento daquilo que pertence a ordem do *inegociável*. Embora dentro da perspectiva *pós-democrática* descrita por Casara (2017), constituída pela racionalidade neoliberal, tudo transmutou-se em mercadorias, os encontros e a necessidade de momentos a beira da praia, ainda que influenciados por cálculos de interesses, acabam sendo breves períodos de fôlego para que seja possível remar em direção às areias da praia. A chegada nas areias não representa uma superação da situação de rua ou proteção dos impactos dos dispositivos neoliberais, mas está diretamente vinculada com a sobrevivência ou minimização dos danos causados pelas *forças restauradoras* das cíclicas *ondas oceânicas*. Após a assimilação dos impactos causados pelas ondas, alguns navegantes demandam acesso pontual aos espaços para cuidar de seus ferimentos (demandas de saúde), a busca por pertences levados

(documentos, animais etc.) pelas ondas e outras demandas que surgem na medida em que ocorre a elaboração dos acontecimentos.

Sensibilizados com esta situação, diversas(os) cirandeiras(os/es) acabam isoladamente realizando ações para atender demandas enunciadas pelo(a) navegante e/ou cirandeiro(a/e) que estava junto no momento do naufrágio e “expulsão” dos mares. O caráter isolado destas ações deve ser compreendido a partir dos reflexos da racionalidade neoliberal vigente, a precarização das políticas sociais públicas e o aniquilamento de algumas destas realizado pelo governo anterior. O isolamento dos setores que compõem estas políticas sociais públicas não possui qualquer relação com uma escolha por parte das(os) trabalhadoras(es) de determinado setor, pois a carência de investimento, o desmonte de estratégias e questionamento da ciência acabou dificultando ainda mais o desafio de efetivação da intersectorialidade.

A lógica de gestão da intersectorialidade prevê uma relação integrada entre vários setores e o atravessamento nas diferentes facetas das políticas sociais públicas na criação e execução de ações relacionadas à objetivos comuns (BELLINI *et al.*, 2014) que estão em contraposição da racionalidade e imaginário neoliberal devido ao alinhamento dos Estados aos pressupostos e efeitos do sistema neoliberal (HARVEY, 2007). Contudo, não é possível desconsiderar os impactos do golpe impetrado à Presidente Dilma, em 2016, no desmonte, ou melhor, na negociação das políticas públicas e sociais através de emendas constitucionais e decretos que diante da pandemia da COVID-19 acabaram tendo a incidência de *juros retroativos*. A expressão que faz analogia aos simbólicos juros cobrados é realizada para descrever a catástrofe do Executivo Federal e alguns órgãos governamentais e municipais na gestão da pandemia, pois a ofensiva amplamente difundida e efetivada contra as políticas públicas sociais, somada à gestão individualizada dos diferentes setores, acabou por incidir diretamente no estarrecedor número de 703.399 vidas interrompidas durante o período pandêmico. Contudo, não é possível responsabilizar diretamente os representantes dos respectivos executivos (federal, estadual e municipal) por todas estas perdas, porém não é possível negar que outras lógicas de gestão se realizadas nesse período diminuiriam drasticamente as mortes e situações de contágio. O breve resgate sobre o trágico período pandêmico demonstra a importância da manutenção das políticas sociais públicas para além da contemporaneidade. Apesar das grandes disputas e os diversos ataques que atravessam sua concepção desde a promulgação da Constituição Federal, os ensaios das articulações entre os diferentes setores, no âmbito institucional e político, na

construção de subsídios para garantir concomitante os direitos sociais e proteção da população, são absolutamente necessários (BELLINI; AGUIAR; GUIMARÃES, 2020).

As *forças (perturbadoras)* das *ondas (oceânicas)* acabam submergindo estas(es) navegantes e as(os) cirandeiras(os/es) nessa relação desproporcional de forças, mas destes forçados mergulhos em apneia dentro de turbilhão formado por areia, outros elementos e muita água salgada se mantém. A saída do mar é um misto de triunfo da vida contra toneladas oceânicas e desamparo pela perda das jangadas (pertences) e/ou luto por outros(as/es) navegantes que não tiveram a mesma “sorte”. Dentro da temporalidade de cada navegante para assimilar os fatos, é comum experienciar o movimento do sacudir a roupa molhada na tentativa de tirar um pouco do peso das águas salgadas que também ocasiona o desprendimento dos grãos de areias de sua roupa. Tentado assimilar os acontecimentos e os próximos movimentos, os(as) navegantes partem caminhando aparentemente sem direção, mas com o objetivo de encontrar locais e pessoas que possam auxiliar na compreensão dos acontecimentos e recomposição diante dos efeitos causados pelas ondas. As(os) cirandeiras(os/es) pouco molhadas e aparentemente sem escoriações decidem acompanhar as(os) navegantes, ainda que desconheçam os percursos traçados, mas demonstram uma sobreposição de afetos relacionados aos acontecimentos e incrédulos pelo movimento de continuidade dos navegantes. Essas(es) navegantes conseguem acessar alguns dos espaços presentes na beira ou próximo das praias (equipamento e serviços), alguns por escolha própria e outros por sugestão das(os) cirandeiras(os/es). Mas acabam não conseguindo adentrar em outros pela presença das(os/es) navegantes que chegaram anteriormente. O acesso a determinados espaços e a dificuldade em outros acaba incomodando as(os) navegantes que não conseguem reconhecer uma relação proximal entre estes, pois a massiva presença de outras(os/es) navegantes dificulta a comunicação com as(os) cirandeiras(os/es) que estão dentro dos espaços.

As(os) cirandeiras(os/es) (Equipes do Ação Rua) dentro de suas (im)possibilidades tentam acompanhar os navegantes nesse transitar pelas praias e areias molhadas próximas dos mares de concreto. Durante este caminhar pelas praias realizam tentativas de articulação e fomentam a construção de estratégias que atenuem e se possível evitem outros naufrágios. Estas tentativas são realizadas, numa parcela significativa das situações, diretamente entre (as)os cirandeiras(os/es) que apropriados e autorizados pelos vínculos discutem possíveis inserções destas(es) navegantes aos espaços pelo receio que vislumbrem novas investidas nos mares de concreto que seriam justificadas pela solidão das praias. Diante desta gestão da urgência acabam

não conseguindo vislumbrar o *ensaiar das cirandas*, em outras palavras, a preocupação em evitar a experiência de outros naufrágios acaba gerando um esquecimento da potência do *ensaiar cirandas* a beira dos mares de concreto. Enquanto ocorrem estas comunicações e tratativas entre as(os) diferentes cirandeiras(os/es), as(os) navegantes confusos com a lógica segmentada das(os) identificados(as/es) enquanto cirandeiras(os/es) decidem sentar à beira das praias para “contemplar” a voracidade dos mares de concreto e suas ondas. Nesse instante acabam sacudindo suas roupas que mesmo secas acabam despreendendo pequenas quantidades de grãos de areias que são levados pelo vento e/ou acabam encontrando outras areias secas, úmidas ou molhadas da praia. Timidamente enunciam seus históricos de navegações como se fossem letras de uma canção que carece de melodia, mas lembra uma daquelas cirandas cantadas por Siba e Lia de Itamaracá. A descrição da cena demonstra uma certa semelhança canção de Siba:

Cantar ciranda. É como se aventurar. A viver em alto mar. Pescando numa jangada. Vela esticada. Chuva e sol, frio e calor. E eu me sinto um pescador. Puxando a rede pesada. E a cadência compassada. Da jangada balançando...  
 Cantar ciranda. É balanço de maré. Quando vem, forma um balé. Quando vai carrega areia. Me arrudeia. Um temporal carrancudo. Quando vai, carrega tudo...  
 Cantar ciranda. É como um jogo de azar. Quando eu saio pra cantar. Não sei se amanheço o dia... (SIBA; CÉU, 2007).

Enquanto essa(e) navegante permanece sentado tentando musicar suas histórias, as(os) cirandeiras(os/es) acabam escutando este som ao longe que reconhecem como um murmúrio ou lamento. A(o) primeira(o) a correr em direção à praia por acreditar que possa ser a chegada de outras(os/es) navegantes é aquela(e) cirandeira(o) que comumente adentra para auxiliar as(os) navegantes nos mares de concreto. Ao chegar no local, para sua surpresa acaba notando que devido à pressa deixou suas sandálias/chinelos no espaço anterior, mas ao encontrar com a(o) navegante decide aproximar-se para compreender o que está acontecendo. Durante esta aproximação acaba relembrando a sensação de pisar por aquelas areias e tantos outros encontros realizados a beira da praia que são interrompidos pelo reconhecimento que aquelas frases enunciadas são compostas pelas histórias de navegação da(o) respectiva(o) navegante. Autorizada pelos vínculos construídos, a(o) cirandeira(o) passa a participar da composição desta música, pois consegue acrescentar a melodia (Ações realizadas entre equipe do Ação Rua e as PSR) que em alguns momentos apresenta certos compassos, mas em outros nem tanto. É inevitável que a medida em que esta junção (letra e melodia) toma contornos musicais seja relembrado a importância do dançar, ou seja, o reconhecimento daquilo que é comum e

aproxima estas pessoas durante *o ensaiar cirandas*. Todavia, não é possível vislumbrar qualquer movimento vinculado às cirandas sem a participação significativa de cirandeiras(os/es). Embora alguns daquelas(es) inseridas(os) nos locais próximos das praias fossem se aproximando, nenhuma destas se sentia “segura” em compor a dialética das canções. Sabiamente a(o) navegante as(os) convoca a tirar suas sandálias e chinelos para se aproximar com o gestic de uma mão aberta em espera das suas que mesmo receosas atendem ao pedido de dar as mãos e pisar naquelas areias. Durante o movimento circular das pessoas presentes, a(o) navegante durante o seu cantar, dentro de um compasso possível, realiza pausas em formas de questionamentos que não demandam necessariamente respostas. Estas pausas acabam convocando as(os) cirandeiras(os/es) presentes a tentar preencher estas lacunas com seus saberes, enquanto permanecem ensaiando os passos das cirandas. A configuração semelhante ao círculo das cirandas não consegue sustentar essa forma durante todo ensaio, pois são diversos momentos em que as(os) cirandeiras(os) inseridos em diferentes espaços precisam sair, mas do movimento de deslocamento acabam levando um pouco das areias consigo.

As areias que aparentemente compõe a paisagem litorânea acabam sendo as principais responsáveis por sustentar o compartilhamento dos saberes, a conexão entre as(os) cirandeiras(os) e navegantes, e os locais. Tão importante quanto esta sustentação é o limite em que estas areias, aparentemente frágeis, impõe a ação dos mares e suas ondas. Ademais, o palco para o *ensaio cirandas* revelando que toda(o) navegante é um mestre cirandeiro.

O simbolismo ou uso destas analogias durante o desenvolvimento desta pesquisa não deve ser concebido como um estilo de escrita, pois está ancorada na contraposição da *simplicidade e transparência* da linguagem na normatividade neoliberal que reconhece o uso de metáforas e deslocamentos de sentidos como negatividades que não permitem o entendimento a partir de dados simplificados e *pré-compreensões simplistas* (CASARA, 2021). Contudo, os últimos simbolismos utilizados necessitam de uma contextualização acadêmica para que sejam construídos os nexos necessários para compreensão destes achados. A cena descrita nos parágrafos anteriores tenta ressaltar a importância de pensar o trabalho junto às PSR orientado pela intersectorialidade, mas liberta do conceito de uma lógica de gestão ou a captura deste conceito para acirrar relações de poder e competitividade acentuadas pela racionalidade neoliberal e ataques às políticas públicas sociais que, no Brasil, desde o período do golpe de 2016, tomaram forma acentuada. Neste contexto, os diferentes setores precisam se reinventar e construir soluções “mágicas” para evitar sucumbir ao caráter simplista e

operacional. A intersetorialidade que junto da interdisciplinaridade garantirá a integralidade na medida em que conseguir fomentar ações caracterizadas pela interlocução com outras políticas, programas, movimentos sociais etc. (BELLINI; AGUIAR; GUIMARÃES, 2020). O simbolismo descrito corrobora com as autoras ao inserir dois elementos que dialogam com suas preposições nas questões vinculadas às PSR. O primeiro destes elementos está na busca por uma intersetorialidade “emancipada” das relações de poder das disciplinas ou discurso da tecnicidade na construção das políticas sociais e públicas para estas populações. Essa emancipação não deve ser concebida como negação das políticas construídas até o presente momento para esta população, mas como acréscimo de uma perspectiva de construção do conhecimento calcada na transdisciplinaridade. Essa perspectiva que reconhece a inserção de outros atores e atrizes no campo da produção de conhecimento, isto é, além daqueles(as) disciplinas comumente vinculadas às discussões está a demanda de considerar os saberes populares (PASSOS e BARROS, 2000). Neste caso, os saberes populares podem ser compreendidos como *saberes rueiros* ou a *rualogia*<sup>21</sup> que permite o adensamento da discussão sobre a efetividade dos programas, políticas e projetos destinados para estas populações. Um exemplo da não participação de representantes de movimentos sociais e coletivos na construção de estratégias e políticas para estas populações ocorreu recentemente numa reunião realizada em 18 de maio de 2023, na PMPA. Nessa ocasião, representantes de diversas instituições acompanharam a divulgação de dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-SMDS sobre o trabalho realizado junto às PSR, e possível ampliamiento da rede de acolhimento, atualmente com oferta 950 vagas, que não possui déficit de vagas (PORTO ALEGRE, 2023). As instituições presentes, através de suas representações, estão vinculadas ao poder judiciário, legislativo, segurança pública, defensoria e instâncias superiores do judiciário. Nos últimos dias, foram divulgados dados de uma pesquisa do grupo de pesquisa e extensão Passa e Repassa, formado pelas universidades UFRGS e UNISINOS, que desconstrói os números compartilhados recentemente pela PMPA. Na ocasião, a pesquisadora Maria Gabriela Curubeto Godoy, integrante do grupo de pesquisa, afirma que existe uma discrepância nos dados referentes ao número de pessoas na capital gaúcha e a oferta de vagas. A pesquisadora acrescenta que a população em situação de rua é 244% maior que a contagem da PMPA e o

---

<sup>21</sup> Conceito utilizado para definir a ciência das ruas, que está vinculada a expressões e manifestações de vida, artísticas e políticas. Em Porto Alegre, o conceito é desenvolvido adensado em reuniões e eventos do MNPR/RS e Jornal Boca de Rua. Inclusive, diversas edições do jornal e outras matérias no *site* registram o alcance desses conhecimentos que transcende o ambiente acadêmico (BOCA DE RUA, 2023).

número de aproximadamente 810 vagas disponíveis para “acolhimento”. A justificativa desta discrepância seria a subnotificação realizada pela PMPA das pessoas que estão em situação, pois acabou criando “perfis de rua” que não encontram embasamento na literatura (MASCARENHAS, 2023).

O segundo elemento está ancorado numa intersetorialidade a partir do conceito do *comum*, ou seja, aquilo da ordem do compartilhado que não pode ser negociado/apropriado (CASARA, 2021). A cena descrita na metáfora dos ensaios das cirandas que afirma o papel das areias na sustentação das cirandas e a resistência às investidas dos mares almejou introduzir esta noção de *comum* entre as(os) cirandeiras(os/es) e navegantes, mas atenta para o afastamento das(os) cirandeiras(os/es) destas areias que é justificada pelas fragilidades e precarização dos serviços, além do grande volume de demandas por atendimentos.

Casara acredita que esta ideia de *comum* está presente nas lutas sociais, manifestações artísticas e movimentos populares como maneira de oposição ao neoliberalismo (CASARA, 2021). Dardot e Laval (2017) avançam, dizendo que a noção de *comum* é capaz de inaugurar novas relações sociais, cingir o funcionamento do Estado e produzir uma nova economia psíquica, mas antes é necessário que esta noção persevere no ambiente hostil do neoliberalismo. A noção de *comum* não pode estar arraigada numa construção romântica de uma possível superação ou finitude do capitalismo neoliberal, mas na sua capacidade de interditar e sustentar a existência do inapropriável e inegociável que conformará um terreno propício para outras imagens, normas e para que novos comuns possam surgir (CASARA, 2021). No recorte das PSR, a noção de *comum* atravessa o próprio fenômeno das PSR que compõe a esfera municipal, isto é, diferente da naturalização ou romantização do fenômeno, o reconhecimento de sua presença como algo *comum* a todos(as/es), mas que demanda uma articulação para garantir o seu acesso aos serviços e direitos previstos, e a proposição de novas ações que dialoguem com ele (com este *comum*) ao invés de gerir os indesejáveis.

Não é possível desconsiderar que este processo de construção da intersetorialidade na perspectiva do *comum*, e da transdisciplinar, demanda a criação de zonas de indagações entre as equipes e as PSR. Estas indagações têm como objetivo desestabilizar e gerar “saídas” coletivas e inovadoras (ROMAGNOLI, 2012), pois a dinâmica dos mares de concreto exige complexas estratégias e arranjos que demandaram o desprendimento de energia necessário para dar vida as respectivas “saídas”. Essas zonas estão presentes nas situações em que as(os) navegantes acabam conduzindo os ensaios das cirandas, pois não concordam ou conseguiriam



sustentar encaminhamentos construídos pelas(os) cirandeiras(os) que mesmo apropriadas(os) sobre os mares de concretos, desconhecem o peso das ondas. Ao assumir a coordenação destes ensaios acaba rompendo a esfera do instituído autorizado pela *rualogia* a instituir outros saberes. Porém, este exercício precisa alcançar os(as) responsáveis pelo exercício do poder que precisarão trabalhar suas frustrações em prol deste *comum*. Embora seja utópico vislumbrar grande parte dos representantes institucionais da última reunião na PMPA sobre o “acolhimento” das PSR atuando na perspectiva do *comum*, Escóssia e Kastrup (2005) descrevem sobre a importância da sustentação oriunda das relações e processos micropolíticos que sustentam o coletivo. Esta sustentação serve e/ou servirá de base para o surgimento de novas formas de expressões, que antes não conseguiam sobressair ao que estava estabelecido pela sociedade em conceitos instituídos. São nesses encontros coletivos que surgem novas forças, que possibilitam outros modos de subjetivação. Ainda que aparentemente sua ausência não cause estranhamento e incomodo para a PMPA, a presença de representantes do MNPR/RS e outros movimentos sociais vinculados às PSR foi requisitada em virtude da sugestão de pauta do Vereador Pedro Ruas na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana-CEDECONDH, sobre problemas vividos pelas PSR e ausência de políticas públicas. O encontro ofertou espaço para que representantes das PSR conseguissem compartilhar demandas, denunciar abordagens truculentas da Guarda Municipal, o receio relacionado com a chegada do frio e a interrupção das remoções durante o período do inverno. Os principais encaminhamentos construídos foram a reativação do Comitê da População de Rua, que havia sido encerrado em fevereiro de 2022, a realização de um novo censo das PSR, o respeito às organizações oriundas das próprias pessoas em situação de rua e apoiadoras(es) e a implementação de câmeras nos uniformes das(os) trabalhadoras(es) da Guarda Municipal (CORREIO DO POVO, 2023).

A composição nesta reunião e outros encontros que discutem pautas relacionadas ao seu segmento populacional acarreta na construção de relações e processo micropolíticos, mediados pelo diálogo. A importância de registrar os entraves e violações sofridas nos encontros entre estas populações e as(os) representantes das diferentes secretarias está diretamente vinculada à construção de estratégias de controle social e a importância da materialização de políticas públicas sociais integradas que façam questão de reverenciar às PSR como Mestras(es) Cirandeiras dos Mares de Concreto, ou seja, a força motriz que (d)enuncia, sofre e resiste com suas vozes pelo longo caminho de ensaios para que um dia seja *comum* cirandar.. (n)a Rua. Por

fim é importante registrar que a mobilização de espaços identificados no âmbito das micropolíticas não é suficiente para um enfrentamento mais radical ao fenômeno da realização, que é fruto das desigualdades decorrentes do modo de produção capitalista. Porém, enquanto não é possível a realização de transformações mais substantivas os micropoderes podem contribuir para atenuar as mazelas provocadas pelas desigualdades impostas por esse sistema predatório da vida e da natureza onde sujeitos possam exercitar processos sociais emancipatórios.

## 5 É HORA.. É HORA... MINHA CIRANDA... ESTÁ SE DESPEDINDO AGORA (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

A conclusão de uma dissertação de mestrado não pode ser apresentada sem considerar todo o processo de formação e os desafios que precisam ser enfrentados, a carga emocional represada durante o percurso da pesquisa, pois os percalços, os (des)encontros com pesquisadoras(es), a oportunidade de encontrar autoras(es) desconhecidas(os), a troca durante as orientações e todas as mudanças que somente a vida é capaz de nos proporcionar. Essa experiência ganha outras bordas para um trabalhador da Psicologia que decide ingressar no terreno, que acreditava conhecer, do Serviço Social. Nesse (des)conhecer o Serviço Social, a oportunidade de aprender sobre as transformações societárias, o mundo capitalista neoliberal e suas contradições, porém sempre acolhido e reconhecido pela sua diferença de compreender alguns fenômenos em virtude da formação em Psicologia foi elemento fundamental para facilitar esse processo. Cabe o registro que qualquer tentativa da psicologia de compreender e refletir sobre o *ser e estar* no mundo que não considere a dinâmica da sociedade capitalista acaba por negligenciar parte dessa existência, que, sem dúvida, é histórica, processual, contraditória e permeada por múltiplas determinações e construções particulares dos sujeitos partícipes do processos ou dos navegantes e cirandeiras (os). A contextualização necessária desses processos que são datados e acontecem em territórios vividos é de fundamental importância o que só é possível à luz da totalidade e realizando mediações sistemáticas entre a universalidade e as particularidades que conformam os fenômenos sociais. Talvez a construção desta inferência tenha sido um dos principais ensinamentos durante este sinuoso navegar.

Nos últimos parágrafos do capítulo que antecede a “despedida” desta dissertação foi registrada a importância da noção de *comum* como estratégia de resistência ao imperativo da competitividade e individualidade que são reflexos, e o objetivo, da racionalidade neoliberal. Embora este registro faça sentido no âmbito acadêmico, essa noção resgata exatamente o compartilhamento dos questionamentos contidos nesse estudo entre estas áreas do conhecimento (psicologia e serviço social) que comumente se encontram e se debruçam sobre o universo das PSR. Esta afirmação atesta que a utilização do simbolismo litorâneo e da ciranda para dissertar este tema, invariavelmente, corrobora com a presença desta perspectiva de interdisciplinaridade na sua *gênese*. A possibilidade de ensaiar essa ciranda (da pesquisa) está arraigada no desejo de refletir sobre estes episódios que atravessaram o percurso laboral e foram

revisitados durante o período da pesquisa, mas dessa circulação por diferentes saberes a oportunidade de tentar elaborá-los ou reelabora-los a partir de novas aproximações e apropriações ou para ampliar a compreensão e explicação acerca da realidade a partir de sucessivas aproximações, chegando ao concreto pensado, que necessariamente será negado possibilitando a continuidade do processo de conhecimento. É diante dessa constatação se faz necessário o registro que é tão importante quanto a produção de conhecimento, “resultado” da conclusão da pesquisa, o processo de *tentar falar sobre* este tema. Logo, o *ensaiar cirandas* que compõe esta pesquisa é uma tentativa de falar sobre a importância da reflexão sobre estes acontecimentos que dentro da noção de *comum* reconhece o compartilhamento de produções diversas, como a produção de reportagens, expressões artísticas, pesquisas e outras manifestações que poderiam ser reconhecidas como fontes e estratégias para lidar com o sofrimento ético-político daquelas pessoas que presenciaram, sofreram ou encontraram com aquelas(es) que foram atravessados por estas ondas. Mas para este pesquisador é uma tentativa de reparação psíquica, isto é, tentar através da linguagem encontrar um sentido para os testemunhos acolhidos e cenas presenciadas durante o percurso de trabalho junto às PSR.

Está-se falando de uma estimativa, de 281 mil pessoas em situação de rua em 2022, (TIENGO, 2023, p. 182). Cerca de 2% da população mundial, 150 milhões de pessoas, encontram-se desabrigadas, e 1,6 bilhão vivem em habitações inadequadas (TIENGO, 2023, p. 184), fruto da profunda desigualdade imposta pela lei geral de acumulação capitalista, agravada pela dependência e pelas respostas ainda tímidas dadas pelas políticas sociais para o enfrentamento dessa refração da questão social.

Essa condição que atinge a classe trabalhadora se acentua em momentos de crise do capital e crise sanitária e política como as que vivemos no Brasil recentemente, prolongadas por refrações de um governo que destruiu as políticas públicas, em meio a uma pandemia do porte da COVID-19 e os sujeitos mais expostos às vicissitudes desses processos são os segmentos mais pobres, onde se incluem as populações em situação de rua. Ressalte-se que esse desmonte avassalador se acentua após o golpe de 2016, ainda no governo Temer com a EC 95, do congelamento de gastos e a reforma trabalhista, ampliando os níveis de pobreza. Uma pobreza que, como visto, é multidimensional, e que inclui não só a falta de acesso a bens materiais básicos como alimentação, abrigo e proteção, mas também a bens simbólicos, como o direito a expressão, a desejos, a escolhas, a constituição de valores, ou seja a visibilidade, seguranças e reconhecimento desses sujeitos como sujeitos de direitos.

No contexto atual a desigualdade é agravada não só pelo desmonte brutal da proteção social, mas também pela explicitação do ódio de classe, do conservadorismo, da homofobia, xenofobia, do racismo, da misoginia, que aguçam os processos de estigma e discriminação que conformam os preconceitos e que apesar da feliz mudança de governo nas últimas eleições, permanecem arraigados na sociedade e os níveis exorbitantes de violência, embates conservadores e tentativas de golpe sistemáticos são exemplos disso.

Embora o fenômeno das populações em situação de rua não seja algo recente no Brasil, pesquisas e estudos não conseguem acompanhar seu crescimento progressivo ou contemplar outras situações que compõem o cotidiano destas populações. A ausência de dados oficiais atualizados nos âmbitos municipais, estaduais e federal dificulta a compreensão sobre quem são estas pessoas, a sua relação com a rua e o alcance dos equipamentos e serviços direcionados a atender estas pessoas. A capital gaúcha, como os demais centros urbanos, é constituída historicamente pelo fenômeno das populações em situação de rua, fruto da crescente desigualdade que se acirra, como expressão da questão social, cujas manifestações também contemplam as resistências. O estranhamento causado pela sua presença nos espaços públicos faz com que outras expressões de estigma e discriminação sejam a elas direcionadas, o que se acirra em tempos de individualismo exacerbado, culpabilização do outro pelas próprias mazelas, entre outros fatores que reiteram a violência estrutural e conformam a racionalidade neoliberal. Na mesma direção cresce a demanda por encaminhamentos destas populações para algum dos serviços e equipamentos disponibilizados na rede de atendimento, geralmente insuficientes. Por outro lado, a demanda por “limpeza das cidades” exigidas por aqueles que acreditam na restrição dos espaços públicos para algumas(uns) privilegiadas(os) ou mesmo por governantes que pretendem invisibilizar as mazelas da desigualdade que compõem os cenários da cidade, faz com que ações, tais como as remoções destas populações dos logradouros públicos sejam realizadas.

Isso se agrava pelo fato de os agentes de estado que as realizam não comporem a rede de atendimento e operarem dentro de uma lógica contraditória ao trabalho realizado pelas equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social, cuja centralidade se ancora na incessante busca por uma intersectorialidade que deve ser adensada pelo (re)conhecimento da luta das PSR e seus saberes (Rualogia), movimentos sociais e coletivos vinculados a este segmento populacional (BELLINI; AGUIAR; GUIMARÃES, 2022).

Corroborando com nossos achados Patricia Fraga (2023, p. 101), em sua tese de doutorado, aborda o histórico preconceito com as populações em situação de rua e destaca que a representação social preconceituosa em relação a essa população, não aparece somente na mídia, principal fonte de sua consulta realizada na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, mas também na arte e na literatura, nas publicações de humor, romances, poemas e obras literárias em geral, além de anúncios de peças de arte e de teatro que representam o “mendigo” de forma pejorativa, romantizada e/ou caricata.

A autora constata a partir de profunda pesquisa em jornais, categorias que se mantiveram presentes ao longo dos séculos XIX, XX e permanecem no século XXI, associadas aos processos de rualização: criminalidade, violência, extermínio, medidas higienistas e coercitivas de combate à situação de rua, elementos que se reitera na presente dissertação.

Conclui, por fim, a autora que a luta da PSR tem como seu maior oponente a ideologia burguesa que se caracteriza por levar os indivíduos a crer que “são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio, aspectos que identificamos na racionalidade neoliberal, que, conforme constatamos interdita uma ação intersetorial mais efetiva fundamental para que o trabalho com as populações em situação de rua tenha resultados mais satisfatórios.

Prates (2023) destaca que a produção de conhecimentos, se socializada para subsidiar estratégias de resistência, tem a potencialidade de desnaturalizar processos subalternizadores, de dar visibilidade aquilo que se oculta pela ausência de conexões, de contextualização, de mediações que utilizam a história como contraprova. Produz-se conhecimentos que não se limitam a ser apenas contemplativos, queremos conhecer para problematizar e propor alternativas de superação. É de fundamental importância a realização de outros estudos sobre os episódios de remoção e suas interseccionalidades, especificamente, nas discussões referentes às relações étnico-raciais e outros marcadores sociais da diferença no município de Porto Alegre, pois algumas informações encontradas durante o período de pesquisa mostram que no período da construção do Viaduto Otávio Rocha (KOHLENER, 2015), e outras “modernizações da cidade”, ocorreram ações de remoção das populações em situações de vulnerabilidade social que habitavam aquela região. O desmonte ou melhor, o *desaterro* daquela região no imperativo da modernização justificou o *desterrar* daquelas pessoas para outras regiões da cidade, estratégia posteriormente revisitada no período ditatorial. Estes breves recortes históricos compartilham a composição das pessoas removidas, ou seja, na sua grande maioria pessoas

pretas e pardas que compõem a classe trabalhadora e que foram retiradas das casas que habitavam com a justificativa da modernização e revitalização da cidade. Mesmo após décadas é possível identificar que essa *política do des(a)terro*<sup>22</sup> é replicada pelo executivo municipal que durante suas obras, escavações e “revitalizações” justifica as remoções de segmentos populacionais de regiões e logradouros públicos de Porto Alegre. O esvaziamento das populações (comerciantes, transeuntes, trabalhadoras(es) do sexo, PSR etc.) que acessavam o simbólico Viaduto Otávio Rocha materializa o compromisso da cidade com esta suposta *política do des(a)terro* que ao cavar tenta “retirar” a história daquele local. Contudo, a memória é imbatível e não é passível de revitalização, apenas de resgate.

Nessa direção pretendemos que as reflexões aqui aportadas possam contribuir para a desnaturalização das ações de remoções deste segmento populacional e ressaltar a necessidade de que causem estranhamento no restante da população até o ponto de denunciá-las, conjuntamente, com a exigência da construção de estratégias visando à proteção dessas populações. Essas estratégias precisam ser constituídas a partir de uma perspectiva intersetorial legitimada pela participação destas populações nas discussões vinculadas a sua existência e relação com a cidade, contemplando a escuta, o acolhimento e a identificação de suas necessidades e desejos, ou seja os reconhecendo como sujeitos de direitos. Sem dúvida a articulação entre razão e sensibilidade é fundamental para superação progressiva da violência que significa esse “não Lugar” (YAZBEK, 2009) e *não-comum* que afasta ou indisponibiliza trabalhadores e trabalhadoras de construir com às PSR novas cirandas.

---

<sup>22</sup> Essa expressão foi construída durante o percurso da pesquisa a partir da relação entre o processo de desaterrar (escavar), relacionado às obras de criação e revitalização na cidade, e o desterrar (retirar de sua “terra” ou domicílio), que constitui o processo histórico brasileiro, tendo início na diáspora africana, e reconfigurado através das transformações societárias e seus impactos em determinados segmentos populacionais. Dando origem a essa integração das palavras em que (a) representaria os segmentos populacionais vulneráveis ou que essa política seria endereçada (ex.: Desaterrar + Desterrar = Des(a)terrar, onde (a) corresponde aos respectivos segmentos populacionais passíveis de remoção para a realização de obras e revitalizações).

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BELLINI, Maria Isabel Barros *et al.* Políticas públicas e intersetorialidade em debate. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA, 1., 2014, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 1-11. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p95sdt8>. Acesso em: 26 maio 2021.
- BELLINI, Maria Isabel Barros; AGUIAR, Laurem Janine Pereira de; GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. A intersetorialidade no claro/escuro do desmonte das Políticas Sociais Públicas: possibilidades de enfrentamento da pandemia. *In*: CUNHA, Marinez Gil Nogueira; PRATES, Jane Cruz; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; BORDIN, Erica Bomfim (org.). **PROCAD Amazônia: formação e trabalho do assistente social no norte e no sul do Brasil**, Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2020. 231-247
- BENJAMIM, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BLAKSTONE, William. **Commentaries on the laws of England**. Livro II. Nova York: Banks Law, 1917.
- BOCA DE RUA. Site/Blog do Jornal Boca de Rua. 2023. Jornal confeccionado pela PopRua. Disponível em: <http://jornalbocaderua.wordpress.com>. Acesso em: 25 maio 2023.
- BOTTOMORE, Thomas B. **Dicionário do pensamento marxista**. São Paulo: Zahar, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos Humanos. **Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua. Diário Oficial da União. Disponível em: [https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-10/resolucao\\_federal\\_no40\\_13\\_de\\_outubro\\_2020\\_mmfdh-cndh.pdf](https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/resolucao_federal_no40_13_de_outubro_2020_mmfdh-cndh.pdf). Acesso em: 06 jun. 2022.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009a. Disponível em: <https://tinyurl.com/294bu93y>. Acesso em: 06 jun. 2022.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **NOB-RH Anotada e Comentada**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/cevckvd9>. Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p85nd32>. Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. **Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: MDS – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009b**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/bde5jmak>. Acesso em: 10 maio 2023.

BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CABRAL, Luciana Francisca. **A rua no imaginário social**. Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 9, 2005.

CAMP. Escola de Cidadania. **Mapeamento da população em situação de rua: região metropolitana de Porto Alegre**. Escola de Cidadania CAMP. Porto Alegre/RS, 2017.

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASARA, Rubens. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CLOSS, Thaísa Teixeira. Questão social e Serviço Social: uma análise das produções dos periódicos da área. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 253-266, 30 dez. 2015.

CORREIO DO POVO. **Câmara de Porto Alegre aprova medidas para qualificar assistência à população em situação de rua**. Porto Alegre, 14 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/c%C3%A2mara-de-porto-alegre-aprova-medidas-para-qualificar-assist%C3%Aancia-%C3%A0-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-1.1047347>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. 1989. Disponível em:

<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?Article=1052&context=uclf>.

Acesso em: 25 maio 2022.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2007.

CUNDA, Mateus Freitas. **Me chamam rua, população, uma situação**: estudo sobre os habitantes da rua e as políticas da cidade. Tese (Doutorado em Psicologia Social Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2018.

Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/196381>. Acesso em: 26 maio 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1985.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DIÁRIO GAÚCHO. Em 12 meses, projeto Ação Rua Adultos realizou 1.098 acolhimentos em Porto Alegre. **Balanço**, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/zjz xu6sc>. Acesso em: 10 maio 2023.

DIBE, Luiz. Do esqueletão à reforma do viaduto da Borges: como estão 10 projetos para a revitalização do centro de Porto Alegre. **GZH**, Porto Alegre. 2023. Disponível em:

<https://tinyurl.com/33tvb zsy>. Acesso em: 04 jun. 2023.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, 2005. Disponível em: <https://tinyurl.com/8x5es2uk>. Acesso em: 16 jun. 2023.

FABRICIO, Evelize. **Auxílio moradia devolve dignidade e sonhos à ex-moradora de rua**. FASC. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2022. Disponível em:

<https://tinyurl.com/5cxk5j2v>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FERREIRA, Marcelo. Moradores em situação de rua protestam contra remoções e mortes em Porto Alegre. **Brasil de Fato**, 22 de agosto de 2018. Disponível em:

<https://tinyurl.com/3bva659f>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Morar na rua: realidade urbana e problema público no Brasil. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 975-1004, dez. 2019. Disponível em:

<https://tinyurl.com/yckp4eja>. Acesso em: 26 maio 2022.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique**. Paris: Seuil, 2004.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FRAGA, Patricia. **Preconceito e população em situação de rua**: análise sócio-histórica do fenômeno no Brasil. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2023.

FREUD, Anna. **O ego e os mecanismos de defesa**. Tradução de Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Manifestações culturais negras**. Disponível em: [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=34089](https://www.palmares.gov.br/?page_id=34089). Acesso em: 06 jun. 2022.

GELEDES. Portal. **Esta ciranda quem me deu foi Lia que mora na Ilha de Itamaracá**. Abril de 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/esta-ciranda-quem-me-deu-foi-lia-que-mora-na-ilha-de-itamaraca/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Gilberto; DOMINGOS, José. Lamento sertanejo. *In*: GIL, Gilberto. **Refazenda**. Warner Music, 1975 (Disco).

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua**: uma questão social? São Paulo: Fapesp, 2006.

GOMES, Luís. Entidades denunciam política de higienização em despejos forçados de moradores de rua. **SUL21**, 24 de junho de 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/5f6h4rj2>. Acesso em: 22 maio 2023.

HANSEN, Gilvan Luiz. **Espaço tempo e modernidade**. Niterói, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HEURICH, Joyce. “Me sinto pior que um vira-lata”, diz morador de rua sobre remoção no RS. **G1**, 15 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/27kmrw2d>. Acesso em: 18 jun. 2023.

HUME, David. **Essays moral, political and literary**. Indianapolis: Liberty Fund, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. Brasília: Temporalis, 2001.

ILÊ MULHER. Ilê Mulher, 2023. Organização da Sociedade Civil. Disponível em: <http://www.ilemulher.org.br>. Acesso em: 25 maio 2023.

KAFKA, Franz. **O processo**. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KOHELER, Ana Luiza Goulart. **Retraçando os becos de Porto Alegre**: visualizando a cidade invisível. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LACAN, Jacques. **Léthique de la psychanalyse**. Paris: Seuil, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEFVEBRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEITE, Carlos Augusto Bonifácio. O flâneur, o malandro e o compadrito: fractais. **Revista Brasileira de Literatura Comparada** [online], Salvador, v. 24, n. 45, p. 77-86, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2596-304x20222445cabl>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003

MACHADO, Simone Araújo. **O processo de rualização e o sistema único de assistência social/Suas**: uma interlocução necessária entre proteção social básica e proteção social especial. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MARCO, Cristhian Magnus de; SANTOS, Paulo Junior Trindade dos; MÖLLER, Gabriela Samrsla. Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta decolonizadora. **urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 12, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/2mjfc54x>. Acesso em: 16 jun. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Dinaê Espindola. **Necropolítica e a produção de morte da população em situação de rua**. 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio Grande do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MARX, Karl. **O capital**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. Livro 1. v. I.

MASCARENHAS, Gregório. Pesquisa aponta 5.788 pessoas em situação de rua, 244% mais do que contagem da prefeitura. **Matinal**, Porto Alegre, 16 de junho de 2023. Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://tinyurl.com/kfpz4hap>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1, 2018.

MIRRAJIZ, Pablo G. Gayoso. **Lumpemproletariado**: conceito e perspectiva. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MONNERAT, Giselle Lavinas; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. Da seguridade social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. **Revista Katályses**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2011.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MORAES, Agnes Maria Fernandes. **Reapropriação de um patrimônio: a disputa dos usos do viaduto Otávio Rocha**. 2018. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Planejamento e Gestão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p8nhk2j>. Acesso em: 06 jun. 2022.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. Brasília: Temporalis, 2001.

NUNES, Rodrigo dos Santos. **A relação entre sujeitos em situação de rua e o poder local: protagonismo ou passividade?** 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

NUNES, Rodrigo dos Santos. **Como a população em situação de rua está contemplada no processo de vigilância socioassistencial**. 2019. 150f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 16, n. 1, 2, p. 71-79, 2000. Disponível em: <https://tinyurl.com/2nv9rmhk>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PAULA, Débora do Nascimento de. **População em situação de rua: como é retratada pela política social e pela sociedade e os impactos na sua participação**. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PAULA, Gabrielle de. Viaduto Otávio Rocha em Porto Alegre fica sem barracas e moradores de rua após ações policiais. **G1**, 02 de agosto de 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdct2ayh>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/r4avy5m4>. Acesso em: 26 maio 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008.

PIZZATO, Rejane Margarete Scherolt. “**No olho da rua**”: o serviço de atendimento social de rua em Porto Alegre – abordagem social de rua na sociedade contemporânea. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PORTO ALEGRE. Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. **Acolhimento Institucional**. Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/ffhk2e89>. Acesso em: 18 maio 2023.

PORTO ALEGRE. Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. **Projeto Ação Rua**. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/5fztpxur>. Acesso em: 08 maio 2022.

PORTO ALEGRE. Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. **Projeto Serviço de Abordagem Social – Ação Rua**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/mry6ud6z>. Acesso em: 08 maio 2022.

PORTO ALEGRE. Fundação de Assistência Social e Cidadania **Fasc realiza visita técnica ao Abrigo Bom Jesus**. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/hamrf5tu>. Acesso em: 28 maio 2022.

PORTO ALEGRE. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n8d6s5z>. Acesso em: 16 maio 2021.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 320**. Porto Alegre, 1994. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr34xhd3>. Acesso em: 18 maio 2023.

PORTO ALEGRE. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Plano Ação Rua**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p95xv7c>. Acesso em: 28 maio 2022.

PRATES, Jane Cruz. O planejamento da pesquisa. **Revista Temporalis**, Porto Alegre: ABEPSS, n. 7, p. 123-143, 2003.

PRATES, Jane Cruz. Prefácio. *In*: OLIVEIRA, Ednéia Alves de; MOLJO, Carina Berta (org.). **Fundamentos do Serviço Social, questão social e políticas públicas**: coletânea do programa de pós-graduação em Serviço Social. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz e MACHADO, Simone Araújo. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, 2011.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. **ECOS**, v. 1, n. 2, p.120-130, 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/2nr6ptw5>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ROSA, Eduardo. “Tartarugas ninja” da capital: a vida de crianças dentro dos bueiros. **GZH**, Porto Alegre. (Episódio de PODCAST) 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/3kfzu9ym>. Acesso em: 04 jun. 2023.

SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica.** São Paulo: EDUSP, 1993.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas.** São Paulo: Projeto; Rio de Janeiro: EDUFF, 1988.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Análise e caracterização de vazios socioassistenciais** – atualização. 2014-2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/4xv9rhyc>. Acesso em: 17 maio 2023.

SAUVÊTRE, Pierre. **Brutalisme.** Paris, 2019. Mimeo.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: \_\_\_\_\_ (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis: Vozes, 2007. p. 97-118.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo e SANTOS, Simone Ritta dos (org.) **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências.** 1. ed. Porto Alegre: CirKula, 2017.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIBA. **BRISA.** Avante. Gravadoras Fina Produção e Mata Norte, 2012.

SIBA; CÉU. **CANTAR CIRANDA.** SIBA e FULORESTA. Toda vez que dou um passo o mundo sai do lugar. Produção Independente. 2007.

SILVA, Marcelo Martins. **A matéria inacabada das coisas.** Porto Alegre: Diadorim, 2020.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Roger. Obras no viaduto Otávio Rocha alteram circulação de pedestres da Avenida Borges de Medeiros. **GZH,** Porto Alegre. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/4s7h5pwz>. Acesso em: 04 jun. 2023.

SOUSA, Adrielly Pereira; MACEDO, João Paulo. População em situação de rua: expressão (im)pertinente da “questão social”. **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** [S.l.], v. 35, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/23295>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas.** Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro: Cortez, 2014.

SPOSATI, Aldáiza.; RAMOS, Frederico.; KOGA, Dirce. **Topografia social de Diadema.** Prefeitura Municipal de Diadema. PUC-SP IEE/Cedest, 2008.

STOFFELS, Marie Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TAVARES, Selena Comerlato. **Moradia para quem?** Análise sobre a construção social da população em situação de rua no Programa Moradia Primeiro. 2021. 111 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/3eaf4u7k>. Acesso em: 10 jun. 2023.

TIENGO, V. M. População em situação de rua: integrantes da classe trabalhadora? **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 21, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/nham796e>. Acesso em: 08 jun. 2023.

TIENGO, Verônica Martins. O fenômeno população em situação de rua enquanto fruto do capitalismo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 138-150, 22 ago. 2018.

TIENGO, Veronica Martins. **Rualização e informalidade**: frutos do capitalismo. Curitiba: Apris, 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua**: quem é, como vive, como é vista. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social**: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis*, São Paulo, v. 3, p. 33-40, 2001.





Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)